



Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará



**Quando os  
Assentados  
Chegaram**





Marcos Paulo Campos

# Quando os Assentados Chegaram



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza  
2014

Copyright © 2014 by INESP

Coordenação Editorial

**José Ilário Gonçalves Marques**

Diagramação e Capa

**Mario Giffoni**

Revisão

**Lúcia Jacó Rocha**

Coordenação de impressão

**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento

**INESP**

Foto da Capa

**Jorge Luan Teixeira**

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento

---

C198q Campos, Marcos Paulo.

Quando os assentados chegaram / Marcos Paulo  
Campos. – Fortaleza: INESP, 2014.  
228p

ISBN: 978-85-7973-045-0

1. Assentamento humano. 2. Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), história, Ceará.  
3. Trabalhador rural, condições sociais, Ceará. I. Ceará.  
Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas  
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará.  
II. Título.

CDD 333.3181

---

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,  
desde que citados autores e fontes.

**INESP**

Av. Desembargador Moreira, 2807 – Ed. Senador César  
Cals, 1º andar – Dionísio Torres  
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707  
al.ce.gov.br/inesp  
inesp@al.ce.gov.br



À Terezinha, minha avó, porque reza por mim.



## **Apresentação**

A obra Quando os Assentados Chegaram, da lavra de Marcos Paulo Campos, trata do movimento social e político em torno da reforma agrária no estado do Ceará. O autor traz a leme, de maneira bem real, a vida, o drama e o sofrimento dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em particular, daqueles que chegaram nas terras das Fazendas Reunidas São Joaquim, situadas no município de Madalena. Marcos Paulo pela verossemelhança de seu relato parece ter vivenciado toda a peregrinação daquela gente, tal a firmeza de suas palavras, a riqueza de detalhes que só aqueles que presenciaram a humilhante situação dos assentados, meu caso em particular, podem narrar, com tamanha precisão, o ocorrido em 1989.

A juventude do autor, seu espírito de determinação, sua altivez na defesa de seus ideais, do que considera injusto e desumano, bem como sua precisão nos detalhes trazem para nós, leitores, um retrato de tudo que sofreram os assentados na busca de teto, saúde, alimentação, enfim, de sobrevivência.

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, atendendo a solicitação do autor, publica, no ano do jubileu de prata do Assentamento 25 de Maio, esta obra que, sem dúvida, servirá de estudo a quantos desejam conhecer a realidade dos assentados no estado do Ceará, de 1989 aos dias atuais.

**José Ilário Gonçalves Marques**

Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp





## Agradecimentos

Ao tornar pública esta obra, considero fundamental agradecer aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais do assentamento 25 de Maio em Madalena – CE por permitirem que esse “menino da faculdade”, como muitos de lá me chamavam, pudesse falar sobre suas vidas.

Agradeço à professora Irllys Barreira por ter acolhido tão bem a mim e ao meu trabalho em suas preocupações intelectuais, por ter respeitado as paixões políticas que trago comigo, por ter se dedicado à orientação fecunda, desafiadora e delicada dos caminhos dessa reflexão e dessa redação, que tenho o prazer de trazer a público e por ter feito tudo isso numa convivência respeitosa e amigável, como se estivéssemos a ouvir “música de Tom com letra de Chico” de que ela tanto gosta.

A banca examinadora da dissertação, composta pelo professor Geovani Jacó de Freitas e pela professora Alba Pinho de Carvalho, foi responsável por valorizar certas dimensões do trabalho e sugerir modificações incorporadas, na medida de minhas forças, a esta versão. Sou grato aos dois examinadores pela leitura criteriosa e à professora Alba Carvalho pelo carinho de sua amizade. Aproveito para agradecer à professora Rejane Carvalho pelas valiosas contribuições dadas no momento da banca de qualificação.

Os colegas da turma de mestrado em sociologia 2009.1, os professores e as professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC foram responsáveis pelo ambiente acadêmico instigante e criativo em que debati diversos aspectos relevantes à pesquisa. A todos, sou devedor e grato.

O INESP e seus competentes profissionais, por intermédio de seu presidente, Ilário Marques, são merecedores dos meus agradecimentos pela forma final desta obra.

Aproveito para expressar meus agradecimentos a Nathália Vasconcelos e Nathália Almeida pela correção realizada ao tempo do concurso nacional da Anpocs. Equívocos de redação nada devem a essas profissionais. Agradeço ao INCRA-CE e à Biblioteca Pública Menezes Pimentel pela disposição dos dados de seu arquivo. Sou, também, agradecido ao CNPq por ter assegurado o financiamento necessário à realização da pesquisa que embasa este livro.

Monalisa Soares, Rita Monteiro e Camila Castro, desde os tempos de graduação, são amigas para qualquer hora, inclusive, para aquela em que o ofício de sociólogo parece desinteressante ou cansativo. Agradeço a elas os sorrisos, as conversas e a sempre boa companhia. Cada uma tem seu modo de comigo compartilhar o importante valor da amizade.

A militância social e partidária ao lado dos companheiros e das companheiras: Rodrigo Amaral; Ítalo Beethoven; Davi Barros; Dione Silva; Luizete Vicente; Camila Brandão; Débora Márjorie Saraiva; Labelle Paul; Dediane Souza; Oswaldo Perdigão; Clarisse Alexandre; Edson Ferreira; Lorienty Rocha; Nilson da Silva; Lucas Bezerra e Lucas Vieira que me têm garantido um forte aprendizado sobre a indissociável relação entre preocupações acadêmicas e questões públicas. A vocês, saudação militante e gratidão.

Meus pais, Ivone e Marcus Antônio, e meu irmão, Bruno César, estão nesta e estarão em todas as realizações da minha vida. Por eles, agradeço, também, toda minha família.

As pessoas a quem agradeço não estão comprometidas com quaisquer afirmações contidas neste livro. Reitero minha total responsabilidade.



## Prefácio

### Tempo e experiência nas manifestações do MST

*Irlys Barreira*<sup>1</sup>

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pontuou o cenário nacional dos anos 1980 e 1990, notabilizando-se pela força de expressão e poder de impacto na cena política. Constituiu, no espaço dos movimentos sociais datados do final do século passado, uma das inovações expressivas de organização de demandas no cenário público. Reeditando uma espécie de retomada das mobilizações camponesas, os trabalhadores sem terra utilizaram-se de formas inusitadas de aparecimento, modernizando práticas políticas criadoras de uma simbologia peculiar. Do ponto de vista político, o movimento dos sem terra representou, também, uma espécie de resistência significativa, se comparada aos demais movimentos populares menos impactantes e envolvidos nos espaços de poder em momento posterior à abertura democrática.

As manifestações organizadas pelo MST portaram matrizes ideológicas variadas, somando e costurando a busca da posse da terra com propostas amplas de mudança social. "Um país sem explorados e exploradores" era a palavra de ordem de líderes cuja utopia evocava sentimentos do passado e do presente. Desenvolvendo ações de grande embate (ocupações, acampamentos e marchas) associadas com busca de visibilidade, o movimento utilizou com eficácia os meios de comunicação de massa, valendo-se de recursos simbólicos para se mostrarem na condição de um coletivo organizado.

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais/UFC e presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia no período 2011-2013.

A expressividade das mobilizações sensibilizou, também, o campo acadêmico. Vários trabalhos, incluindo artigos, livros, teses e dissertações, envidaram esforços na exposição e análise das estratégias, discursos e práticas desse segmento de trabalhadores em vários recantos do País, incluindo, também, as articulações entre mobilizações, ocupações e assentamentos.

A obra de Marcos Paulo Campos, na busca de entender o processo de organização dos trabalhadores assentados, seguiu a perspectiva de registro das ocorrências em torno ao assentamento cearense denominado 25 de Maio, tendo como referência as questões da memória, do tempo e da experiência. A inspiração de Edward Palmer Thompson aparece, claramente, formulada na recuperação de expressões culturais e linguagens, historicamente, construídas que deram suporte aos movimentos dos trabalhadores rurais no Brasil e, particularmente, no Ceará.

O tema da memória e experiência como chaves de interpretação para explicar as representações dos trabalhadores sobre sua história de lutas pontua este livro que se caracteriza por manter o almejado equilíbrio entre teoria, pesquisa e interpretação das informações. Depoimentos apresentados ao longo do trabalho dão vida às reflexões analíticas, acrescentando outros aportes interpretativos.

Seguindo, também, as pegadas de Alain Touraine, para quem o sentido das ações constitui o ponto de partida para a análise dos movimentos sociais, Marcos Paulo Campos adentra nas dimensões subjetivas dos atores, suas motivações, aspirações e liturgia. As ocupações representaram, assim, a forma concreta de desdobramento dos conflitos: materializaram o direito, o tempo sofrido e reprimido da carência.

Os relatos dos participantes das ocupações concedidos a um pesquisador sensível e dotado de capacidade de interpretação foram decodificados em dois ilustrativos momentos: o *tempo do patrão* e o *tempo quando os assentados*

*chegaram*. Esses tratam-se de dois períodos emblemáticos na vida dos assentados, revelando a construção de um calendário político que se baseia na memória e na experiência. O *tempo do patrão* reporta-se ao sistema de dominação política tradicional, com implicações de sujeição e impossibilidade de contestação. O período referente ao tempo *quando os assentados chegaram* diz respeito ao momento de ruptura, a "tomada de consciência" dos trabalhadores rurais mobilizados em busca da terra. Foi nessa ocasião que os conflitos diretos se acentuaram e se propagaram em múltiplas práticas de ocupação.

É importante ressaltar que, se o sentido de tempo apresentou-se como categoria analítica para o entendimento da organização política do MST, ele não é percebido na perspectiva formal de encadeamento sucessivo, mas valorizado sob a ótica da experiência. Ele é tempo vivido, tempo pensado e elaborado, emprestando significado ao processo de organização designado pelos trabalhadores por "luta". Para além da cronologia, o tempo é, também, a eclosão das possibilidades de mudança. Tempo apropriado, segundo determinado ponto de referência, no sentido que lhe empresta Boaventura de Souza Santos, para quem é importante superar a monocultura e imposição de sentidos conduzidos pela dominação.

Questionando a ordem legal e pressionando seus limites em nome de valores humanistas nos quais é preconizado o princípio de que "a terra é de todos", o MST incluiu, em suas manifestações, uma simbologia presente em rituais, discursos e performances, perfazendo o que foi denominado por *mística*. A *mística* revela-se em expressões performáticas e rituais nos quais a situação dos trabalhadores é dramatizada. A *mística* pode ser percebida e interpretada como uma linguagem, pois nela se apresenta o tema do sofrimento, do trabalho exaustivo e da dominação com suas possibilidades de superação.

Do ponto de vista metodológico, essa obra caracteriza-se pela valorização de depoimentos a partir dos quais a



teoria é tecida. Ela aparece na trança dos sentimentos de Dona Maria Lima, do Sr. Andrade e de tantos outros que elaboram interpretações sobre o modo como participaram e deram vida ao processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Algumas características da organização do MST no Ceará merecem ser mencionadas. O processo de mobilização sucede ao existente no Sul do País, sendo a partir da participação do congresso ocorrido em Curitiba que alguns dos líderes cearenses avaliaram as possibilidades de vigência de ampliação das mobilizações para outros territórios. Assim, trabalhadores do Sul do País apoiaram segmentos da categoria organizada no Ceará, dando reforço para o primeiro movimento de ocupação de terras. Em 25 de maio de 1989, cerca de quinhentas famílias oriundas de Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem e Madalena formaram o que seria o embrião do primeiro assentamento cearense, constituindo-se em referência emblemática da luta pela terra no estado.

Vale destacar que a escrita de Marcos Paulo Campos tem o mérito de não trabalhar com categorias interpretativas estanques ou submersas no discurso nativo. Se esse é o ponto de referência da obra para a análise das interpretações e compreensão do processo de organização dos trabalhadores rurais, a análise sociológica, também, permeada de aportes antropológicos, incorpora o esforço interpretativo de perceber as mobilizações, tanto do ponto de vista dos atores, como dos fatores estruturais referentes aos conflitos de classes.

As categorias nativas são, também, incitações ao processo de mobilização, na medida em que emprestam significação ao que seria a experiência interpretativa do "novo tempo", o tempo que "tá dando certo". A separação entre os "tempos", feita pelos trabalhadores rurais, permite a valorização do sentido de ruptura, acenando com a mobilização, dando-lhe força e vigor, evocando, também, o mito da chegada da luz, a consciência de um outro momento: a vontade

de libertação. Outros dados de pesquisa documental, arquivo de jornais, além de acervo bibliográfico, integram o conjunto das informações que deram subsídios ao projeto de investigação que resultou neste livro.

A criticidade aliada a uma cumplicidade controlada de Marcos Paulo Campos fez ver, por outro lado, que os conflitos antecederam ao “tempo de chegada dos assentados”. Os silêncios, a revolta, a percepção contida da dominação patronal encontravam-se juntos com a internalização da sujeição, perfazendo o binômio do conformismo e resistência que pontuou a história dos trabalhadores rurais no Brasil. O MST entrou na cena política ultrapassando a luta pela reforma agrária e incluindo, em sua agenda de demandas, críticas a respeito da mecanização agrícola e técnica que dispensou a mão de obra e lançou na cidade milhares de desempregados.

A ritualidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra presente em marchas, concentrações, acampamentos, atos públicos e assembleias promoveu impactos variados na esfera pública. Os trabalhadores sem terra foram, assim, considerados espécie de interlocutores da exclusão social brasileira, típica de uma sociedade moderna capitalista não provedora de benefícios sociais mínimos. Nesse sentido, as manifestações dos sem terra foram interpretadas como expressão emblemática não apenas conjuntural, mas estrutural de uma sociedade reconhecida pela combinação contraditória entre modernidade e desigualdade social.

A dissertação de Marcos Paulo Campos reapresentada na obra que o leitor tem em mãos recebeu, em 2012, menção honrosa concedida pelo concurso brasileiro CNPq/Anpocs de obras científicas e teses universitárias em ciências sociais - Prêmio José Albertino Rodrigues. Este acontecimento emprestou significado especial ao convívio acadêmico que mantivemos durante o processo de orientação, também, fruto de um tempo de aprendizagem mútua.



## Sumário

Introdução .....19

### Capítulo I

1. MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIOLOGIA: práticas políticas e perspectivas conceituais .....37

1.1 A sociologia brasileira e os "novos personagens" .....41

1.2 O MST e a luta pela terra.....50

### Capítulo II

2. O TEMPO DO PATRÃO .....67

2.1 A moradia nas Fazendas Reunidas São Joaquim .....70

2.2 O coronelismo e suas questões – modos de ação.....84

2.3 "Vivendo liberto", ou a vida e o trabalho depois do domínio .....94

### Capítulo III

3. QUANDO OS ASSENTADOS CHEGARAM: mobilização, ocupação e acesso à terra .....103

3.1 Segredo e dúvida: o tempo político da expectativa .....124

3.2 A chegada dos ocupantes e a construção da comunidade assentada que "tá dando certo" .....134

### Capítulo IV

4. RITUALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA MÍSTICA DO 25 DE MAIO.....155

4.1 Ao encontro dos vinte anos .....165

4.2 Exaltações e ocultações: a teatralização do vivido e seus sentidos .....170

### Capítulo V

TEMPO E EXPERIÊNCIA SOCIAL: palavras conclusivas .....205

REFERÊNCIAS .....213





## Introdução

Este livro busca compreender como os trabalhadores do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra atribuem sentido à primeira ocupação de terra que fizeram no Ceará, tendo como referência o tempo, socialmente, elaborado em suas memórias. Esse tempo é entendido como uma condensação de processos sociais feitos de mudanças e permanências. A interpretação visa a perceber, nos relatos de quem viveu essa experiência, as lógicas que organizam os sentidos atribuídos ao passado, expressos pelos seus protagonistas e pela ritualização política da ocupação organizada pelo MST. A memória, em foco, refere-se à ocupação realizada pelo Movimento no Ceará, em maio de 1989, nas terras de propriedade do general Wicar Parente de Paula Pessoa, chamadas de Fazendas Reunidas São Joaquim, localizadas a 24 km da sede do município de Madalena, na região do sertão central cearense<sup>1</sup>.

Os relatos dos participantes da ocupação reconstróem a experiência, em foco, por meio de elaborações discursivas que operam a constituição de temporalidades vinculadas a processos sociais diversos, como: regimes de trabalho e produção, sociabilidade, estrutura de propriedade, religião e participação política. Nesse sentido, os relatos dos sujeitos pesquisados apontam duas temporalidades da ocupação ocorrida em 1989. São elas: *O tempo do patrão* e *Quando os assentados<sup>2</sup> chegaram*.

*O tempo do patrão* circunscreve as relações sociais anteriores à ocupação e relaciona-se ao sistema de dominação política tradicional, às formas de sujeição do trabalho nas grandes propriedades de terra, à concentração fundiária, à fragilidade da sindicalização e às condições da pequena produção agrícola em minifúndios próprios ao mundo rural

---

<sup>1</sup> Área de 15.678,40 Km<sup>2</sup> composta por treze municípios.

<sup>2</sup> Termo da política agrária que nomeia o parceleiro beneficiado pela política de assentamento.

do Ceará, nos anos de 1980. Para Dona Maria Lima, uma liderança do MST, esse tempo social é, assim, descrito:

naqueles anos, devido falarem muito que a reforma agrária ia sair, os patrões ficaram muito revoltados e num queriam dar direito de moradia a ninguém e nem terra pra trabalhar. Foi preciso ir pra rua, o povo ir pra rua buscar alimento... Aí a opressão foi grande da polícia com os trabalhadores. As coisas foram piorando demais... Aí vem o caso de se reunir o sindicalista e a Igreja e dizer: "vai haver uma marcha dos pobres que não vão mais aguentar viver assim. Eles vão se arriscar, vão lutar!"

O período correspondente à ocupação, designado por *quando os assentados chegaram*, condensa os processos relativos à ocupação de terra e aos desdobramentos posteriores a ela, ou seja, a constituição do Assentamento 25 de Maio<sup>3</sup> como resultado da ação coletiva. Nesse momento, inclui-se o trabalho das lideranças locais e dos militantes enviados pelo MST de outras regiões do país ao Ceará; a escolha da propriedade a ser ocupada; a estratégia de deslocamento das famílias; a chegada dos ocupantes; a fixação inicial na fazenda; o acampamento; as negociações com os órgãos estatais; a ocupação de prédios públicos para obter a desapropriação; os trâmites jurídicos; a ação da rede de entidades de apoio ao Movimento (Igreja, sindicatos, institutos de assessoria e partidos políticos); a desapropriação; a formação do assentamento; o trabalho coletivo e o engajamento político numa forma organizada de reivindicação das condições para viver na terra. Essa elaboração vincula-se ao processo de expansão nacional da ação do MST e às transformações locais e nacionais ocorridas no contexto da redemocratização. A fala do Sr. Sitônio, participante da ocupação e militante do MST desde então, configura os elementos apontados. Diz ele:

---

<sup>3</sup> Embora oficialmente o INCRA nomeie o 25 de Maio como Projeto de Assentamento (P.A.) São Joaquim, a nomeação dada pelo MST à propriedade será aqui admitida como identificação.

entre a primeira reunião e a segunda, demorou uns dois meses. Todo mundo perguntava se não ia haver nada (...). Aí foi quando eles chegaram de novo, marcaram o dia. Só não diziam a hora. Diziam que tava tudo preparado. Quem quisesse levar a família tinha que deixar tudo no ponto que o carro vinha pra levar tudo! E já diziam que era pra ocupar a fazenda, que era ocupação. Na época a gente entendeu logo, porque quem quis... entendeu logo que era ocupação. Rapaz, desde que eu saí, quando eu saí pra vir pra terra, pra cá, eu já me considerei do Movimento.

As temporalidades construídas nas percepções dos militantes sem terra apontam o processo social de constituição de uma coletividade. Nesse processo, *o tempo do patrão* é atravessado por um tempo de elaboração política do MST, vivido como expectativa na ação pastoral do cristianismo de libertação, nos conflitos sociais existentes entre patrões e trabalhadores internos às propriedades rurais, na ação sindical e na mobilização social para a realização da ocupação com vistas ao estabelecimento da vida comunitária que se deu *quando os assentados chegaram*. Esses tempos são apropriados na simbolização da experiência de constituição do MST no Ceará por um ritual nomeado de *mística*.

A observação da *mística*, como prática ritualizada de apropriação dos discursos que circundam as ações do MST, mostrou-se fundamental na compreensão dos termos em que a memória sobre a ocupação das Fazendas Reunidas se apresentava nas entrevistas realizadas. A interpretação do ritual considera que "as ciências sociais devem levar em conta a eficiência dos ritos simbólicos de instituição; eles estão a dizer a quem pertence o poder para agir sobre a realidade, agindo sobre a representação como investimento no real"<sup>4</sup>. Em verdade, a ritualização da memória sobre a primeira ocupação de terra do MST no Ceará institui os

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. 1982, p. 59.

aclives e declives admitidos pelos militantes do Movimento como forma legítima de enunciação do vivido. Nesse sentido, o discurso de recordação encarna um papel justificador das ações de contestação no presente, em referência a um passado trabalhado numa construção social do tempo pela ritualização de um evento percebido como fundador de uma coletividade: a ocupação.

Não obstante a *mística* e parte da produção acadêmica reificarem a ocupação como o momento de "nascimento" do MST, o movimento social de luta pela reforma agrária que veio a estabelecer-se no Ceará, a partir dos acontecimentos de 1989, "não surgiu tal como o sol numa hora determinada" <sup>5</sup>. Ao contrário, sua construção fez-se como experiência vivida por trabalhadores e trabalhadoras do meio rural cearense, antes mesmo da realização da ocupação cuja ocorrência não pode ser desconsiderada. Um movimento social não se faz somente no instante da reivindicação, mas nas articulações de sentidos, interesses e circunstâncias comuns a pessoas cujos contextos sociais se assemelham. As particularidades da elaboração do MST no Ceará não são ocorrências atomizadas, pois estão articuladas à extensão nacional da organização constituída pelo Movimento. Além disso, a chegada do MST ao território cearense também se deve às mudanças ocorridas no Brasil e no Estado na década de 1980.

A literatura especializada consagra o momento histórico em que o Movimento Sem Terra se constituiu como a redemocratização do Brasil, processo ocorrido nas décadas de 70 e 80 do século passado e permeado pelo surgimento de ações coletivas de reivindicação, nomeadas de "novos atores" <sup>6</sup> no campo político brasileiro. Dentre esses, Maria Gohn percebe os movimentos sociais como agentes de

---

<sup>5</sup> THOMPSON, E. P. 1987, p. 9.

<sup>6</sup> Essa expressão enfatiza formas não institucionais de ação política que atravessaram o tecido social brasileiro no final do regime ditatorial-militar (1964-1985). Contudo, o termo corre o risco de produzir a não existência de movimentos sociais anteriores ao regime, desarticulados violentamente pela perseguição autoritária, como as Ligas Camponesas no nordeste que mobilizaram trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960.

dinamização do espaço público, caracterizados por “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” <sup>7</sup>. Lutas por moradia, creche, saúde, educação, emprego, reforma agrária e demais direitos sociais aglutinaram segmentos populares, trabalhadores do campo e da cidade e setores da classe média em associações, sindicatos e organizações coletivas que configuraram o ambiente de reconstrução da vida democrática nacional pela mobilização em torno da cidadania. Nessa conjuntura, o MST constitui-se como movimento social de luta pela reforma agrária que atravessa as tensões provocadas pela modernização agrícola, pela ação pastoral dos setores das igrejas cristãs orientados pela Teologia da Libertação (TdL) e pela mobilização de trabalhadores rurais sem trabalho na terra e sem possibilidade de inclusão na cidade.

O MST entra na cena política com significação para além de suas reivindicações específicas, pois incluiu a luta por reforma agrária num conjunto amplo de transformações da sociedade e assume estratégias de ação questionadoras da secular estrutura de propriedade privada da terra em nosso país. O Movimento retoma a defesa da reforma agrária no contexto da mecanização agrícola que produziu a desnecessidade de mão de obra na lida da terra, impondo dificuldades à reprodução dos trabalhadores rurais. Como estratégia de luta, o Movimento optou pela ação direta com destaque para as ocupações, mas também para os acampamentos, as mobilizações e as marchas. Como diria Cristine Chaves, “frequentemente no limiar da ordem legal, suas ações coletivas terminam por questionar os limites dessa ordem, em nome de valores” <sup>8</sup> consubstanciados no direito social à terra.

---

<sup>7</sup> GOHN, Maria da Glória. 2004, p.13.

<sup>8</sup> CHAVES, Cristine. 2000, p. 11.

Os trabalhos de Fernandes, Branford e Rocha, Fernandes e Stédile e Medeiros <sup>9</sup> apontam como marco histórico do surgimento do MST um encontro ocorrido na cidade de Cascavel (PR) em 1984. Participaram desse encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de 13 estados, principalmente, do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A mobilização foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT e contou com o apoio de bispos, padres católicos ligados à corrente progressista, pastores luteranos, sindicatos de trabalhadores rurais, intelectuais e partidos políticos. Vale ressaltar aquilo que Fernandes considera a *fase de gestação* do MST, ou seja, a ocorrência de diversas lutas e enfrentamentos anteriores ao encontro de Cascavel que mobilizaram contingentes sociais de população sem terra na luta contra o latifúndio, antes mesmo da estruturação do Movimento.

A expansão do Movimento Sem Terra da região Centro-Sul do Brasil para o Norte e o Nordeste ocorreu como estratégia definida, coletivamente, pela organização como forma de atingir um de seus objetivos principais, a saber: ser um movimento social de caráter nacional. Em sua expansão, a realização de ocupações de terra figura como principal forma de aglutinação de militantes nas fileiras do Movimento, bem como estratégia central para obtenção de desapropriações. Bernardo Fernandes afirma que "o MST nasceu da ocupação da terra (...), essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização" <sup>10</sup>. O indicativo do autor não é aqui apropriado na invisibilização das ocorrências dispersas, prévias e constitutivas do MST, mas no entendimento de que a experiência do Movimento Sem Terra passa pela compreensão dos processos que envolvem a realização de ocupações e seus desdobramentos.

---

<sup>9</sup> Respectivamente: FERNANDES, B. M. 2000; BRANFORD, Sue; ROCHA, 2004; FERNANDES, B.M; STÉDILE, J. P. 1999 e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 2003.

<sup>10</sup> FERNANDES, B. M. 2000, p.19.



Segundo Fernandes<sup>11</sup>, uma ocupação de terra é um processo constituído de três momentos articulados: a mobilização, a ocupação em si e o acampamento. A mobilização é o momento do trabalho das lideranças do MST na localização de famílias sem terra e na preparação delas, com reuniões de grupos pequenos de trabalhadores para discussão e convencimento deles participarem de uma ocupação. A ocupação em si é o dia do transporte das famílias ao local escolhido, o levantamento de barracos de lona para abrigo e o reconhecimento da terra para manejo, pois os longos períodos de acampamento requerem que os trabalhadores produzam alimentos no local da ocupação. Eles são estabelecidos em lugares impróprios para habitação, normalmente, à beira das estradas e os acampamentos possuem precárias condições sanitárias. Além disso, estão sujeitos à intimidação ou repressão violenta por parte dos proprietários ou da polícia. Outra marca são as incertezas a respeito da desapropriação da terra em questão; um acampamento não tem data marcada para acabar. E, ainda, as famílias podem ser expulsas devido a ordens judiciais de reintegração de posse. Apesar das adversidades apontadas acima, segundo Lygia Sigaud<sup>12</sup>,

[...] ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Dela se valem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento sindical e outras tantas organizações existentes no mundo rural.

Além do exposto, a autora afirma que o Estado brasileiro, pós-redemocratização, passou a conferir legitimidade às práticas dos movimentos por conta das desapropriações encaminhadas pelo INCRA como resultado das ações dos demandantes. Desapropriar terras e constituir assentamentos de famílias parceleiras têm sido a tônica da política

---

<sup>11</sup> Op. cit.

<sup>12</sup> SIGAUD, Lygia. 2005, p. 255.

agrária nacional. Nesse caso, o MST assume destaque por ter nas ocupações sua estratégia central de luta por reforma agrária, mantendo-se como uma ação de massas, apesar de certo refluxo dessa forma de fazer política no seio da sociedade civil, para a contestação de grandes propriedades consideradas improdutivas. A enorme repercussão das ações do Movimento nos meios de comunicação de massa confirma sua relevância no cenário político nacional.

A construção do Movimento no Ceará foi posterior à sua formação no sul do país. Os primeiros contatos entre as lideranças de trabalhadores rurais do Estado e o MST ocorreram a partir da participação de trabalhadores rurais e agentes de pastoral do sertão central, região marcada por conflitos de terra, no 1º Congresso Nacional do MST ocorrido em Curitiba – PR no ano de 1985. No Congresso, as cearenses Dona Maria Lima, Ir<sup>a</sup> Cleide e Ir<sup>a</sup> Tereza avaliaram as possibilidades de construção do Movimento no Estado e solicitaram o envio de militantes do MST de outras regiões do Brasil para o Ceará, a fim de apoiar as lideranças locais no debate com as famílias de trabalhadores rurais e na organização de ocupações. Três anos depois, no final de 1988, foram enviadas duas lideranças do Movimento, oriundas do Espírito Santo, para a região do sertão central. Em 1989, a mobilização realizada pelas lideranças locais e os enviados do Movimento Sem Terra promoveram a ocupação que se deu na fazenda de propriedade do general Wicar de Paula Pessoa, uma gleba de 24 mil hectares, localizada na cidade de Madalena. Os acontecimentos da madrugada do dia 25 de maio daquele ano, que contaram com cerca de trezentos famílias oriundas das cidades de Quixadá, Quixeramobim, Canindé, Boa Viagem e Madalena resultaram no assentamento nomeado com a data da ação. O ocorrido constituiu-se numa referência da luta pela terra no Ceará.

Este trabalho volta-se para o fazer da referida ocupação, tendo por referência a memória de seus militantes relativa a essa experiência social e à liturgia política<sup>13</sup> que

---

<sup>13</sup> RIVIÈRE, Claude. 1988.

lhe atribui sentido. Estas páginas expõem discursos que apresentam a história vivida, a partir de temporalidades nas quais se inscrevem relações sociais e em que se mostram as possibilidades de articulação entre a ocupação e o contexto histórico de sua realização. Os sentidos de tempo atribuídos à experiência passada são a matéria da reflexão desenvolvida, com base nos discursos de quem a viveu e no rito que se apropria do vivido como forma de simbolização. A sociologia experimentada nesta obra assume, portanto, uma vinculação à produção intelectual, cujo olhar sobre os movimentos sociais busca interpretar sua experiência particular e o sentido que os sujeitos coletivos conferem às suas práticas de mudança social, por meio da contestação coletiva nas articulações entre cultura e política. Para Alain Touraine, interpretar as ações dos movimentos sociais é compreender "uma ação coletiva que coloca em causa o modo de dominação social generalizada"<sup>14</sup>. A afirmação impõe ao pesquisador a postura de entender como os sujeitos sociais organizam-se para o questionamento de situações de opressão. Impõe-lhe, também, a análise daqueles que sustentam o sistema de dominação e do universo social de manutenção da ordem. O ímpeto de observação dos movimentos sociais é, portanto, "um estudo claramente definido pela busca de sentido de certas ações, isto é, do sentido atribuído por certos atores à sua ação"<sup>15</sup>.

A pesquisa feita para este livro impôs o uso do termo tempo como forma de interpretação dos sentidos conferidos ao passado expresso nas entrevistas realizadas e na *mística*. Isso porque os dados coletados em 15 entrevistas, das quais sete foram realizadas com ocupantes, cinco com antigos moradores da gleba, duas com funcionários do INCRA e com uma ex-coordenadora da CPT e a descrição do ritual apresentaram o processo vivido em categorias temporais. Nesse sentido, a leitura inspirada em John Comerford<sup>16</sup>, para quem os diferentes usos da palavra *luta* serviram ao

---

<sup>14</sup> TOURAINE, Alain. 2006, p. 18.

<sup>15</sup> TOURAINE, Alain. 2006, p. 20.

<sup>16</sup> COMERFORD, John Cunha. 1999.

estudo da sociabilidade própria às organizações camponesas, foi movimentada neste texto tendo a construção social do tempo como uma forma de entender a experiência social de uma organização camponesa particular, o MST. Talvez os sentidos de tempo, mais do que os sentidos atribuídos à luta, tenham se apresentado como, analiticamente, fecundos a este trabalho por dois motivos: a distância temporal do estudo em relação à ocorrência do evento investigado e a ausência de repressão da polícia, ou de jagunços à ocupação das Fazendas Reunidas São Joaquim. O primeiro motivo indica o caráter histórico desta obra, em relação ao interesse por algo que já aconteceu, e o segundo aponta a percepção de que os trabalhadores recorrem ao termo luta para tratar de ocupações marcadas pelo confronto direto com forças de repressão seja do Estado, seja dos proprietários.

Em consequência do que foi exposto, as lógicas de enunciação do passado, em foco, puderam ser percebidas, considerando o tempo como “a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico”<sup>17</sup>. Em verdade, a indicação do tempo como condensação da experiência social é assumida neste texto, mas, diferentemente de Norbert Elias, a elaboração social do tempo, aqui, trabalhada vai além da cronologia. Se para o autor a análise da construção da cronologia foi profícua para entender a disciplinarização de condutas, no contexto de um processo civilizador, para este trabalho, interessam as percepções do tempo naquilo, em que elas fogem da cronologia e/ou a atravessam em sentidos e possibilidades, conformando uma ecologia de temporalidades<sup>18</sup>, desse modo, porém atenta às múltiplas dimensões do vivido e a não promover qualquer desperdício da experiência social em vias de deciframento. A tarefa analítica, portanto, volta-se para temporalidades nem sempre visíveis na reificação de marcos rígidos de processos históricos, em que a experiência social se apresenta em expressões plurais. Boaventura Santos delinea

---

<sup>17</sup> ELIAS, Norbert. 1998, p. 17.

<sup>18</sup> SANTOS, Boaventura Sousa 2004.

a monocultura do tempo linear como uma das formas de produção da não existência pelo pensamento moderno, ou seja, a imposição de sentido e direção única da história. Para a superação dessa invisibilidade, o autor propõe um trabalho interpretativo capaz de compreender as diferentes apropriações do tempo existentes no mundo, por vezes, transformadas em ausências na produção sociológica.

As temporalidades, aqui, investigadas inscrevem percepções constitutivas da experiência vivida em referência ao "antes" e ao "depois" do ocorrido, tendo como elemento demarcador a realização da ocupação. Os relatos suscitam o discurso com base na memória, ou seja, "a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem...)" <sup>19</sup>. A resposta do Sr. Andrade, trabalhador rural residente na propriedade, no momento da ocupação, à pergunta a respeito das mudanças ocorridas com a chegada do MST é sugestiva das elaborações percebidas. Disse ele:

eu tô vivendo liberto, não tem quem diga assim: "você hoje vai". Eu não vivo assombrado com ninguém, eu vivo a custa minha. A gente vive a custa de todos, diante de Deus. A gente tem que ter participação com a pessoa, com a comunidade, com qualquer pessoa, mas eu vivo liberto. Hoje eu posso dizer assim que trabalho no que é meu, eu não tô trabalhando sujeito a ninguém. Se eu quiser ir trabalhar hoje, eu vou. Se eu não quiser, não vou. No tempo do meu patrão, eu tinha que ir, meu filho. Eu não podia chegar lá e dizer: "hoje eu não posso trabalhar porque tô doente". Só um grande sarampo, mas só uma dorzinha de cabeça... tinha que trabalhar não tinha esse negócio não. Eu digo assim que melhorou por isso. De bom pra melhor né, porque hoje você chegou, eu tava deitado numa caminha que eu tenho

---

<sup>19</sup> SIMSON, Olga. 2004, p.11.

nessa casa que eu moro... você chegou, eu me levantei porque graças a Deus eu lhe tenho atenção, porque se não quisesse me levantar tinha ficado lá.

O relato do Sr. Andrade reconstrói a mudança social numa temporalidade baseada na autonomia frente ao trabalho, construída *quando os assentados chegaram* sempre em oposição a *o tempo do patrão*, que circunscreve relações de trabalho de sujeição em limites à liberdade e à vivência de direitos, como a dispensa do trabalho em caso de doença. Uma oposição no conteúdo interno às temporalidades balizadoras das percepções sobre as transformações no regime de trabalho, mas também nos diversos campos da vida social, ocorridas devido à ocupação de terra presente nas falas dos participantes da ocupação e no rito sobre o evento. A representação do momento posterior à ação do MST indica maior autonomia em relação à dinâmica de trabalho, à vivência comunitária e à liberdade pessoal. Essa última é apontada pelo Sr. Andrade até mesmo na disposição dele em conceder a entrevista ocorrida em sua casa, no dia 23 de maio de 2009; vale dizer, por gentileza e "liberdade" dele. Nesse sentido, os discursos sobre os acontecimentos em foco construtores de temporalidades relativas à experiência dos atores da ocupação, ocorrida em 1989, dão validade ao postulado da memória, não só como caracterização e registro do passado, mas como reelaboração das experiências vividas com base nas referências do presente. Segundo Ecléa Bosi<sup>20</sup>,

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.(...)A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

---

<sup>20</sup> BOSI, Ecléa. 1998, p. 55.



A autora fala de uma memória individual, ou seja, as próprias experiências de vida guardadas por um indivíduo, e de uma memória coletiva formada pelos acontecimentos julgados relevantes por um grupo passível de armazenamento com chancela oficial da sociedade mais ampla. Segundo Bosi, a memória individual é construída nas suas relações com a família, a classe social, a escola, a igreja, a profissão; "enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo" <sup>21</sup>. O indivíduo é testemunha de seu passado, é o sujeito da recordação, e cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A memória individual é, intrinsecamente, vinculada à memória coletiva ou social, mesmo que seja uma versão particular, e seu estudo é considerável quando há desejo de compreender fenômenos sociais, tendo por base o discurso de recordação. Os enlaces entre memória individual e coletiva são constituintes da vida social<sup>22</sup>. E, mais ainda, no caso específico em questão, os enlaces são trabalhados na justificação da ação coletiva, por meio da prática organizativa de uma ritualidade informada de sentido político.

Para Aspásia Camargo, o sucesso da pesquisa baseada na memória social dos discursos depende muito da cumplicidade entre entrevistador e entrevistado. Contudo, "essa cumplicidade é também, para o pesquisador, um elemento a ser considerado com vistas a manter o rigor do processo investigativo. Uma cumplicidade controlada" <sup>23</sup>. Nesse sentido, a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, a partir do relato oral, apresenta implicações que devem ser problematizadas na análise dos dados obtidos. Por exemplo, a ida ao assentamento e a realização das primeiras entrevistas revelaram a existência de um grupo de pessoas não previstas nem na etapa exploratória do projeto de investigação, nem na preparação do próprio trabalho de campo. Eles revelaram-se, contudo, personagens

---

<sup>21</sup> Op. cit. p. 54.

<sup>22</sup> HALBWACHS, Maurice. 2006.

<sup>23</sup> CAMARGO, Aspásia. 1990, p. IX.

importantes para o estudo. Esses personagens "imprevistos" são os moradores, ou seja, aqueles que residiam na propriedade no período anterior à ocupação dos sem terra, quando a gleba chamava-se Fazendas Reunidas São Joaquim, e lá trabalhavam sob o regime de *moradia*, uma forma de trabalho de sujeição no meio rural nordestino. O Sr. Andrade, já citado, é um desses moradores que foram incorporados à comunidade assentada e passou a atuar no MST. Sr. Andrade não fez objeções às perguntas e até garantiu um alongamento da conversa para tratar do período anterior à ocupação, pois fazia questão de falar sobre "os tempos difíceis". Nas entrevistas, entretanto, os moradores que não aderiram ao Movimento respondiam de forma monossilábica, e a maior fluidez na obtenção de informações transcorria após o desligamento do gravador, ou seja, em conversas informais. Essa postura diferenciada apresentou uma relação entre conforto e desconforto, na situação de entrevista, e proximidade e distância com a versão legítima do passado, construída pelo MST que circula no assentamento. A facilidade ou a dificuldade dos sujeitos pesquisados falarem sobre os acontecimentos que interessam a este livro não constituíam, apenas, questões próprias à coleta de informações, mas sim uma dimensão substantiva a ser problematizada.

Neste livro, a interpretação não pode deixar de lado a sensação de fluidez e conforto nas entrevistas realizadas com antigos moradores que passaram a fazer parte do MST, sensação não experimentada quando a entrevista era feita com moradores que, embora incorporados ao assentamento, não passaram a militar no Movimento. Além disso, o afastamento entre os relatos dos antigos moradores assentados não integrados ao MST e a versão legítima do passado, expressa na *mística* e admitida pela maioria dos assentados no 25 de Maio, podem explicar o desconforto daqueles que atribuem sentidos diferenciados do MST a respeito do evento. E mais, o contato em campo com assentados militantes do Movimento na localização dos envolvidos no processo estudado poderia ser percebido pelos entrevistados como

convergência entre o pesquisador e a versão do passado propugnada pelo MST, produzindo o incômodo notável. A relação de proximidade e convergência ideológica com militantes e dirigentes do Movimento no Ceará, facilitou, entretanto, a localização dos sujeitos do processo apresentado nestas páginas. Essa facilidade no acesso não deixava, contudo, os informantes em situação confortável para a exposição de suas narrativas no momento de realização das entrevistas, como, por exemplo, alguns moradores. Apesar de caminhar pelo assentamento na companhia de militantes do MST, a construção de afinidades e a desconstrução de desconfianças na coleta de depoimentos era um desafio constante.

Em um trabalho sobre acontecimentos políticos, é indispensável entender o desejo próprio do sujeito da memória em não, somente, lembrar o ocorrido, mas julgar o passado, demarcando sua posição naquela circunstância. Não raro, o pesquisador é imediatamente implicado na atividade de campo, pois o acesso a possíveis informantes, muitas vezes, passa pela consideração dos vínculos políticos do analista. Isso converge, também, com a literatura sobre movimentos sociais rurais que trata das dificuldades relatadas por estudiosos para entrevistar proprietários de terra, quando são percebidos por eles como aliados dos trabalhadores, sendo o contrário, também, verdade. César Barreira<sup>24</sup> chega a registrar a ocorrência de um encontro monossilábico com um latifundiário no momento de sua pesquisa sobre os conflitos sociais no sertão.

A apresentação do interesse de pesquisa associada à confiança assente na presença dos militantes que figuravam nos contatos em campo e, assim, credibilizavam a possibilidade de obtenção dos discursos dos sujeitos da ocupação ocorrida há mais de vinte anos. Este trabalho de campo no assentamento, realizado em andanças, entrevistas e conversas acompanhadas de cafezinho, figura com centralidade para a obtenção dos dados necessários ao desvendamento

---

<sup>24</sup> BARREIRA, César. 1992.

da problemática em foco. Nas cinco idas ao 25 de Maio, a realização das entrevistas exigia a permanência na cidade por cerca de três dias. O contato prévio com os sindicalistas Leônidas e Márcia, antes das viagens, somava-se ao contato com os assentados Sr. Joaquim e Sr. Sitônio, após a chegada em Madalena, e permitia localizar informantes, facilitando o deslocamento dentro do assentamento. Entretanto, também, foi interessante "escapar" dos contatos em campo para andar na gleba e encontrar personagens não apontados pelos sindicalistas e militantes do MST, como Dona Maria Ponciano que fora empregada doméstica do general Wicar e apresentou um ponto de vista muito particular sobre o patrão. Nas entrevistas realizadas, Sr. Andrade e Sr. Joaquim, antigos moradores, foram interlocutores centrais na reconstrução da vida na propriedade, antes da chegada dos assentados. Aos relatos deles foram articuladas as falas de Dona Irene, Sr. Raimundo Aniceto e Dona Maria Ponciano. No grupo dos ocupantes, Dona Maria Lima e Sr. Sitônio compõem o núcleo estruturador da narrativa memorial sobre o período da ocupação. Dona Maria, pela liderança que exercia nos conflitos sociais e na organização de trabalhadores rurais no sertão central, à época, e Sr. Sitônio, por sua condição de minifundista mobilizado para a ocupação pelas lideranças do MST, apresentam percepções que se associam aos relatos do Sr. Carnáuba, Dona Nazira, Sr. Pepina, Sr. Manoel Pereira, Toinho e Sr. Luiz Lopes na consubstanciação do processo de ocupação em suas peculiaridades e seus desdobramentos.

Outras estratégias metodológicas, como a pesquisa documental no INCRA-CE e no arquivo de jornais da Biblioteca Pública Menezes Pimentel em Fortaleza, são articuladas ao material obtido em entrevistas, conversas informais e anotações resultantes da pesquisa *in loco*. O caderno de campo foi fundamental para a descrição da *mística* apresentada no capítulo IV. O estudo bibliográfico fez-se necessário para o entendimento das dimensões mais amplas da conjuntura, em questão, que atravessam o evento narrado neste livro.

Nesta obra, a opção de revelar o nome dos entrevistados justifica-se pelo fato de a matéria, em reflexão, ser um fenômeno com dimensões públicas e para não tornar invisíveis pessoas, cuja mobilização coletiva visa ao reconhecimento e à visibilidade de sua organização. A idade dos entrevistados deve ter por referência o ano de feitura do trabalho de campo, ou seja, 2009. A exposição feita aqui explora as potencialidades de diferenciadas teorizações nas suas possibilidades de ampliação da compreensão do objeto de estudo, pois, como diria Irllys Barreira, "bebemos nas fontes de diferentes teorias não na busca de uma 'síntese', mas antes na percepção de que dimensões estruturais e cotidianas precisam articular-se"<sup>25</sup>.

Este livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro discute a apropriação dos movimentos sociais na produção sociológica e apresenta o quadro de análise sobre os movimentos sociais, com destaque para os movimentos no campo e o MST. A revisão crítica da produção acadêmica sobre essas ações coletivas problematiza como a sociologia dialogou com variados referenciais analíticos e constituiu momentos de maior e menor visibilidade da prática política de contestação popular. O "novo", nos movimentos sociais e no MST, é posto em questão como forma de balizar vias analíticas de deciframento da experiência social, elaborada no fazer da mobilização em torno da reforma agrária.

O segundo capítulo é centrado na memória dos trabalhadores rurais que viveram na gleba ocupada no regime de trabalho *moradia*. A partir da experiência social dos moradores, analisa-se a concentração fundiária, a vigência do coronelismo e os conflitos sociais, em torno da terra, anteriores à chegada do MST no Ceará, bem como a dimensão socioeconômica e política do estado nos anos de 1980. As percepções dos moradores nas suas ambiguidades e na centralidade das relações de trabalho que compõem a temporalidade como *o tempo do patrão* estão nesta sessão do texto.

---

<sup>25</sup> BARREIRA, Irllys. 1992, p. 160.

O terceiro capítulo interpreta a memória dos ocupantes sem terra e dos demais atores envolvidos no processo para o entendimento da experiência social ocorrida na ocupação que constituiu o 25 de Maio. *Quando os assentados chegaram* é a temporalidade forjada nos discursos, percebida naquilo que revela de ausências e emergências do processo rememorado. Polarizações e aproximações entre os discursos de quem protagonizou o evento e a literatura sobre o MST são exploradas, com vistas a entender os processos de mobilização, a vivência da ocupação e do acampamento e os desdobramentos posteriores à contestação na conformação de um espaço de vida comum. A apropriação do processo de elaboração de uma comunidade na memória sobre a passagem da propriedade privada para a propriedade coletiva da terra é analisada em suas expectativas, limites e possibilidades.

O último capítulo descreve a mística realizada na comemoração dos 20 anos do MST no Ceará e, a partir dela, discute a construção de sentido sobre a ocupação e o assentamento 25 de Maio pelo Movimento em exaltações e ocultações do vivido, com vistas à elaboração de uma versão legítima do passado com fins de legitimação da ação do MST. O uso da memória num ritual político é compreendido como a formação de um imaginário sobre a atuação política do Movimento baseado nos sentidos de tempo. Em foco, a construção da legitimidade da reforma agrária pela via da ocupação.



### 1. MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIOLOGIA: práticas políticas e perspectivas conceituais

O historiador Peter Burke<sup>26</sup> aponta o uso pioneiro da noção de movimentos sociais na obra do também historiador Eric Hobsbawn, intitulada "Rebeldes Primitivos". Em sociologia, Burke admite a noção de movimentos sociais como apropriada ao estudo de ações contestatórias promovidas por grupos sociais não institucionalizados no contexto da política moderna. O conceito permitiu observar coletividades de forma distanciada de certo objetivismo estruturalista ou funcionalista não capacitado a perceber o lugar da ação e os diversos referenciais que atravessam a prática social de atores políticos diferenciados e, por vezes, impulsionadores de mudanças históricas. O termo, portanto, possibilitou uma saída para a questão da relação entre ação e estrutura fundante da sociologia. Para Alain Touraine, "a ideia de movimento social se opôs ao pensamento que coloca a razão de ser das condutas coletivas nos problemas estruturais de um certo tipo de sistema geralmente definido em termos econômicos"<sup>27</sup>. Assim, a noção de movimentos sociais permite entender do lugar do agente social nos processos históricos, sendo uma ação cujo sentido se constitui nos conflitos envoltos em circunstâncias históricas, ou seja, "conflitos sociais em articulação constante com a conjuntura na qual diferentes sujeitos participam"<sup>28</sup>. São as condições nas quais se apresentam a luta por direitos e melhores condições de vida que permitem delinear o campo de discussão e tensionamento político da ação coletiva. Nesse sentido, os movimentos sociais não podem ser compreendidos fora das relações econômicas, políticas e culturais que objetivamente se colocam como referência

<sup>26</sup> BURKE, Peter. 2002. p. 275.

<sup>27</sup> TOURAINE, Alain, 2003, p. 20.

<sup>28</sup> BARREIRA, Irllys, 2003, p. 61.

para sua luta. As ações do MST no Ceará, aqui estudadas, por exemplo, dependeram da percepção que segmentos empobrecidos de trabalhadores rurais tiveram sobre suas condições de vida. Como diria Dona Maria Lima:

eu tava em Quixadá num povoadozinho com nome de Juatama, nós lá formamos a Comunidade Eclesial de Base, comunidade comunitária. Depois que nós formamos a comunidade, era a comunidade dos políticos contra a nossa comunidade da igreja. Aí, já teve aquele choque, nós fomos pra Fortaleza reivindicar trabalho comunitário. Pela primeira vez, nós queríamos administrar esse trabalho, nós não queríamos mais trabalhar na terra dos patrões pra criar lucro pra eles, nós queria um trabalho comunitário que servisse pra uma emergência que nós mesmo administrasse.

O relato reconstrói um processo de mobilização que tensiona condições adversas de trabalho e sobrevivência, bem como aponta para articulações entre os trabalhadores rurais e segmentos sociais outros, como a ação pastoral católica, na formação de comunidades e no enfrentamento ao patronato rural. Isso indica os movimentos sociais como espaços multifacetados de luta política e remonta à discussão feita por E. P. Thompson<sup>29</sup> sobre a formação dos trabalhadores ingleses como sujeito coletivo. Em seu estudo, o autor valeu-se do conceito de experiência para compreender a classe trabalhadora na Inglaterra como um fenômeno histórico, elaborado num processo que reuniu uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados frente a um inimigo comum, nos quais a classe trabalhadora estava presente, antes mesmo de seu momento de irrupção e visibilidade. Dessa forma, Thompson refuta a leitura da história a partir da ideia reificada de classe (que reifica também marcos de surgimento) e propõe a observação dos processos históricos pelo caráter ativo de sua elaboração, levando em conta a ação humana e os condicionamentos sociais.

---

<sup>29</sup> THOMPSON, E.P., 1987.

A experiência social serve tanto para a compreensão dos movimentos sociais como para a crítica política produzida pela sociologia que se debruça sobre eles. Conhecido por sustentar uma produção crítica, a partir das experiências sociais de contestação, Boaventura de Sousa Santos advoga a construção de um pensamento social capaz de dar conta do não percebido, ou mesmo daquilo que foi deixado à margem pela ciência moderna, sobretudo as experiências produzidas por grupos subalternos como forma de questionamento de ordens sociais opressoras. No centro da crítica, está a modernidade e a forma de ciência por ela engendrada na incapacidade de perceber o social nas suas múltiplas dimensões porque comprometida com lógicas de justificação e reprodução do projeto de poder moderno. Foi no solapamento da dimensão emancipatória da modernidade pela dimensão regulatória que se operou um desperdício de experiência social que o autor afirma combater. Nas palavras de Boaventura, "a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante"<sup>30</sup>. O postulado indica que a heterogeneidade de contextos sociais não deve ser tida como problemática para a sociologia. Ao contrário, entender as expressões plurais da experiência humana é tarefa própria da reflexão sociológica. Não por acaso, a opção desta obra é trabalhar com a construção social do tempo para acessar as articulações entre diversos espaços da vida social, como as relações familiares, trabalhistas, políticas, religiosas, artísticas e institucionais. Os sentidos de tempo não apresentam a experiência social por meio da exposição exclusiva daquilo que acontece internamente a um campo social particular. Na verdade, num discurso sobre o tempo, a experiência social se expressa em imbricações reveladoras de múltiplas possibilidades do agir, que atravessam um processo social condensado numa temporalidade.

O conceito de experiência, tanto em Thompson como em Boaventura, aponta a possibilidade de uma releitura

---

<sup>30</sup> SANTOS, Boaventura Souza, 2004, p. 778.

dos processos de formação do MST e da literatura que registra sua ocorrência. Por vezes, a produção acadêmica elege como marco de surgimento do Movimento o ato da ocupação de terra e torna invisíveis as experiências sociais que se entrecruzaram em mobilizações, conflitos, conversas, elaborações e sociabilidades anteriores e constitutivas das ocupações, bem como, necessárias ao entendimento dessas ações e a seus desdobramentos posteriores. Este trabalho admite uma perspectiva de que o MST já existe em todo o fazer anterior à ocupação em que o acúmulo de práticas, saberes e vivências condensam-se na ação coletiva e toma forma de movimento social. Rememorar a fala do Sr. Sitônio faz-se necessário. Diz ele: "na época a gente entendeu logo, porque quem quis... entendeu logo que era ocupação. Rapaz, desde que eu saí, quando eu saí pra vir pra terra, pra cá, eu já me considerei do Movimento". O trabalhador rural fala do sentimento de pertença a uma coletividade elaborado antes do momento da ocupação, que se firma ao participar dela.

Trabalhar na busca das nuances de um processo social, no qual a mudança se faz por meio da contestação, com atenção ao desperdício de experiência nele embutido, é ter uma prática de pesquisa comprometida com o que Boaventura Santos consubstancia como sociologia das ausências e das emergências. Observar ausências é recuperar aquilo que foi transformado em não existente ou invisível pela incapacidade da ciência compreender o caráter multi-dimensional e infinito da experiência social. Analisar emergências é perceber as possibilidades colocadas pelas ações de contestação à vida de seus impulsionadores. Segundo Boaventura Santos, o objetivo de sua proposição é "revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas"<sup>31</sup>.

A crítica da modernidade constitutiva do pensamento de Boaventura Santos, claramente, inspirada na experiência

---

<sup>31</sup> SANTOS, Boaventura Souza, 2004, p. 798.

e no contato com os movimentos sociais, aproxima-o da percepção de José Maurício Domingues. Para esse autor, a expressão progressista da modernidade latino-americana seriam os movimentos sociais que permearam o tecido social e político do subcontinente de demandas por direitos vinculadas a construções identitárias, em que assumem destaque as identidades produzidas pela politização de segmentos da população rural, sobretudo no Brasil e no México. Para José Maurício Domingues<sup>32</sup>, movimentos renovados de trabalhadores sem terra ou camponeses emergiram. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tem sido capaz de mobilizar grandes massas (...). Em muitas outras áreas, mesclando-se ou não com questões étnicas, as lutas agrárias não deixaram de rondar a América Latina, por vezes reunindo todos os que perderam com a globalização neoliberal.

A reconhecida presença dos movimentos sociais na reconfiguração recente, ocorrida na vida política do Brasil, interferiu significativamente na produção sociológica brasileira.

### **1.1 A sociologia brasileira e os “novos personagens”**

O contexto de eclosão dos movimentos sociais na história recente do Brasil é marcado pela supressão das liberdades e da participação política e pela repressão a toda forma de questionamento da ordem estabelecida pela Ditadura Militar. Esse foi um regime autoritário imposto por meio de um golpe de estado que destituiu o governo João Goulart, eleito pelo sufrágio da população, dado por forças militares em aliança com latifundiários, empresários, Igreja Católica e setores da classe média urbana em abril de 1964.

O fechamento de partidos políticos, o controle sobre os sindicatos e a imprensa, a perseguição aos movimentos de questionamento ao golpe e o cerceamento da participação

---

<sup>32</sup> DOMINGUES, J.M., 2009, p. 255.

política nacional constituíram um ambiente no qual a contestação social passou a ser viabilizada por caminhos diferenciados. Essa contestação ocorreu de maneira não generalizada, com diferentes padrões de legitimação e formas de apresentação de reivindicações populares. Vale dizer que ela ocorreu após um período imediatamente posterior ao golpe marcado pela desarticulação, pela repressão violenta e pelo exílio de lideranças e militantes dos movimentos contra o autoritarismo que, por vezes, optaram em fazer o enfrentamento ao regime por meio da luta armada. Eder Sader, autor do emblemático livro "Quando Novos Personagens Entraram em Cena", obra responsável pela configuração de quadros para a análise do significado político dos movimentos sociais, diante da retomada das greves nas metalúrgicas de São Paulo afirma:

[...] "eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem (...). Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no espaço público"<sup>33</sup>.

Para Sader, essa emergência era nova em relação ao período anterior ao regime, mas também em relação às experiências de contestação na história brasileira.

O adjetivo "novo", utilizado por Eder Sader, acabou por distinguir, sociologicamente, a conjuntura histórica de florescimento da luta política não institucional e de reorganização do sindicalismo. Entretanto, convém perceber a adjetivação não como o registro do aparecimento de um agir inédito, pois, assim, tornam-se invisíveis as formas de contestação popular anteriores ao regime militar. Talvez o adjetivo "novo" seja um indicativo da influência do marxismo na sociologia brasileira e, particularmente, nos estudos sobre movimentos sociais. Essa relação é possível quando se tem em conta que, como fala Gerd Bornheim, "o novo

---

<sup>33</sup> SADER, Eder, 1988, p. 332.

passa com Marx a ser uma espécie de categoria<sup>34</sup>. Isso porque, segundo o autor, Marx estaria sempre buscando os conflitos históricos nos quais se gesta uma outra coisa que os sucede, sendo essa coisa sucessora algo irreduzível a qualquer parte específica do conflito que a constituiu, portanto, nova. Nesse sentido, a inspiração marxista apontou a possibilidade de atribuir o sentido de novidade ao tempo de efervescência política em que a experiência contestatória fundiu-se à luta por redefinição da relação entre Estado e sociedade em bases democráticas que alcançam a contemporaneidade.

As novas formas de enfrentamento assumiram centralidade na redemocratização, pois demarcaram a contestação em passeatas, romarias, fóruns, mobilizações de massa, ações de silêncio, caminhadas, marchas e ações diretas, bem como na constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tantas outras organizações nacionais de reivindicação conformando o chamado campo democrático e popular<sup>35</sup> da política brasileira. Essa efervescência promoveu mudanças no sentido da democratização e da ampliação de direitos consubstanciadas na elaboração da Constituição de 1988, não por acaso, adjetivada de "constituição cidadã". Além disso, os movimentos sociais também impactaram no campo partidário, sobretudo na formação do Partido dos Trabalhadores.

A hibridização entre luta social e luta por democracia, bem como o papel dessa forma híbrida na promoção de uma conformação social e política reunida num texto constitucional inédito pode ser encarada como a particularidade da conjuntura política dos anos de 1970 e 1980. O papel dos movimentos sociais na recente reconstrução da institucionalidade democrática no Brasil foi, de fato, diferenciado de agitações sociais presentes em outros momentos históricos, por sua centralidade na busca por um país alicerçado no plano dos direitos. É esse lugar histórico,

---

<sup>34</sup> BORNHEIM, Gerd, 1992. p. 104.

<sup>35</sup> DAGNINO, Evelina, 2000.

muito mais do que o simples acontecimento, ou a (não) pioneira ocorrência, que confere razão de ser do uso, com fins interpretativos, de um adjetivo relativo ao inédito, ao que antes não existia, para nomeação da conjuntura política da redemocratização.

Toda a descrição feita até agora aponta para um cenário instigante cuja dinâmica foi fonte de questionamento, inspiração temática e renovação teórica para a sociologia brasileira. Segundo Barreira<sup>36</sup>,

[...] o que os trabalhos sobre movimentos sociais destacavam, não obstante as diferenciações argumentativas, era a necessidade do pensamento sociológico alargar horizontes de interpretação, tendo em vista entender a diversidade de ações interclassistas provenientes de segmentos populares e de classe média. (...) Práticas sociais inusitadas, com alvos diversificados, exigiam novas teorizações sobre os conflitos e as ações de agentes sociais.

A pesquisa produzida a partir da noção de movimentos sociais como sujeitos coletivos, nos quais se elaboram referências e se organizam práticas como forma de defender os interesses de seus membros, de expressar demandas e de constituir-se política e coletivamente nessas lutas, pode ser percebida em três fases.

A primeira fase circunscreve os trabalhos inspirados numa ampla convergência teórica e política entre intelectuais, setores políticos progressistas e lideranças dos próprios movimentos sobre o papel, absolutamente, transformador dos movimentos como atores políticos da sociedade brasileira. A conjuntura de redemocratização e mobilização por direitos sociais, com vistas à elaboração da constituição, influenciou um projeto sociopolítico no qual a sociologia aparecia, simultaneamente, como pensamento

---

<sup>36</sup> BARREIRA, Irlys, 2011, p. 154.



esclarecedor e impulsionador. Os sociólogos, que se dedicavam a pesquisar as ações de contestação, quase sempre possuíam vínculos com os movimentos sociais para além do interesse de pesquisa. A atividade científica se colocava como ação comprometida com a ampliação da capacidade de intervenção dos sujeitos sociais. Ao observar esse período, Maria da Glória Gohn<sup>37</sup> afirma que havia a crença, partilhada por todo um grupo social (intelectuais, artistas, políticos, sindicalistas...), de que os movimentos sociais representavam uma força nova e emergente que transformaria radicalmente a sociedade e o espaço público brasileiro. Esse projeto político forjou uma fecunda produção sociológica que deu visibilidade ao MST ao voltar-se para "os acampamentos e ocupações de terra que deram origem e ao mesmo tempo sustentaram a emergência e a consolidação como ator político crucial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" <sup>38</sup>.

A segunda fase diz respeito a mudanças no temário dos movimentos sociais com destaque para as questões do meio ambiente e da diversidade sexual. Todavia, a maior modificação identificada pela literatura especializada diz respeito à forma de apresentação e às estratégias de luta dos movimentos sociais. Nesse sentido, fala-se do surgimento de expressões institucionalizadas de demandas por direitos em que as ONGs assumem lugar e passam a participar do espaço público, partilhando a representação de interesses populares com os movimentos não institucionalizados. Fóruns e redes estabelecem espaços de interação entre os movimentos sociais e as ONGs numa elaboração, não sem conflitos, de programas políticos conjuntos. A institucionalidade democrática dos anos de 1990 produziu, portanto, espaços de participação social (conselhos, políticas públicas, orçamento participativo...) em que demandas, anteriormente, apresentadas em ações de caráter reivindicativo, transformaram-se em propostas acionadas em sistemas de parcerias dotadas de menor visibilidade política.

---

<sup>37</sup> GOHN, M.G., 1997.

<sup>38</sup> MEDEIROS, LEONILDE SERVOLO DE, 1997, p. 90.

Por conta das modificações nas práticas dos sujeitos coletivos, a sociologia afirmou uma "crise" dos movimentos sociais devido à percepção do refluxo de formas de ação direta por parte de segmentos e massas populares, bem como a institucionalização de demandas sociais. Essa "crise" (ou a percepção das mudanças, assim nomeada), associada às novas formas de apresentação de demandas, produziu certo desinteresse da sociologia brasileira pelos movimentos populares, tendo a pesquisa social privilegiado outros temas nos anos 1990. Para Irllys Barreira, "a relativa ocultação dos movimentos sociais na produção sociológica do último decênio foi ocasionada, de um lado, por mudanças nas lentes analíticas e, de outro, por modificações nas formas de apresentação pública das ações coletivas"<sup>39</sup>.

A rotinização das demandas, nas formas institucionais de processamento das reivindicações, parece estar na base de certo "silêncio" analítico depois do "barulho" da intensa produção acadêmica sobre os movimentos sociais. Contudo, "isso parece ter decorrido não apenas dos processos de institucionalização e normalização, mas, pelos menos em parte, de mudanças nas categorias analíticas empregadas"<sup>40</sup>. Nesse sentido, a sociologia pode ter passado por dificuldades para entender as transformações próprias ao campo político dos movimentos sociais, que acabaram colocando em questão a aposta inicial dos estudiosos na capacidade das ações coletivas impulsionarem uma mudança radical da sociedade brasileira. Uma aposta muitas vezes responsável pela ocultação, na prática de pesquisa, de certas ambiguidades internas aos movimentos. Portanto,

[...] o pensamento acadêmico parece ter sucumbido, assim, a um velho dilema da construção de conceitos: se, de um lado, o horizonte da transformação social, da emergência de processos inéditos apenas torna-se acessível mediante a reforma do pensamento e a criação de novas ideias

---

<sup>39</sup> BARREIRA, Irllys, 2011. p. 163.

<sup>40</sup> LAVALLE; CASTELO; BICHR, 2004, p. 36.

capazes de capturar o novum no mundo; do outro, é difícil elucidar até que ponto não é a própria mudança de perspectiva analítica que produz um efeito de novidade sobre fenômenos preexistentes<sup>41</sup>.

Diante das mudanças nos padrões de enunciação e no fazer da luta social, a produção sociológica dedicou-se a outros temas e pôde rever exaltações sobre o potencial político dos movimentos sociais afirmadas para além das possibilidades historicamente postas à ação coletiva de contestação. Entretanto, apesar da sociologia, em geral, ter reduzido a atenção à ação específica dos movimentos sociais, o MST continuou a atrair a atenção dos pesquisadores devido à manutenção do caráter massivo de suas ações e por conta da direção assumida pelos sem terra na contestação à experiência neoliberal vigente no período em foco. No contexto de refluxo das ações diretas, o MST manteve estratégias de enfrentamento caracterizadas pelo confronto aberto com o patronato rural e com a política de estado. As ocupações continuaram a figurar como estratégia de questionamento à concentração de terra, porém passaram a dividir espaço com ações dirigidas a angariar apoio social à luta do Movimento. Uma das ações foi nomeada de "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça" realizada, em 1997, com mobilização comparável aos comícios pela redemocratização. Para Cristine Chaves, a Marcha foi um "fato criador de fatos, visava fazer notícia e constituir opinião"<sup>42</sup>. O segundo período da produção acadêmica, também, converge com o processo de expansão do MST para todo o território nacional e sua institucionalização em congressos, encontros e instâncias de deliberação (coordenações, direções, setores).

A estruturação nacional, a manutenção de ações diretas e a visibilidade pública das ações do MST podem explicar o permanente interesse sociológico pelo Movimento

---

<sup>41</sup> Op. cit., p. 36.

<sup>42</sup> CHAVES, Cristine de A. 2000, p. 446.

constatado na ampla produção acadêmica relativa às suas ações. Mais ainda, o próprio MST constrói espaços de relacionamento com a comunidade acadêmica nas suas diversas atividades de formação – em que a presença de intelectuais, alunos, professores e o apoio institucional de universidades é corriqueira – e na sua rede de apoio social. E não se pode perder de vista a enorme atenção dada pela imprensa nacional e estrangeira a massacres contra militantes do MST, ocorridos em Corumbiara (RO) no ano de 1995 e em Eldorado do Carajás (PA) no ano seguinte. Essa repercussão internacional da violência nos conflitos agrários chamou atenção para o papel do MST na luta pela terra.

O início do século XXI reconstituiu o interesse acadêmico, não com a mesma centralidade do período em que eclodiram as mobilizações antiautoritárias, pelas ações coletivas impulsionado pela articulação de movimentos anti-globalização. Para Glória Gohn, “a produção teórica sobre os movimentos sociais no novo milênio defronta-se com novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX”<sup>43</sup>. Os efeitos da globalização, em suas múltiplas faces, reconduziram o tema dos movimentos sociais a um lugar central no plano internacional e como objeto de investigação por intermédio do movimento anti-globalização. Nesse sentido, a realização do Fórum Social Mundial (FSM) demarca um lugar de encontro das experiências sociais ocorridas pelo mundo inteiro, impregnadas de sentido emancipatório e antineoliberal repondo, internacionalmente, com desdobramento no plano nacional, a questão da multiplicidade da luta social. O Fórum, que teve suas primeiras edições na cidade de Porto Alegre (RS), como diria Boaventura de Souza Santos<sup>44</sup>,

[...] é o conjunto de iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais e organizações não governamentais e respectivas práticas e conhecimentos

---

<sup>43</sup> GOHN, M.G. 2008, p. 442.

<sup>44</sup> SANTOS, Boaventura Souza, 2004-2008, p. 3.

onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra as formas de exclusão social, de autoritarismo político e de imposição cultural, geradas ou agravadas pela presente fase do capitalismo conhecida por globalização neoliberal.

A terceira fase da literatura sociológica recoloca ações coletivas globais e locais no horizonte da disciplina, bem como amplia possibilidades analíticas a fim de observar o potencial político da contestação, assim como sua experiência de elaboração no encontro entre cultura e política. Toda uma agenda de pesquisa se estabeleceu ou assumiu centralidade, num horizonte interpretativo baseado no laço constitutivo entre dimensão simbólica e práticas sociais. Mais ainda,

[...] esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados<sup>45</sup>.

Este livro localiza-se entre os trabalhos responsáveis pela retomada de interesse analítico sobre os sujeitos coletivos, a partir das relações entre cultura e política, perseguindo um olhar retrospectivo, ou seja, vinculando-se à produção sobre os movimentos sociais direcionada à temática da história de luta social, na qual se localizam as experiências de constituição de sujeitos, dignas de registro e análise, porque ampliam ou redefinem o significado de mudanças sociais ocorridas por meio de ações de contestação

<sup>45</sup> ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17.

impulsionadas por segmentos populares. Enveredar pelo estudo da história dos movimentos sociais é "registrar sua ocorrência, resgatar seu papel no contexto da problemática social da época, e recuperar suas trajetórias enquanto elementos constituidores da cidadania política dos brasileiros, com todas as suas virtudes e vícios"<sup>46</sup>. Desse modo, a memória do MST no Ceará assume relevo e impõe o delineamento da trajetória social do Movimento.

## 1.2 O MST e a luta pela terra

A participação do MST no cenário da redemocratização assume destaque como forma de aglutinação de trabalhadores rurais em torno da reforma agrária, uma bandeira de luta nada inédita. Contudo, se a razão da luta não é uma novidade, há quem afirme o caráter "novo" do MST em outras bases. Sobre isso, sustenta Bruno Comparato<sup>47</sup>,

[...] pode-se dizer que o MST constitui um ator político novo, mesmo que nenhuma de suas ações ou características organizativas seja original. A novidade está na articulação, feita a partir de táticas e elementos já conhecidos, e na habilidade política que o movimento tem demonstrado, ao fazer aliados em vários segmentos da sociedade civil. Trata-se de uma forma diferente de reivindicação social, ou, se preferirmos, de uma nova forma de atuação política. Naturalmente, o MST não é o primeiro movimento de luta pela terra. Na história do Brasil há vários relatos de revoltas camponesas. Todos os movimentos anteriores, contudo, permaneceram limitados à região em que surgiram. A ação das Ligas Camponesas, nos anos 60 concentrou-se no Estado de Pernambuco e adjacências.

---

<sup>46</sup> GOHN, M.G. 2008, p. 213

<sup>47</sup> COMPARATO, Bruno Konder, 2001, p. 105.

O autor dá sentido ao adjetivo "novo" como distintivo do MST não por sua vinculação a um processo amplo de mudança da sociedade, conforme o uso da adjetivação para nomear a conjuntura da redemocratização, mas por seu caráter territorial nacional e pela rede de relações políticas do Movimento. Além disso, Bruno Comparato chama atenção para a enorme visibilidade midiática das ações dos sem terra que indica "o senso de oportunidade do MST, ou seja, a habilidade que seus líderes têm em prever quais manifestações mobilizam mais a imprensa nacional"<sup>48</sup>. Essa percepção da visibilidade do MST, no campo dos movimentos sociais contemporâneos, por vezes a firmação dele como a ação coletiva mais visível na atualidade, perpassa a produção sociológica. José de Souza Martins, além de afirmar a novidade do Movimento Sem Terra em sua eficácia simbólica de mobilização midiática, aponta o "caráter moderno e empresarial da sua organização"<sup>49</sup> como outro pioneirismo particular ao Movimento. Por sua vez, Lygia Sigaud classifica como novidade o fato de as ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas terem se tornado uma forma de relacionamento entre o Estado e a demanda social por terra que "indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado. Daí poder-se falar de um fato novo"<sup>50</sup>. Portanto, a relativização do termo "novo" quando se trata dos movimentos sociais, ou do MST, especificamente, não pode deixar de considerar as particularidades da organização social em foco neste trabalho e a conjuntura que lhe dá sentido, sob o risco de, na tentativa de combater uma ausência, acabar produzindo outra. Territorialidade, visibilidade, estruturação organizativa e impacto conjuntural aparecem como justificativas do papel assumido pelo MST no chamamento da opinião e agenda públicas ao tema da reforma agrária.

---

<sup>48</sup> Op. cit. p. 111.

<sup>49</sup> MARTINS, José de Souza, 2003, p. 196.

<sup>50</sup> SIGAUD, Lygia. 2005, p. 256.

A problemática agrária brasileira pode ser entendida como típica de países subdesenvolvidos. Para José Eli da Veiga<sup>51</sup>, a reforma agrária tem por expectativa um efeito distributivo na renda e um efeito produtivo na oferta de alimentos. Uma política de reforma agrária surge para resolver o impasse colocado pela questão agrária ao desenvolvimento capitalista das sociedades modernas. Assim, todas as economias capitalistas desenvolvidas fizeram a opção pela agricultura familiar no início do séc. XX, sobretudo no período seguinte à 1ª Guerra Mundial<sup>52</sup>. Nos países subdesenvolvidos, a agricultura familiar ficou encurralada em plantações patronais voltadas para o mercado externo. Não favorece ao crescimento intensivo, entendido como aumento de produtividade e incorporação tecnológica, uma estrutura agrária que comporta agricultura familiar e agricultura patronal, por conta da influência que o setor agrícola pode ter na determinação do salário das massas trabalhadoras. O aumento dos preços alimentares reduz o poder aquisitivo do salário do trabalhador urbano e dificulta o estabelecimento de um mercado consumidor da própria produção industrial interna.

Diante do processo de desenvolvimento nacional e industrialização, a questão fundiária começou a se colocar no debate público brasileiro. Leonilde Medeiros<sup>53</sup> afirma que no Estado Novo (1930-1945) a reforma agrária veio à tona com o tenentismo<sup>54</sup>, pois os tenentes acreditavam que o lati-

<sup>51</sup> VEIGA, JOSÉ ELI DA. 2004. P. 69.

<sup>52</sup> Para dar base à expansão industrial, as economias capitalistas necessitavam que o preço da alimentação representasse menos no orçamento do trabalhador e das classes médias, fazendo o consumo se dirigir aos produtos da indústria. A acelerada modernização tecnológica que acompanhou esse processo elevou a produtividade e, no contexto do mercado, barateou os preços dos alimentos. Esse barateamento foi tal que acabou por quase anular o lucro dos produtores, inibindo o desenvolvimento da agricultura patronal. Para Veiga (2004), as economias desenvolvidas apontam a reforma agrária como uma política que deve atender às necessidades do mercado consumidor, do conjunto da economia e do seu centro dinâmico: a indústria.

<sup>53</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 2003. p.103

<sup>54</sup> Movimento liderado por jovens oficiais do exército, engajados no debate sobre o desenvolvimento nacional para quem o "atraso político" do país se dava devido ao controle exercido pelos grandes proprietários de terra sobre o voto daqueles que trabalhavam em suas fazendas, impedindo a liberdade necessária à modernização política pela democracia.



fúndio estava vinculado ao domínio oligárquico tradicional entendido como a causa do "atraso político" do país. Setores tenentistas tentaram colocar a reforma agrária na pauta da constituinte de 1934, mas foram politicamente derrotados pelos parlamentares vinculados aos proprietários rurais.

A única medida adotada para reorganizar a produção no campo no período getulista foi a colonização de terras no centro-oeste e a tentativa de criar cinturões verdes em torno das metrópoles. Mesmo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada no período, não definiu claramente a condição dos assalariados do meio rural e a representação política dos trabalhadores rurais não ficou distinta da dos proprietários. Os regimes de sujeição, existentes no meio rural, não foram sequer considerados no ordenamento jurídico modernizador das relações trabalhistas brasileiras. Isso ocorreu, por um lado, devido à dificuldade de definir como assalariados o enorme contingente de trabalhadores da lavoura, distribuídos por todo o país em condições de sujeição regional e culturalmente diversificadas. E, por outro lado, pela força política dos grandes proprietários desinteressada em estender direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo.

O debate a respeito da reforma agrária permaneceu em círculos restritos a intelectuais e lideranças políticas até o início dos anos de 1950. Nesse período, o tema apareceu como eixo de um projeto de desenvolvimento nacional, modernização econômica e social. A reforma atuaria não só no barateamento, tão necessário à industrialização, da oferta de alimentos para as massas operárias das cidades, mas também na redução das desigualdades regionais do país. Segundo Celso Furtado, "a oferta crescente de alimentos nas zonas urbanas, exigida pela industrialização, a incorporação de novas terras e os traslados inter-regionais de mão de obra, são aspectos de um mesmo problema"<sup>55</sup>. As disparidades regionais adensavam-se pelo fato de nossa industrialização ter se concentrado nas regiões Sul e Sudeste. Nessas regiões, a acumulação de capital ocorrida na eco-

---

<sup>55</sup> FURTADO, Celso. 1976, p. 242.

nomia cafeeira serviu ao estabelecimento da indústria. Entretanto, a opção das elites oriundas do mundo agrário apontava para a modernização sem alteração da estrutura fundiária.

Juscelino Kubitschek (JK), em sua campanha eleitoral, chegou a falar sobre reforma agrária, porém de forma tímida. O Governo JK, reconhecido por seu impulso industrializante, interveio na agricultura com uma política de modernização produtiva da agricultura patronal no intuito de acabar com o atraso tecnológico no campo, contudo, sem interferir na concentração fundiária. Esse quadro foi modificado com a efervescência de conflitos por terra no Nordeste, nos quais os trabalhadores rurais articulavam-se nas Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas eram constituídas por trabalhadores do campo cuja resistência, ocorrida no interior das fazendas, aos proprietários rurais visava alterar relações de trabalho ou manter-se na terra diante de ameaças de expulsão. As Ligas tinham caráter localizado até a entrada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na organização dos trabalhadores rurais. O PCB atuava a fim de unificar os demandantes por terra em torno da luta contra o latifúndio que, no entendimento dos comunistas, fazia parte do feudalismo e atrasava o estabelecimento do capitalismo moderno no Brasil, condição necessária para a construção do socialismo. Nessa luta, o partido acreditava contar com a burguesia nacional que estaria interessada na constituição de um mercado interno para os produtos da indústria brasileira.

De acordo com Leonilde Medeiros, houve uma disputa pela orientação política dos trabalhadores rurais feita pelo PCB, por lideranças das Ligas Camponesas, como Francisco Julião, e pela Igreja Católica. O líder defendia a reforma agrária como o primeiro passo para a revolução socialista no país; portanto, não cabia aliança com a burguesia nacional nesse processo. A Igreja, naquele momento, atuava para combater a penetração de ideias socialistas

no Brasil e defendia desapropriações indenizadas como forma de parcelamento da terra sem prejuízo à propriedade privada<sup>56</sup>. As Ligas Camponesas, os comunistas e a Igreja Católica tiveram destacada importância para que a reforma agrária entrasse na agenda de discussão nacional sobre as mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento. O debate entre as forças políticas produziu um ambiente favorável a mudanças. No entanto, muitas propostas de reforma foram inviabilizadas no Congresso Nacional tanto pela ausência de consenso sobre o tema como pelo poder de articulação dos proprietários de terra, contrários a quaisquer alterações no direito de propriedade, defensores da modernização das técnicas agrícolas sem modificação da estrutura agrária nacional.

No início da década de 60, foram criados os canais institucionais, meios pelo qual os trabalhadores poderiam fazer fluir suas demandas. São eles: o direito à organização sindical e o Estatuto do Trabalhador Rural. O primeiro reconheceu a especificidade dos trabalhadores rurais em relação ao trabalhador urbano e permitiu a constituição de uma rede de organizações sindicais que, mesmo sendo uma frágil representação política, serviu para a apresentação e encaminhamento de demandas dos trabalhadores do campo. O segundo estendeu ao trabalhador rural direitos (registro profissional, décimo terceiro salário, férias...) já garantidos ao trabalhador da cidade. A evidente ampliação de direitos promovida pelo estatuto não atacava a centralidade do problema agrário, ou seja, a estrutura de propriedade da terra, pois "viabilizava a interpretação legal dos conflitos não como conflitos fundiários, embora muitas vezes o fossem, mas como conflitos trabalhistas, embora nem sempre o fossem"<sup>57</sup>. Essa alteração interpretativa estaria na base da divisão posterior entre as frentes de luta no campo. De um lado, os movimentos sociais que lutam pela terra como reforma agrária e, do outro, os sindicatos que lutam

---

<sup>56</sup> Há quem diga que a Igreja cometeu sério erro em não assumir a reforma agrária como política social dirigida a assegurar o direito sobre a terra às suas bases camponesas.

<sup>57</sup> MARTINS, José de Souza. 2000, p. 104.

por salário e direitos trabalhistas no meio rural. Nas sessões seguintes, as relações entre sindicatos rurais e o MST, suas polarizações e aproximações, serão exploradas nos acontecimentos de 1989 no Ceará.

A reforma agrária esteve na pauta política das décadas anteriores ao golpe militar nos debates sobre as reformas necessárias, ou não, ao desenvolvimento nacional. O debate intelectual, a agitação política das Ligas Camponesas e a vinculação do tema fundiário ao espectro político da esquerda (leia-se o PCB) garantiram centralidade à reforma agrária no debate das chamadas "reformas de base", um conjunto de medidas discutidas nos anos 1950-1960 transformado em proposição política por João Goulart; no entanto, com execução impedida pelo regime autoritário. O Governo João Goulart (1961-1964) afirmou a reforma agrária no conjunto das "reformas de base" apresentadas ao país, para desagrado das elites agrárias, e criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), vinculada à Presidência da República, contudo nada foi adiante por conta do golpe de 1964.

Segundo José Eli da Veiga<sup>58</sup>, depois de 1964, a reforma agrária deixou de ser um pré-requisito ao desenvolvimento econômico, contrariando todo o debate anterior ao golpe. A intervenção estatal, durante o regime militar, atuou "no sentido de promover uma aliança entre terra e capital que reduzia o alcance de qualquer reforma agrária porque retirava do capital a necessidade de incluir em seus planos o interesse político por ela"<sup>59</sup>. Na década de 70, o processo de mecanização da produção agrícola brasileira intensificou-se. Isso modernizou as tecnologias, manteve a concentração fundiária e desocupou muita mão de obra empregada nas culturas predominantes anteriores à modernização. Assim, caracterizou-se a modernização conservadora<sup>60</sup>, referente à incorporação tecnológica ocorrida

---

<sup>58</sup> VEIGA, José Eli da. 2004. p. 68.

<sup>59</sup> Op. cit. p. 105.

<sup>60</sup> SILVA, José G., 1982.

sem alteração da estrutura fundiária. Essa foi a estratégia central da política de desenvolvimento agrário promovida pelo regime militar.

Se, do ponto de vista produtivo, a modernização ampliou a oferta de produtos agrícolas, do ponto de vista distributivo, não logrou êxito. O processo de mecanização agrícola produziu um enorme contingente de expropriados no campo, pois as agroindústrias, ao se instalarem, tornaram desnecessários ao processo produtivo colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior de grandes fazendas, desse modo, eles foram dispensados pelos proprietários, assim, perdendo o próprio meio de vida. O trabalho, antes realizado pelo camponês, é substituído por máquinas<sup>61</sup>. Migrar para a cidade, buscar emprego na indústria ou dirigir-se às regiões de colonização eram as alternativas para as massas desocupadas no campo que constituíram o chamado êxodo rural. No Nordeste, esse processo foi dirigido pelo estado por meio do Banco do Nordeste (BNB), que atuava para superar o "atraso regional" (pobreza da população e baixo crescimento do PIB) com uma política de desenvolvimento que não colocava no seu horizonte a redistribuição de terras<sup>62</sup>.

A política de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte era uma estratégia do Governo Militar para solucionar os conflitos decorrentes de sua política agrária, sobretudo no Sul e Sudeste. Vale salientar que todas as transformações da agropecuária brasileira nesse período foram combinadas a uma violenta repressão das organizações camponesas. As ligas camponesas sofreram profunda desarticulação com perseguições e assassinatos de líderes. Para Martins, "a ditadura teve dezesseis anos para dismantelar os quadros das esquerdas que atuavam no campo"<sup>63</sup>. Disputas localizadas entre trabalhadores e grandes proprietários também enfrentaram forte retaliação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), surgida em 1963,

---

<sup>61</sup> Marx, Karl. 1980. p. 175.

<sup>62</sup> Para aprofundamento, consultar CARVALHO, 1982.

<sup>63</sup> MARTINS, José de Souza. 2000, p. 105.

logo após a constituição do direito à organização sindical, atuou a fim de adequar os conflitos ao Estatuto da Terra, mantendo a luta por reforma agrária em marcos institucionais, porém sem muitos avanços.

No interior dos conflitos sociais no mundo rural do contexto autoritário, o trabalho pastoral do cristianismo de libertação, articulado ao movimento sindical combativo e ao renascimento dos partidos políticos de esquerda, configurou o ambiente de construção do MST. De acordo com Leonilde Medeiros<sup>64</sup>,

[...] no que se refere ao processo de organização que começou a ser retomado, por mais molecular que fosse, produziu clivagens nas relações de dominação vigentes, tanto maior quanto maior a capacidade dos trabalhadores se fazerem ouvir, principalmente porque esse seu poder vai sendo progressivamente potencializado pela rede sindical, ação da Igreja, das organizações não governamentais, etc.

É preciso enfatizar o papel do cristianismo de libertação nessa conjuntura. Esse termo refere-se à atuação de igrejas cristãs, com destaque para o catolicismo, na organização dos trabalhadores rurais, tendo por referência a Teologia da Libertação (TdL). Leonardo Boff, um de seus teólogos fundadores, considera a TdL como uma redefinição da ação da Igreja Católica, e também das demais igrejas cristãs, no sentido de assumir a libertação dos oprimidos como missão da Igreja, sobretudo na América Latina e na África. Essa postura construída no cristianismo e disseminada como prática de ação pastoral no período autoritário representou uma radical mudança do papel político do catolicismo, com influência sobre outras igrejas cristãs, sobretudo, porque aliou a Igreja aos trabalhadores do campo "através de suas práticas nos movimentos sociais, nos sindicatos, nos partidos de cunho popular, nas comunidades

---

<sup>64</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 1997, p. 89.

cristãs, nos movimentos de resistência, e até no enfrentamento com as forças de controle e de repressão do regime então dominante"<sup>65</sup>.

A "opção pelos pobres" traduzia-se em práticas de cunho popular e religioso, inspiradas nos textos bíblicos, que buscavam alternativas ao sistema político-econômico considerado opressor na formação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Essas são sempre evocadas nas memórias dos sujeitos da primeira ocupação de terra do MST no Ceará, como espaços onde a contestação, por estar imersa em práticas religiosas, podia ser feita num contexto de repressão violenta. Dona Maria Lima diz que "como da igreja, nós tinha que entrar lá e celebrar, mas não como se nós fosse assim... que eles soubesse que nós ia pra ajudar que senão a opressão vinha forte pra cima de nós". A participação em CEBs, também, permitia o acesso às populações rurais em conflitos no interior das propriedades, bases sociais dos desdobramentos posteriores.

A libertação, de que fala Boff, era entendida como um processo histórico-social construído por aqueles que, ao tomarem consciência da opressão por eles vivida, se organizariam e reescreveriam a história na condição de sujeitos. Esta compreensão teológica combinava a análise marxista da sociedade com os ensinamentos sociais do Concílio Vaticano II<sup>66</sup>, uma fusão entre ideologia socialista e utopia cristã, cuja implicação era uma ação política que contrariava posições tradicionais do catolicismo no Brasil. Isso fazia da Igreja Católica, que outrora apoiara o golpe de 1964 e possuía uma aliança histórica com o latifúndio, uma instituição capaz de contribuir na reorganização das lutas populares no período ditatorial.

Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) congregando, inicialmente, bispos católicos da região

---

<sup>65</sup> BOFF, Leonardo,. 1996, p. 128.

<sup>66</sup> Reunião de bispos do mundo inteiro ocorrida no pontificado de João XXIII, na década de 1960, que redefiniu a atuação da Igreja Católica, aproximando-a dos problemas sociais.

amazônica que pretendiam interferir nos violentos conflitos de terra no Norte e no Centro-Oeste. Posteriormente, a CPT estendeu seu trabalho para todas as regiões de conflito agrário no país, oferecendo estrutura para reuniões, denunciando publicamente a violência no campo e até combatendo lideranças sindicais consideradas descomprometidas com os trabalhadores. O trabalho junto a paróquias e comunidades rurais fez da CPT uma fomentadora de novos movimentos camponeses, como o MST, insurgidos contra os militares.

Para João Pedro Stédile, atualmente, membro da coordenação nacional do Movimento, a Igreja "parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: 'espera que tu terás terra no céu'. Pelo contrário, passou a dizer: 'tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra' "<sup>67</sup>. O líder indica, portanto, que o trabalho de organização não é menos importante quanto o caráter ideológico da atuação da CPT. Além disso, ao aglutinar luteranos, sobretudo nos estados do sul, a CPT impediu que as lutas camponesas se fragmentassem na sua relação com as igrejas.

A formação do MST ocorreu num contexto de efervescência política no Brasil. O regime autoritário dava sinais de esgotamento, pois o desemprego e a inflação em alta evidenciavam o fracasso do seu plano econômico. Manifestações espalhavam-se pelo país com o intuito de reivindicar eleições diretas. Greves, como as ocorridas no ABC<sup>68</sup> paulista, e a formação da CUT pelo sindicalismo combativo indicavam a reorganização da classe trabalhadora na cidade. É importante ressaltar que a CUT incluiu a reforma agrária na sua agenda de lutas. Havia ainda toda a mobilização popular realizada pelo setor da Igreja Católica ligado à TdL e os calorosos debates sobre os destinos do país e a redemocratização que envolviam intelectuais, artistas, a ala progressista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB e

---

<sup>67</sup> FERNANDES; STÉDILE. 1999, p. 167.

<sup>68</sup> Região do estado de São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial brasileiro composta pelas cidades de Santo André, Santo Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.



os partidos de esquerda saídos da clandestinidade como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o PCB.

Em 1980, nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT), fruto da reunião entre movimento operário, setor progressista da Igreja Católica e intelectuais de esquerda. Em seu programa, defendia amplas mudanças na sociedade no mesmo ambiente político em que se formou o MST. Muitos dos atores que contribuíram na formação do Movimento, seja na oferta de estrutura para articulação, seja no plano ideológico ou de trabalho organizativo e mobilização, também participaram da construção do PT. Não é surpreendente, portanto, falar numa afinidade entre CUT, MST e PT. Além de possuírem forças sociais semelhantes atuando na sua gênese, o próprio imaginário da esquerda as confere um lugar na mobilização da classe trabalhadora para a luta política em espaços diferenciados: o MST no campo, a CUT na cidade e o PT na institucionalidade.

Vale ressaltar que o MST não era a única organização surgida no campo naquele período. Outras frentes de luta como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) são exemplos de que a representação política dos trabalhadores do campo deixava de ser exclusivamente sindical. Diante desse quadro, a CONTAG, que organizava nacionalmente o sindicalismo rural, passou a organizar atos públicos e passeatas para reivindicar desapropriações em áreas de conflito.

A luta pela reforma agrária associou-se às greves do operariado urbano no contexto de embate político pela democratização da sociedade. Nas diversas ocupações e acampamentos, os sem terra recebiam o apoio por meio de cartas ou declarações públicas de lideranças sindicais, bispos progressistas e trabalhadores organizados em outros movimentos camponeses. O Movimento se reuniu a uma comunidade de lutas pela democratização do país. Contudo, lutas e enfrentamentos ocorridos no campo, anteriores ao encontro realizado no Paraná, em 1984, onde se

elaborou o MST, têm importância central no acúmulo de experiências e na produção de sociabilidades entre os trabalhadores rurais e seus parceiros que viriam a se constituir como movimento social. Exemplos disso, nos estados do Sul, são os conflitos em Nonoai (RS) e na Encruzilhada Natalino<sup>69</sup>. Foram ocupações de fazendas, acampamentos e assentamentos caracterizados pela resistência dos camponeses aos efeitos da política de modernização agrícola que impedia sua reprodução por meio do trabalho na terra.

Entre 20 e 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel-PR, o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra debateu questões relativas às lutas dos trabalhadores e às políticas dos governos de estado e do governo federal, bem como analisou a realidade dos trabalhadores rurais sem terra e trabalho. Além dos sem terra dos estados do Centro-Sul do país, o encontro contou também com a presença de sindicalistas, agentes de pastoral, assessores da CPT, representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), de partidos políticos, da recém-formada CUT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Ao final do encontro, as conclusões indicavam os problemas do campo como resultado do modelo econômico, cuja expansão da pecuária e da plantação mecanizada do trigo, da soja, da cana, do café, dentre outros gêneros, excluía o homem do campo, pois combinava uma lógica de expropriação, expulsão da terra e intensificação da concentração fundiária. A esse modelo, os trabalhadores entenderam que deveriam responder com resistência. Reconheceram a ocupação como principal forma de acesso à terra, ao mesmo tempo em que servia para a denúncia das precárias condições de vida da maioria da população rural. A CPT foi considerada a principal entidade de apoio à resistência camponesa, ao lado dos poucos sindicatos combativos existentes. Os trabalhadores rurais convergiam para a necessidade de ampliação da luta por meio de uma organização autônoma em relação aos sindicatos, às igrejas e aos partidos políticos capaz de congregá-los; de socializar informações; de divulgar a luta por meio de estratégias de comunicação alternativa; de realizar atos

---

<sup>69</sup> FERNANDES, B.M., 2000. p. 318.

públicos; de pressionar o governo; de angariar apoio de outros segmentos da sociedade; de romper com o isolamento; de incentivar a participação de toda a família (jovens, mulheres, crianças e idosos) nas organizações e de contrapor-se ao modelo de sociedade capitalista fundante da condição de miséria no campo. Fundou-se, então, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra cuja construção ficava a cargo dos próprios trabalhadores rurais que se relacionariam de forma independente com igrejas, sindicatos e partidos políticos.

O MST constituiu-se como uma luta de massas com quatro objetivos: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa; lutar pelo fim do capitalismo; e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e dela vive. O encontro de Cascavel, portanto, não serviu somente para reunir a experiência dispersa em conflitos espalhados pelo mundo rural, mas deu lugar à elaboração de uma concepção de luta pela terra como luta pela reforma agrária por parte dos segmentos populares do campo, reunidos na identidade de sem terra que, segundo Leonilde Medeiros<sup>70</sup>, revitalizou a luta pela terra no final do século XX. Isso porque parceiros, meeiros, arrendatários, boias-frias, moradores, posseiros e até minifundistas passaram a ser consubstanciados na identidade política de trabalhadores rurais sem terra para o enfrentamento contra o latifúndio, modernizado como agronegócio, reconhecido como inimigo comum. O MST, nesse período, passou a operar uma permanente unificação da diversidade de posições e situações em que se encontravam os trabalhadores rurais por meio da luta por reforma agrária<sup>71</sup> e da ampliação da noção de sem terra como identidade política.

---

<sup>70</sup> MEDEIROS. Leonilde Servolo de. 2003. p. 103

<sup>71</sup> Há quem critique essa unificação por considerar que essa pode desconsiderar diferenças ou elaborar mediações, vinculadas a projetos políticos externos ao mundo rural. Um desses críticos é Martins (2003) que fala da “negação das diferenças apoiada na articulação mística de religião, ecologia e nacionalidade que, por meio de referenciais periféricos e divergentes dos diferentes grupos dessa diversidade, faz de um mínimo de convergências um máximo de unificação” (p. 199). Para o autor, essa negação funda um problema identitário e político próprio da disputa pela forma da reforma agrária entre o MST, demais sujeitos políticos do campo e o Estado que se vê no cenário político contemporâneo.

No ano seguinte, 1985, ocorreu em Curitiba (PR) o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. A expectativa da organização, apoiada pela CPT e pela CUT, era iniciar uma expansão do MST para todas as regiões do Brasil, constituí-lo como força nacional. Para tanto, foram mobilizados trabalhadores de todas as regiões do país inclusive do Norte e Nordeste. Nesse encontro, de acordo com o que indiquei na introdução, a participação de cearenses iniciou a construção do Movimento no Ceará. Dona Maria Lima relembra o contexto de sua participação com a seguinte frase: "nós fomos, mas muito escondido. Para me botarem no ônibus pra Curitiba era um monte de gente ali no meio... quando chegar lá, muito cuidado pra não haver opressão, diziam". Participaram, também, do congresso sindicalistas, padres, pastores luteranos e especialistas em questão agrária.

Apropriados dos objetivos estabelecidos no encontro de Cascavel, os trabalhadores discutiram em Curitiba as estratégias para a construção nacional do MST. Basicamente, definiram que a administração do Movimento deveria ser descentralizada, ou seja, a partir de coletivos com funções específicas sem cargos individualizados, tais como, presidente, secretário ou tesoureiro. Afirmavam a necessidade de profunda democracia interna, processos decisórios participativos e ligação orgânica entre lideranças e base do Movimento Sem Terra. Constituiu-se uma coordenação nacional com membros dos estados, onde os sem terra já estavam organizados, cuja tarefa era a elaboração de princípios gerais para a atuação do MST. A ocupação coletiva de terras foi considerada como "porta de entrada" do Movimento, ou seja, como mecanismo de aproximação do Movimento com os trabalhadores rurais por meio do confronto com o latifúndio. Não por acaso, os participantes saíram de Curitiba com a palavra de ordem "Ocupação é a única solução".

O processo de expansão do MST realizou-se com o envio de lideranças para organizar trincheiras de luta nos diversos estados do Brasil, com especial atenção para o Norte

e o Nordeste. Segundo Fernandes<sup>72</sup>, o trabalho de base para a mobilização de famílias com vistas à realização de uma ocupação de terra, a constituição de uma estrutura organizativa básica e de uma rede de apoio eram os primeiros passos para que o MST começasse a atuar numa região. Nessas redes de apoio, entravam CPT, CUT e PT. Em praticamente todos os estados foram essas entidades que, ao lado do Movimento, promoveram as ocupações e o debate político em torno da reforma agrária. O processo de formação nacional do MST, registrado na literatura sobre a luta pela terra no Brasil, deixa claro que a ampliação nacional do Movimento e a força política de sua atuação firmaram-se na combinação entre a direção política dos trabalhadores sem terra e a constituição de redes de apoio, sem as quais não teria sido possível sua expansão.

No Ceará, além das considerações apontadas pelos estudos sobre o MST, o estabelecimento do Movimento dialogou com as condições sociais, econômicas e políticas específicas ao meio rural cearense. E ainda incorporou as experiências de luta pela terra que se dava em conflitos espalhados por todo o estado. A multidimensionalidade do processo ocorrido no final dos anos de 1980 é revelada pelas memórias daqueles que viveram a conjuntura em foco. Desse modo, a prática política que interessa a esta obra é percebida nos capítulos a seguir, a partir das temporalidades construídas nas falas dos trabalhadores rurais que ocuparam as Fazendas Reunidas São Joaquim e na ritualização dessa ocupação pelo MST, como forma de condensação da experiência social de constituição do Movimento. A categoria tempo assume centralidade na interpretação das formas de enunciação do passado por quem o viveu e para o movimento social, que dele se vale para justificar suas ações. E, mais ainda, permite uma interpretação sociológica a respeito das exaltações e ocultações nas quais a ocupação é falada e ritualizada.

---

<sup>72</sup> FERNANDES, B.M., 2000. p. 318



### 2. O TEMPO DO PATRÃO

**A** temporalidade aqui apresentada reconstrói a vida nas Fazendas Reunidas no período anterior à ocupação realizada pelo MST. Essa reconstrução tem centralidade nas formas de sujeição do trabalho em grandes propriedades de terra e nos modos de ação do sistema de dominação política tradicional no contexto da concentração fundiária no Ceará.

O mundo rural brasileiro é prenhe de circunstâncias de trabalho e vida particulares à nossa formação histórica que foram compreendidas por José de Souza Martins<sup>73</sup> como formas não capitalistas de produção, apropriadas ao desenvolvimento capitalista nacional como meio de exploração do trabalho na economia agrícola. Essas formas não capitalistas de produção permearam a questão agrária e conferiram-lhe impactos do ponto de vista do trabalhista e para além dele. Populações de origem camponesa, como as encontradas nas Fazendas Reunidas, foram submetidas à moradia, ao colonato, à peonagem, ao foro, à meia, à parceria e ao arrendamento como forma de reprodução social no contexto da concentração de terra e do domínio oligárquico dos proprietários. Os sertões cearenses não fugiram a essa perspectiva. A situação fundiária aliada às adversidades climáticas (semiárido) e à ausência de incentivos creditícios e técnicos à pequena propriedade configurou um ambiente de vigência do chamado trabalho de sujeição na economia rural nomeado de moradia.

A moradia é o espaço social<sup>74</sup> em que a distribuição dos indivíduos se dá baseada na propriedade de terras que

<sup>73</sup> MARTINS, José de Souza. 1979. p. 155.

<sup>74</sup> BOURDIEU, Pierre. 1990. p. 234.

são o bem fundamental da produção da vida material e o elemento constituinte das relações que envolvem a todos. Nesse sentido, o patrão, que é o possuidor da gleba, está na posição mais alta e, portanto, possui a capacidade de determinar o regime de trabalho de todos aqueles que, despossuídos de capital fundiário, dispõem apenas da força de trabalho para as trocas, marcadamente econômicas, que se dão no referido espaço. Há entre os despossuídos, trabalhadores rurais, algumas diferenciações, pois podem ser vaqueiros, lavradores ou servidores da casa do patrão. Também existe uma hierarquia interna a esses trabalhadores entre a posição de simples morador, mais inferior entre todas as demais da relação de moradia, e a posição de gerente, ou seja, de maior proximidade com o patrão, de vigilância e controle sobre o trabalho de outros despossuídos e de autorização do patrão para a gestão da propriedade em sua ausência. O termo "sujeição" é utilizado pelos trabalhadores para demarcar o tempo de trabalho dedicado ao patrão e/ou aos compromissos assumidos com o proprietário. Como disse Sr. Andrade:

nasci bem aqui na extrema da terra, sou nascido e criado aqui. Meu primeiro serviço, quando eu comecei a trabalhar, foi nessa fazenda aqui do general Wicar. Porque tinha aquela sujeição, os morador dele trabalhava três dias pra ele e três dias pra nós.

A origem camponesa do Sr. Andrade, 60 anos, é confirmada por seu lugar de nascimento e pela condição de seus pais. Segundo ele, "meus pais já moravam aqui. Trabalhavam pra ele [general Wicar] também. Meu pai e minha mãe trabalhavam com ele. Quando eu comecei a trabalhar foi com meus pais". Desse modo, Sr. Andrade entrou no regime de moradia como parte do acerto de trabalho familiar realizado entre seus pais e o proprietário. Mais velho de doze irmãos, Sr. Andrade, assim como os demais moradores entrevistados, começou a trabalhar durante a infância. Uma prática de inserção no trabalho (hoje considerada precoce) disseminada no meio rural há tempos. Para se ter



uma ideia, Gregório Bezerra, homem de origem camponesa e importante agente na mobilização de trabalhadores rurais no século passado, relata em suas "Memórias"<sup>75</sup> o acerto entre sua mãe e o administrador de uma propriedade para que toda a família trabalhasse num engenho localizado na região canavieira de Pernambuco nos primeiros anos do século XX. Responsável por levantar de madrugada, preparar os bois para a jornada de corte da cana-de-açúcar e carregar os feixes cortados até o carro de bois, Bezerra confessa: "vez por outra escorregava nas palhas ou nos olhos de cana e caía com feixe e tudo. Levantava-me novamente e fazia a mesma manobra, prosseguindo no meu lufa-lufa de vaivém o dia inteiro e até nas noites de luar"<sup>76</sup>. Essa jornada resultava num menino que "à noite estava cansado. Meu corpo magricelo só pedia chão e esteira para dormir"<sup>77</sup>. Por sua vez, o menino Andrade, com oito anos de idade, já acompanhava o pai na labuta. A referência a esse tempo não é feita por ele acompanhada de revolta, ao contrário, parece enchê-lo de orgulho pela contribuição dada ao sustento familiar desde tão cedo. "Comecei a trabalhar pro Dr. Wicar com oito anos de idade, menino, meninozinho, correndo atrás do papai. O papai ganhava uma coisinha e eu ganhava outra. Quando era sábado, nós fazia feira", diz o Sr. Andrade. Semelhante sentimento encontra-se no texto de Gregório Bezerra quando afirma ter se sentido "o menino mais bem pago do engenho. E o mais admirado. Não somente pelo salário, mas sobretudo porque era ajudante de carreiro e tangia bois de carro"<sup>78</sup>. Esses são relatos de experiências sociais cuja opressão estruturante não impede a vivência dos sentimentos de distinção e dignidade, que compõem uma percepção positiva do trabalho, apesar da situação etária de quem o pratica. A arbitrariedade contemporaneamente reconhecida, inclusive no plano legal do trabalho infantil, não está colocada. Em seu lugar, está a vinculação e a reprodução social via trabalho familiar.

---

<sup>75</sup> BEZERRA, Gregório. 1979. p. 345.

<sup>76</sup> Op.cit. p. 35, 36.

<sup>77</sup> Op.cit. p. 35, 36.

<sup>78</sup> Op.cit. p. 35, 36..

Os acertos de trabalho, cuja família do trabalhador está implicada, são característicos das formas não capitalistas de produção. Segundo Martins, estamos diante de “uma concepção de trabalho bem diversa da que ganhou sentido na sociedade capitalista: a complementaridade do trabalho das diferentes gerações na constituição do patrimônio da família”<sup>79</sup>. Uma organização laboral não constituída na individualização, comum ao trabalho capitalista. Além disso, o termo família, neste caso, não compreende somente o núcleo imediato ao casal e sua prole, mas uma acepção de família extensa, basicamente de três gerações. O Sr. Andrade trabalhava com o pai, depois se casou e continuou a trabalhar na gleba, bem como a maioria de seus filhos.

## 2.1 A moradia nas Fazendas Reunidas São Joaquim

A denominação “sujeição” dada ao trabalho nas fazendas não é exclusiva daqueles que o experimentaram, como o Sr. Andrade. Analistas, também, utilizam a expressão para falar das formas de exploração do trabalho não assalariado estabelecidas no meio rural. Garcia Júnior afirma que a noção de sujeição apresenta-se para aqueles trabalhadores rurais “cujo tempo é controlado por um patrão ou têm obrigação estabelecida com dada periodicidade”<sup>80</sup>. Além disso, a noção se opõe à ideia do trabalho liberto como o dos agricultores cujo próprio tempo de trabalho, bem como o de suas famílias, não está sujeito a um proprietário, ou seja, sendo eles pequenos e médios produtores. Essa oposição se colocará, principalmente, na discussão sobre a percepção dos antigos moradores das Fazendas Reunidas a respeito das mudanças ocorridas na gleba após a ocupação. Por hora, a situação de trabalho e vida estabelecida, nos anos anteriores a 1989, na propriedade do general Wicar, é compreendida como vigência do trabalho de sujeição nomeado de moradia. Esse é um entendimento sobre a moradia como algo muito além da residência do trabalhador e

<sup>79</sup> MARTINS, José de Souza. 1979, p. 20.

<sup>80</sup> GARCIA Júnior. 1990, p. 52.

de sua família na propriedade onde ele labora, em concordância com a afirmação de César Barreira<sup>81</sup> que considera fundamental entender a moradia como relação social para além do pagamento de trabalho ou renda ao patrão.

O pagamento da renda ocorre quando é acertado entre patrão e morador que esse trabalhará na terra e pagará ao proprietário um percentual da renda obtida pela venda daquilo que foi produzido, ou seja, a sujeição. Se este acerto não incluir a possibilidade de residência do trabalhador e de sua família na propriedade, caracteriza-se a relação nomeada de parceria. Conforme o relato do Sr. Andrade e os estudos sobre os sertões cearenses, a moradia configurou-se como relação social amplamente disseminada<sup>82</sup>, pois "a moradia dentro da propriedade assume importância capital, decorrendo desse aspecto outros elementos para inteligência da 'parceria', como o 'fornecimento' de alimentos nos períodos de entressafra ou 'adiantamentos' em dinheiro"<sup>83</sup>. Portanto, a vinculação entre trabalhador rural e proprietário extrapola a dimensão estrita da produção, embora a ela permanentemente esteja articulada, em relações de dependência pessoal (habitação, subsistência e trabalho) fundantes de um sistema de dominação baseado na combinação entre a tradicional propriedade fundiária explorada comercialmente e uma forma não capitalista de produção agrícola. Essa, longe de ser um corpo estranho ao desenvolvimento capitalista brasileiro, aponta uma hibridização em que "o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção"<sup>84</sup>. O acerto próprio à incorporação

---

<sup>81</sup> BARREIRA. César. 1992. p.193.

<sup>82</sup> Segundo Martins, o surgimento desta sujeição está relacionado ao momento em que os fazendeiros de açúcar do Nordeste passaram a vender seus escravos, no comércio interprovincial, para os grandes fazendeiros de café do Sudeste. Por isso, "substituíram-nos, cobrando de seus moradores, livres, dias adicionais de cambão nos canaviais para que pudessem continuar cultivando o próprio sítio no interior das fazendas" (MARTINS, 2003, p. 207). Por esse meio, foi disseminada a relação de moradia por todo o Nordeste que, segundo o autor, existiu até meados dos anos 50 do século passado. Contudo, este livro mostra a vigência desta relação no mundo rural do Ceará, alcançando o final dos anos de 1980.

<sup>83</sup> Op.cit. p. 81.

<sup>84</sup> Op.cit. p. 3.

capitalista do regime de moradia confirma-se nas palavras do Sr. Andrade e, do também morador, Sr. Joaquim, 65 anos. Esse também afirma: "trabalhava três dias de sujeição pra ele [patrão] e três dias para nós. Nós fazia um roçado, mas a sujeição dos três dias sempre teve".

A sujeição confirmada pelo Sr. Joaquim particulariza a questão agrária brasileira, porque, no entendimento clássico, a questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representam para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura. O obstáculo representado pela concentração fundiária ao desenvolvimento capitalista pode ser expresso na redução da taxa média de lucro, por conta das limitações que os produtos agrícolas têm em agregar valor, ou mesmo nas dificuldades para a constituição de um mercado interno consumidor da produção industrial.

A imobilização de capital em terras figura, de certa forma, como um ato desprovido de racionalidade econômica. Além disso, a concentração de terras libera mão de obra por meio da exclusão, produzindo artificialmente um exército industrial de reserva, porque o trabalhador oriundo do meio rural não está imediatamente preparado para o trabalho fabril. Segundo Martins<sup>85</sup>, a questão agrária no Brasil surge quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Essa é uma experiência de desenvolvimento em que a propriedade e a renda da terra foram incorporadas à estratégia de reprodução ampliada do capital. Enquanto em outros países a reforma agrária - entendida como o parcelamento da propriedade com vistas à pequena e média produção familiar - interessa ao capitalista, sendo condição para sua reprodução, no caso do Brasil,

---

<sup>85</sup> MARTINS. José de Souza. 1997. p. 11-76.

ela ameaça um desenvolvimento econômico produzido na exportação de produtos primários e dependente da redução dos preços agrícolas, inclusive por meio da elevação da produtividade resultante da incorporação tecnológica, com vistas à concorrência no mercado internacional. Por isso, o problema fundiário brasileiro está diretamente implicado com a questão do trabalho e da exclusão social. Como diria Martins, "a questão fundiária e as lutas sociais dela decorrentes são expressões do moderno e da modernidade, sobretudo componentes das contradições que engendram e reproduzem a sociedade moderna no Brasil"<sup>86</sup>. Essa modernidade excludente alia grande propriedade e trabalho de sujeição estruturando a precariedade e a expropriação percebidas na experiência social da moradia.

De acordo com os moradores, o acerto com o general Wicar estabelecia que eles trabalhariam três dias por semana para o patrão, outros três dias disporiam para o trabalho de subsistência e haveria um dia para descanso. Entretanto, no cotidiano da fazenda, as relações se davam de outra forma. Segundo o Sr. Andrade, as tarefas a serem realizadas conforme as determinações do general necessitavam muito mais do que três dias para seu cumprimento. Nas palavras do morador, trabalhava mais pra ele [general Wicar] do que pra mim. A ordem, a sujeição, era três dias, mas eu cansei de trabalhar de mês sem trabalhar uma hora no meu serviço, só trabalhava pra ele. Trabalhei com ele a vida toda e debaixo das ordens dele. Por isso que eu digo: aguentei a vida toda.

O Sr. Joaquim, antigo morador, chama atenção para a rotina de trabalho, por vezes, ampliada em favor do proprietário.

"Tinha muito trabalho para fazer, às vezes, tinha semana todinha que trabalhava. Uma semana, duas, direto. Quando

---

<sup>86</sup> MARTINS. José de Souza 2003, p. 195.

pegava o tempo da colheita, trabalhava a semana toda".

A fala corrobora com a afirmação sobre a moradia e indica como "a falta de limites precisos na relação possibilita manipulação e arbítrio por parte do proprietário"<sup>87</sup>. Além da ampliação das horas de serviço ser decidida exclusivamente pelo patrão, o pagamento do trabalho não era feito em dinheiro (papel-moeda). General Wicar remunerava seus empregados, pelos serviços prestados fora dos dias de sujeição, escrevendo num papel qualquer o valor atribuído ao trabalho e esse papel servia para utilização como valor de troca num pequeno armazém de mantimentos (alimentação e vestuário), chamado de "fornecimento", que o general possuía dentro da fazenda. O "fornecimento" também vai além do abastecimento, pois ampliava-se em relações de trocas e dependência pessoal entre morador e patrão. Aquilo que não se conseguia comprar no "fornecimento", por não estar disponível, o proprietário trazia de fora, conforme solicitado.

Em momentos de infortúnios pessoais ou familiares, a permissão para abastecer-se de graça no referido armazém era uma atitude do proprietário vista como benevolente e digna de gratidão por parte de seus empregados. O que se confirma no relato de Dona Irene, 48 anos, esposa do Sr. Joaquim, cujo pai foi morador das Fazendas e morreu durante uma questão, na qual atuava em favor do Dr. Wicar, quando ela era ainda criança. Segundo ela, a morte do pai foi a maior responsável pelas dificuldades vividas quando menina. Sobre o período em que cuidava dos irmãos em casa, por ser a filha mais velha, enquanto a mãe trabalhava para o general, diz: "existia dificuldade porque a gente não tinha o pai da gente, né. O finado Dr. Wicar ajudou minha mãe quando meu pai morreu". Talvez por conta dessa ajuda baseada na garantia de trabalho, residência e alimentação, Dona Irene tenha, inicialmente, evitado falar sobre o tempo do patrão alegando "eu era criança, não sei contar nada

<sup>87</sup> BARREIRA, C. 1992, p. 22.

dele não". Essa fala pode ser compreendida como uma forma de ela resguardar-se do direito de não apresentar um relato pessoal positivo sobre o proprietário, visto que, depois da ocupação, um discurso negativo sobre o período do mando e, principalmente, sobre o próprio general se construiu e tomou força na memória coletiva daquela comunidade assentada por meio do trabalho político do MST. Além disso, esse relato positivo estava sendo feito diante de alguém que havia chegado a casa deles acompanhado de um assentado militante do Movimento. Entretanto, após a quebra da resistência inicial e feita a entrevista, Dona Irene revelou um sentido diferenciado daquele que hegemoniza a temporalidade própria ao domínio tradicional cuja centralidade no tema do trabalho de sujeição evoca a percepção da opressão e do jugo.

Apesar de afastada da representação majoritária constitutiva da memória sobre o tempo do patrão, as palavras de Dona Irene trazem uma dimensão particular ao exercício do mando e da dependência pessoal vista por Victor Nunes Leal como ter o patrão na conta de um benfeitor, porque advêm dele "os únicos fatores que sua obscura existência conhece"<sup>88</sup>. Essa exclusividade da atenção por parte do patrão, mesmo que encubra o sistema de exploração vigente, é percebida como benefício voluntário de um homem de posses e engendra uma vinculação por meio da necessidade. O relato de Dona Irene aponta ainda possibilidades de compreensão sobre o papel da mulher, visivelmente, vinculado ao espaço doméstico. Semelhante aos demais moradores, Dona Irene chegou a trabalhar, ainda criança, para o general Wicar, mas não na lavoura. Como ela mesma diz: "sempre dentro de casa". A menina Irene trabalhava em tarefas domésticas como as desenvolvidas por sua mãe para o general. Um lugar social do feminino percebido por Beatriz Heredia<sup>89</sup> quando, na articulação casa e roçado, a mulher está para a casa, unidade doméstica de consumo, e o homem está para o roçado, espaço de produção. Diferenças

---

<sup>88</sup> LEAL, Vitor Nunes. 1975.p. 270.

<sup>89</sup> HEREDIA, Beatriz. 1979. p.164.

de afazeres que consideram o gênero na base de sua distinção. Certamente, a pertença ao espaço doméstico deu à Dona Irene a percepção acurada sobre as necessidades básicas de sobrevivência e, portanto, ampliou a importância da ajuda do general para o sustento familiar que marca seu depoimento.

Segundo César Barreira, por conta de relações como o "fornecimento", pode-se afirmar uma rede de dependência em que está envolto o trabalhador rural como alicerce da dominação tradicional no campo exercida pelos proprietários baseada "no direito de trabalhar e morar em uma terra que não lhe pertence e receber fornecimento ou adiantamento para cultivar e manter sua família"<sup>90</sup>. A vulnerabilidade própria da condição do trabalhador rural constitui a moradia. Sobre a rotina de trabalho, convém retornar às palavras do Sr. Andrade para perceber o alcance do arbítrio do proprietário. Segundo o morador,

eu conheci um homem aqui, ele ainda é vivo, que ele era gerente dele [general Wicar]. Um tempo ele fazia cachaça. Ele fazia cachaça aqui. Esse homem trabalhou quinze anos sem dar nem um dia no serviço dele. Trabalhava no roçado dele de noite com lamparina. A mulher dele iluminava e ele limpava o mato. Quinze anos! Ele era trabalhador do engenho e trabalhava na caldeira tocando fogo pra fazer a cachaça e nunca teve tempo... É Luiz Aniceto, tá velhinho. Hoje mora no Quixeramobim

As imposições da concentração de terra estão na base da aceitação da jornada ampliada do trabalho de sujeição. Afinal, suportar uma circunstância tão adversa, como a descrita anteriormente, não é atitude de um trabalhador rural que tenha possibilidades de trabalho em condições mais dignas. Por isso, Caio Prado Jr. não hesita em afirmar: "a

---

<sup>90</sup> BARREIRA, Cesar. 1992, p. 23.



relação de causa e efeito entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária"<sup>91</sup>. Esse traço essencial sobre o qual fala o estudioso marca a vida dos moradores nas formas de exploração estabelecidas nos relatos e confirmada em documentos oficiais. O Relatório Técnico do Complexo de Imóveis Rurais Denominados Fazendas Reunidas São Joaquim S/A, produzido pelo INCRA e datado em outubro de 1985, afirma que os moradores da propriedade trabalhavam com agricultura e pecuária e tinham a possibilidade da pesca para sobrevivência, mas "vivem em condições sub-humanas devido ao sistema de exploração utilizado inicialmente pelo Diretor-Presidente da Empresa, sendo continuado pelos herdeiros atuais da propriedade"<sup>92</sup>. Mesmo sendo um relatório do órgão responsável pela política agrária, admite que o sistema de exploração do trabalho instalado na gleba há décadas se manteve porque nada foi feito pelo próprio INCRA para mudar as relações de trabalho, apesar da realização de várias vistorias ao longo dos anos, ou seja, um indício de certa conivência por meio da inércia das agências estatais da política para o campo produtora da ampliação do poder do patrão sobre aqueles cuja vida dependia de seu arbítrio.

A caracterização física do imóvel, apontada na Ação Ordinária de Nulidade de Ato Administrativo<sup>93</sup> de 05 de junho de 1989, revela a natureza da concentração de terra representada pelo complexo de fazendas. O documento registra que o INCRA vistoriou a propriedade do general Wicar em 1980 e percebeu a inutilidade de 13.000 ha dos 16.500 ha componentes das fazendas. Por conta disso, a gleba foi classificada como "latifúndio por exploração", conforme a legislação agrária. Ainda, segundo o documento, em 1985, o órgão realizou nova vistoria e constatou a continuada inexploração. Portanto, mesmo antes da morte do

<sup>91</sup> Prado, Caio Junior, 1981, p. 188.

<sup>92</sup> fl. 162.

<sup>93</sup> Medida tomada pelo juiz da 2ª Vara Federal do Estado do Ceará anulando os atos de desapropriação da fazenda que foram expedidos pelo INCRA, em 1986, no processo desapropriatório iniciado antes da ocupação.

general Wicar, a propriedade era pouco explorada produtivamente. Fenômeno acentuado depois do falecimento do patrão em 1983. Conforme a Ação Ordinária, "as lavouras detinham baixo índice de produtividade e os trabalhadores e os parceiros sediados no imóvel viviam submetidos a situações inaceitáveis face à inobservância das leis reguladoras da relação de trabalho"<sup>94</sup>.

O documento opera a partir da legislação agrária aprovada no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Em novembro de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra para estabelecer o marco legal necessário à desconcentração fundiária. O consenso, anterior ao golpe, sobre a necessidade de reorganizar a produção agrária e interferir na concentração fundiária fora apropriado numa legislação que determinava as condições de exercício do acesso à terra como direito. Segundo Leonilde Medeiros<sup>95</sup>, até hoje estão presentes nos conflitos agrários ambiguidades em torno das circunstâncias que envolvem o direito a terra, muitas vezes, constituindo-se como o cerne de disputas violentas entre trabalhadores e patrões. Frente aos conflitos no campo que permearam a conjuntura de instalação do regime de exceção, o Estatuto da Terra foi aprovado para, em tese, possibilitar o desaparecimento processual dos minifúndios e dos latifúndios.

O estatuto classificava as propriedades rurais em minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndio por extensão e empresas. Os minifúndios eram as propriedades incapazes de prover o sustento do produtor e de sua família pelo fato de ter área menor que um módulo rural. Essa era a unidade de medida dos imóveis rurais que considerava a capacidade do imóvel garantir a subsistência de uma família na relação entre dimensão, localização e aproveitamento. O latifúndio por exploração era a propriedade explorada em nível menor que as demais propriedades da sua região e tinha entre 1 e 600 módulos rurais. Excedendo esse limite,

---

<sup>94</sup> Ação Ordinária de Nulidade de Ato Administrativo 008/87.

<sup>95</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 2003. p. 103.

a propriedade seria considerada latifúndio por extensão independente de seu aproveitamento. Classificava-se como empresa o imóvel que não excedesse 600 módulos rurais de área, aproveitasse o solo de forma racional e cumprisse a legislação trabalhista e ambiental. A empresa rural era apontada como o imóvel ideal para o meio rural e os mecanismos que transformariam o latifúndio, por exploração ou extensão, em empresa seriam a desapropriação, apenas em caso de tensão, a tributação progressiva e o apoio técnico à produção. O texto não só definiu as condições de acesso à terra como apontou um projeto de desenvolvimento rural baseado na ideia de racionalizar a produção agrícola, tornando eficaz sua exploração, e, por isso, atribuiu classificação negativa para o latifúndio e o minifúndio e nomeação positiva para a empresa rural como modelo a ser implementado.

A despeito do instrumento legal aprovado oito meses após o golpe, a Ditadura Militar associou-se às elites agrárias, rearticuladas para impedir alterações da estrutura fundiária permitidas pelo estatuto, e apoiou uma política de apropriação de tecnologia agrícola nas grandes propriedades por meio de incentivos fiscais e creditícios. Conforme Martins, frente aos impasses políticos resultantes da questão agrária que embasaram o golpe, "o Estado brasileiro criou um aparato institucional para administrar a questão fundiária, de modo a que ela não compromettesse e não comprometa os planos nacionais de desenvolvimento que a têm como um dado secundário"<sup>96</sup>. Nesse processo, até mesmo empresas do setor industrial foram atraídas para o campo inclusive por meio de concessões de terras públicas em áreas de fronteira, uma agroindustrialização. As noções de latifúndio por extensão e desapropriação foram esquecidas. Isso explica porque a classificação de "latifúndio por exploração", atribuída pelo INCRA do Ceará às Fazendas Reunidas, não resultou numa ação desapropriatória mais célere. Havia uma conjuntura política em favor da estrutura fundiária.

---

<sup>96</sup> MARTINS, José de Souza. 2003, p. 193-232.

A não revisão do direito de propriedade garantida pelos militares permitiu ao capital brasileiro ter na terra um importante instrumento para reserva de valor e especulação. Essa é uma marca estrutural da questão agrária brasileira, ou seja, o direito de propriedade<sup>97</sup> como assegurador da estrutura fundiária para a especulação rentável e improdutiva. A maior distinção no campo está na relação entre os grandes proprietários e a massa de trabalhadores rurais sem terra ou com terras insuficientes, seja do ponto de vista quantitativo, pouca terra para plantar, seja do ponto de vista qualitativo, solos não agricultáveis. Circunstância historicamente construída com protagonismo dos setores proprietários frente às populações sob seu domínio. Nas Fazendas Reunidas São Joaquim, o padrão inclusive mediava as relações entre os moradores e o mundo fora dos limites da propriedade. O Sr. Joaquim disse que não saberia dizer exatamente quanto tempo passou sem ir e nem mesmo conhecer o centro da cidade de Quixeramobim, cidade que pertenceu ao município de Madalena<sup>98</sup>. A fala do antigo morador converge com a assertiva de César Barreira sobre a dominação tradicional no sertão, onde "os proprietários rurais eram, de fato, o único elo de ligação entre os camponeses e o 'mundo político', entre os camponeses e o 'mundo econômico' ou entre os camponeses e o 'mundo das leis'"<sup>99</sup>. Essa era uma mediação construída na ausência do Estado e pela dependência dos trabalhadores rurais em relação aos patrões. Se a remuneração do trabalho era feita pelo mecanismo do "fornecimento", ou, como diz o Sr. Andrade, "num valezinho que valia lá na bodega dele", quais as estratégias dos moradores para obter dinheiro? Os relatos indicam a venda do excedente da produção de feijão e milho dos seus

---

<sup>97</sup> Uma estrutura jurídica, segundo Martins, que remonta à promulgação da Lei de Terras, em 1850, onde se cristalizou a propriedade absoluta e o mecanismo de compra e venda como forma exclusiva para a obtenção de terras no país. Legislação que institucionalizou "um direito fundiário que impossibilita desde então uma reformulação radical de nossa estrutura agrária", diz Martins (2000, p. 102).

<sup>98</sup> Em 1986, através de um plebiscito, foi outorgada a categoria de cidade ao distrito de Madalena. A emancipação foi aprovada pela Lei nº 11.274 de 23/12/1986 e instalada em 1/1/1989. Fonte: <http://www.madalena.ce.gov.br>

<sup>99</sup> BARREIRA, C. 1992, p. 18.

dias de trabalho ou de algum animal da pequena pecuária particular como forma de conseguir condições para consumir fora da propriedade. Segundo o Sr. Andrade:

se nós não fizesse isso, como nós ia comprar coisa fora? Ele não fazia qualidade de dinheiro real. Dinheiro mesmo só se o "cabra" fizesse por onde vender um milho, vender um feijão, vender um bode, vender um porco. Ele não empatava da gente criar não, podia criar. Plantar o que você plantasse era seu, o que eu plantasse era meu. Agora eu digo que a gente fazia pouco porque as condições que a gente trabalhava era pouco...

Os moradores encontravam, na comercialização do excedente da pequena produção familiar, uma possibilidade de renda para o atendimento de necessidades básicas não cobertas pela assistência do general. Entretanto, essa caracterização das adversidades de trabalho e remuneração, própria ao discurso dos moradores sobre o tempo do patrão, não se apresenta nos mesmos contornos quando se observa o discurso do Sr. Raimundo Aniceto, antigo gerente do Dr. Wicar. Vale registrar a diferença entre o papel de gerente e o papel de morador na hierarquia interna às fazendas nas próprias palavras do Sr. Raimundo. Disse ele:

eu tomava conta da fazenda, depois eu passei a trabalhar em carro pra ele [general Wicar]. As viagens dele por aqui era eu que fazia. Viagem para Tauá, para Quixeramobim. Trabalhei vinte anos no carro. Eu nunca trabalhei em outro serviço que não fosse de vaqueiro ou de carro. Eu nunca trabalhei de enxada, ele sempre botou trabalhador. Eu nunca no mundo trabalhei no sítio [roçado] não.

Além de demarcar seu lugar no trabalho interno, o Sr. Raimundo afirma a confiança que tinha do patrão para

dirigir o trabalho dos moradores. Ele era autorizado pelo general Wicar para ferrar, com a assinatura do proprietário, os bezerros da gleba. Além disso, "durante os três dias [de sujeição] da fazenda eu vinha botar o povo pra trabalhar. O meu serviço era esse. Eu nunca disse assim 'fui trabalhar num sítio acolá de enxada', trabalhava no roçado pra mim", completou ele. A diferenciação de sua posição está em não trabalhar diretamente na terra pagando sujeição, mas coordenando os demais lavradores. Ao falar do trabalho por ele dirigido, ressalta que o patrão pagava pelo serviço. "No tempo que o general era vivo todo mundo tinha que trabalhar. Ele pagava, ele não queria nada de graça não. Ele pagava, mas o cabra tinha que trabalhar", disse o Sr. Raimundo sem tratar da forma de pagamento e demonstrando reconhecer uma dimensão virtuosa nesse compromisso do patrão em remunerar o trabalho. Esse reconhecimento é confirmado pela voz em tom enfático e pelo gesto de elevar o dedo indicador no momento em que relatava o assunto. Outra virtude reconhecida pelo antigo gerente é "nunca ter faltado escola. Ele [general Wicar] pagava um professor por conta dele. Sempre tinha escola pros meninos estudar de noite. Agora, de dia não tinha, só para as mulheres", contou o Sr. Raimundo. Não haver escola para os meninos durante o dia é um dado que retoma a discussão apontada no início deste capítulo a respeito do trabalho infantil disseminado no meio rural e, como não seria diferente, na gleba do general Wicar. Trata-se de uma situação convergente com o indicativo sobre a articulação entre dimensão de idade e de gênero na diferenciação de trabalho no mundo agrário conforme é apontado por Beatriz Heredia<sup>100</sup> e pelo testemunho do Sr. Raimundo. Dizia ele, "todo menino trabalhava e estudava. Um menino meu com dez anos tinha que trabalhar". O antigo gerente, também, é filho de pessoas que trabalhavam para o general e começou a trabalhar aos dez anos.

Apesar do relato do Sr. Raimundo, os moradores Sr. Joaquim e Sr. Andrade não abordaram a possibilidade de estudar quando se referiram ao tempo do patrão. Compreendo

---

<sup>100</sup> HEREDIA, Beatriz. 1979. p. 164.

a indisposição para dedicar suas noites ao letramento por parte de pessoas cuja intensidade da rotina de trabalho, iniciada na infância, já fora demonstrada. Uma face do trabalho de sujeição como impedimento à alfabetização e à escolarização presente, também, nas recordações de Gregório Bezerra ao falar da resposta recebida de sua mãe aos apelos feitos por ele para estudar. Disse ela que se colocasse o menino Gregório, então com sete anos, na escola, teria que colocar os outros nove filhos. Isso prejudicaria a renda familiar que dependia do trabalho de todos eles. Gregório afirma ter se arrependido naquele momento por “ter pedido uma coisa impossível”<sup>101</sup>. Se não impossível, certamente uma possibilidade remota tanto para Gregório como para os moradores das Fazendas Reunidas São Joaquim.

As diferenças entre o relato do Sr. Raimundo e dos demais moradores, também, aparecem quando o assunto é a produção para subsistência. Os moradores afirmam as dificuldades em cuidar da pequena produção particular por conta das tarefas exigidas pelo proprietário para as quais dedicavam até mesmo os dias de trabalho não incluídos na sujeição. O Sr. Andrade rememora que “ele [patrão] dizia a ordem pro gerente e dizia ‘manda o Andrade fazer’. Quando ele terminar, ele vai para o [roçado] dele”. No entanto, o Sr. Raimundo apontou os incentivos do general Wicar ao cultivo de subsistência dos moradores. Segundo ele, quando chovia, o patrão “dava um mês àquele morador para plantar o roçado. Aquele mês não trabalhava na fazenda. Todo mundo ia plantar o roçado”. Distintas percepções sobre o trabalho de sujeição e seus impactos no tempo do patrão, certamente, constitutivas de faces do ocorrido. Essas diferenças de percepção devem ser problematizadas levando em conta o alerta de Michael Pollak, pois “a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados”<sup>102</sup>. A diferenciação das narrativas reafirma, contudo, o caráter estruturante e diferenciador da posição

---

<sup>101</sup> BEZERRA, Gregório. 1979, p. 345.

<sup>102</sup> POLLAK, Michael. 1989, p. 8.

social na construção da memória. Não uma contradição, mas uma confirmação da hierarquia do trabalho na estrutura de propriedade constitutiva à temporalidade descrita.

## 2.2 O coronelismo e suas questões: modos de ação

Os relatos sobre o tempo do patrão expressam as relações de dependência entre moradores e proprietário que limitaram a possibilidade de questionamento das formas de domínio estabelecidas nas Fazendas Reunidas São Joaquim, um mundo rural constituído de vínculos pessoais internos à grande propriedade baseada na moradia. A rede de dependência instalada entre patrão e moradores gera uma situação de sujeição humana complicadora do questionamento político da dimensão arbitrária (até mesmo nos termos capitalistas) das relações de trabalho. Não há relatos de situações nas quais os moradores tenham questionado, de alguma forma, as condições impostas pelo general Wicar.

A situação de trabalho e vida descrita pelos trabalhadores que moravam na fazenda do general coloca uma pergunta: por que eles não abandonavam a propriedade? Apesar de todo o contexto de jugo - o patrão era a única expectativa de inserção pelo trabalho para pessoas que, em sua maioria, já nasceram sob seu domínio - não havia o controle absoluto do general sobre o ir e vir dos moradores (caso contrário, esse trabalho seria sobre escravidão). O regime de moradia permite que o morador possa se desligar do patrão, voluntariamente, embora as condições objetivas sejam desfavoráveis. O próprio relatório técnico do INCRA afirma: "se as condições internas às fazendas são ruins, pior são fora da gleba, pois os trabalhadores que de lá saem sequer são indenizados"<sup>103</sup>. O documento diz ainda que "o proprietário, ou melhor, o tirano, jamais permitiu que eles [moradores] plantassem culturas permanentes"<sup>104</sup>, impedindo o requerimento, por parte dos moradores, de

---

<sup>103</sup> Relatório Técnico do INCRA. p. 163.

<sup>104</sup> Relatório Técnico do INCRA. p. 163..



indenização relativa aos gêneros plantados. O Sr. Joaquim confirmou a informação, pois "ele [general] dizia que era campo florestal, não era pra explorar a mata não" e, assim, justificava a impossibilidade do plantio permanente de qualquer cultura por parte dos moradores.

O autoritarismo reinante na propriedade é traduzido na forma de uma indagação no relatório técnico quando pergunta: "se algum direito eles [os moradores] tivessem, quem iria defendê-los contra o todo poderoso Wicar Parente de Paula Pessoa?"<sup>105</sup>. Contudo, os relatos dos próprios moradores revelam outra dimensão das relações com o general Wicar, a saber: a ignorância da arbitrariedade das relações sociais na fazenda, apesar do reconhecimento do caráter opressor do mando exercido pelo general Wicar. Segundo o Sr. Andrade,

eu digo que ele era um velho carrasco, mas na mesma hora ele era um velho meio bom. Ele não era ruim não, ele era carrasco porque ele tinha muita ordem, era ordem medonha as ordem dele. Se ele dissesse uma coisa, tinha que ser cumprida. Se ele dissesse que era pra fazer uma coisa, o "cabra"<sup>106</sup> tinha que fazer. Se ele dissesse, ele não voltava a palavra dele atrás não. Trabalhei quase 40 anos. Trabalhei pra ele e toda vida o que eu queria ele me ajudou também. Não vou dizer que ele não me ajudou porque ele me ajudou, mas coisinha pouca. Quando ele mandava eu fazer uma coisa, eu tava fazendo.

Embora sua patente militar não possa ser dispensada como elemento importante da forma autoritária com a qual geria a fazenda, a caracterização do proprietário como um velho bom e ruim pode ajudar na compreensão da ausência de conflitos na propriedade. Essa ambiguidade é o sustentáculo de formas de vida e trabalho sob arbítrio patronal

<sup>105</sup> Relatório Técnico do INCRA. p. 163.

<sup>106</sup> Expressão de uso popular para falar do homem em sentido genérico.

próprias à cultura popular gestada na opressão. Assim, conforme a argumentação de Marilena Chauí, para quem “ambiguidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambiguidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo elas, também, ambíguas”<sup>107</sup>. Isso explica os relatos dos moradores sobre o tempo do patrão constituídos não de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas daquilo que aparentemente seria contrário. Como diz o Sr. Joaquim: “eu não vou dizer que ele era só ruim não, porque quando era no final do dia ele ficava assim conversando com você”. Essas são articulações fundantes da conformação necessária ao estabelecimento do mando tradicional, ou seja, uma expressão das relações de favor e dependência entre os moradores e o general Wicar típicas do domínio coronelístico de base agrária.

Victor Nunes Leal, ao discutir o coronelismo como exercício do poder tradicional constituinte do meio rural brasileiro, aponta para a liderança política local exercida por proprietários de terras apelidados por um resquício da extinta Guarda Nacional<sup>108</sup> que indica muito menos a patente militar e muito mais a situação de poder. Sustenta Leal<sup>109</sup>,

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É

---

<sup>107</sup> CHAUI, Marilena. 1986, p. 180.

<sup>108</sup> A Guarda Nacional foi criada em 1831 e possuiu, durante quase um século, destacamentos nos municípios brasileiros chefiados por fazendeiros, comerciantes e industriais abastados. O comando em chefe da Guarda Nacional exercia a direção política local confiada pelos governos provinciais. A Guarda passou da Monarquia para a República até ser extinta oficialmente, apesar de ter sobrevivido como influência na estruturação social e política local do país por longo tempo.

<sup>109</sup> LEAL, Victor Nunes. 1975, p. 270.

antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

O poder privado assentado no domínio e na sujeição do outro não pode ser compreendido "sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis"<sup>110</sup>. Isso porque a pobreza e a vulnerabilidade pelas quais passavam as populações de trabalhadores rurais as subordinavam a oportunidades de trabalho vinculadas a donos de enormes propriedades de terras. Além disso, a situação dos pequenos proprietários era, via de regra, difícil devido à impossibilidade de concorrência com a grande propriedade e as dificuldades de financiamento da produção. Essa condição fazia os trabalhadores, que possuíam alguma terra própria, procurarem trabalho de sujeição, como a parceria, nas grandes propriedades de terras.

César Barreira<sup>111</sup> identifica três momentos da vigência do coronelismo como sistema de dominação política. O primeiro momento tem como característica os próprios coronéis-fazendeiros ocupando os postos de comando político. Algo ocorrido desde o início do período republicano até a década de 1930. O segundo é marcado pela delegação quase total da representação coronelística, embora os proprietários exercessem domínio sobre os políticos, devido ao controle de votos exercido pelos fazendeiros sobre a população trabalhadora rural a ele vinculada pela sujeição de trabalho. Isto é uma redução do protagonismo político dos coronéis, sem arrefecimento do coronelismo como relação social autoritária tal como encontrado na experiência social das Fazendas Reunidas São Joaquim. O terceiro momento se dá quando os proprietários continuam a delegar poder,

---

<sup>110</sup> Op. cit. p. 270.

<sup>111</sup> BARREIRA, César. 1992. p. 20

mas perdem controle sobre os “currais eleitorais” e os políticos, configurando, assim, um gradual enfraquecimento dos coronéis. É considerável o significado político de um mundo rural estruturado no mando tradicional, cujas formas de ação, por vezes, incorporavam a violência.

Além do exposto, os relatos dos moradores colocam outro elemento para a compreensão da admissão do domínio patronal. Segundo o Sr. Andrade:

o Dr. Wicar era muito questioneiro. Ele nunca foi a uma questão pra não levar o Andrade. Eu nunca fui embora? Eu não sei o porquê. Porque o general, às vezes, não fazia com que a gente ir embora. Eu tava com um roçado agora, todo seguro por quebrar, todo por colher, era a hora que ele ia buscar eu pra uma questão. Um fazendeiro que ele bulia.

A atuação dos moradores como jagunços do proprietário nas disputas violentas entre esse e outros fazendeiros, as chamadas questões, também, fazia parte do cotidiano da moradia nas Fazendas Reunidas. Essa participação dos trabalhadores rurais como agentes de defesa do patrimônio de seu patrão nos conflitos com outros proprietários representa, concretamente, a submissão ao sistema de dominação e sujeição. Além disso, indica uma forma de participação em conflitos sociais que os distanciava do questionamento com os setores dominantes, pois tomavam posição em favor do proprietário. As disputas de tão violentas colocavam em risco a própria vida dos moradores. O Sr. Andrade conta ter assistido à morte de um morador, o pai de Dona Irene, quando mais de dez moradores do general Wicar numa caminhoneta se dirigiam a outra fazenda para derrubar casas de moradores de outro proprietário. Relatou:

quando o tiro pegou, eu ia sentado no canto de uma F1000 [caminhoneta] e o que morreu ia no meio. Eu ia bem no canto. Trezentos caroço de chumbo no que

morreu e uma bala no outro! Eu caí pra trás no chão, no meio da estrada sem nada nas mãos. Quando me levantei passando as mãos no espinhaço, sem falar por causa da pancada... Parece que ainda hoje tá doendo por causa dessa pancada no chão. Levantei. O que eu vi foi o cara que matou como daqui a essa parede [curta distância] com a espingarda e o revólver na mão.

A participação em ações como as descritas acima fazia dos moradores pessoas marcadas com o distintivo social dos seus patrões. Sair da propriedade era, também, perder a proteção dada pelo fazendeiro àqueles que defendiam seu patrimônio, ou seja, um risco adicional à vulnerabilidade então vigente. Como diz César Barreira, os trabalhadores eram "morador do fulano". Esse termo representa a vinculação social pelo trabalho cuja implicação social alcançava até as possibilidades de vida e morte. O interconhecimento próprio aos espaços rurais permitia, contudo, atitudes de respeito e lealdade entre os próprios moradores envolvidos nos contextos violentos. É assim a explicação dada pelo Sr. Andrade para não ter sido morto diante do homem armado, assassino de seu companheiro. Conta o morador:

Deus me guardou e ele não me matou. Eu já conhecia ele. Eu conhecia ele e ele me conhecia. Ele viu eu me levantar, deu as costas e correu dentro de uma mata que tinha e eu fiquei. O carro que eu ia correu e foram acabar com a casa do homem.

Atuar como jagunço numa questão não era ato voluntário. Os moradores sabiam dos riscos colocados e, por vezes, utilizavam de estratégias para tentar dirimir o patrão das investidas contra seus desafetos. O Sr. Andrade fala sobre uma passagem quando estavam sendo levados os moradores e o general Wicar em direção ao roçado de outra fazenda para destruir a plantação de um inimigo do general. Diz o antigo morador que o motorista optou por um caminho muito mais longo do que o necessário, para ver

se a ampliação da viagem fazia o general Wicar desistir do seu intento. Nada feito, pois, de acordo com o relato do Sr. Andrade, "quando nós chegamos no roçado, encontramos o roçado todo de milho maduro. Cada uma cabaça, cada uma melancia! Foi uma destruição medonha. Nós derrubamos a cerca todinha". Tudo ocorria na presença do general. Nas palavras do Sr. Andrade, "tudo a mando dele e ele no meio".

A memória do Sr. Andrade aponta o entendimento dos proprietários sobre a participação dirigida dos moradores nos conflitos. Relata o antigo morador ter derrubado, junto com outros trabalhadores, a cerca de um fazendeiro chamado Alfredo Inácio. Ao terminar a derrubada, o próprio Alfredo Inácio apareceu e chamou-os para ir à casa dele. Então:

nós chegamos na casa dele, na fazenda do Alfredo Inácio. Aí ele deu leite pra nós beber, deu queijo, deu bolacha. Tinha coelhada, tinha tudo na casa dele. Era assim por umas oito, nove, dez horas da manhã. Nós comemos. Quando o general chegou lá no ponto onde tinha nos deixado, que procurou nós, cadê? Nós tava mais o outro [fazendeiro]. Depois, quando nós chegamos de lá, o Dr. Wicar passou um carão em nós tão grande! Depois foi que nós viemos pensar que se esse homem quisesse matar nós tudinho lá dentro da casa dele tinha matado. Era boa pessoa. Ele sabia que nós tava mandado. Ele disse: "rapaz, vocês são mandado". Só que nós, se nós pensasse, nós não tinha ido pra casa do homem, pois era intrigado do Dr. Wicar mesmo. Ainda fomos pra casa dele. Merendamos, comemos... Ele botou o revolver assim em cima da mesa, ainda hoje me lembro.

A atitude de Alfredo Inácio indica uma intriga entre patrões não estendida a seus subordinados, pois os mesmos atuavam nos conflitos devido às relações de dependência

às quais estavam submetidos. O caráter obrigatório da participação dos moradores nas disputas do patrão revela-se também, na inconveniência dos momentos de convocação. Não só nas horas de colheita, mas também nas circunstâncias pessoais em que se achavam os trabalhadores como conta o Sr. Andrade, apontando para a esposa. "Taí quem conta a história. Cansou de ficar em casa sozinha, às vezes, esperando neném e ele [patrão] mandava me chamar pra derrubar uma cerca", diz o morador, caracterizando a distinção de gênero na composição da jagunçada, um agrupamento masculino. Apesar de participar, ativamente, na defesa do general e de seu patrimônio, o Sr. Andrade não admite a tomada de posição em favor do proprietário. Ele revelou desejo de não assumir os conflitos do patrão como disputa pessoal. No momento de nossa conversa sobre as questões, sua filha passava pela sala onde estávamos e comentou: "até o pai derrubou casa". E o Sr. Andrade retrucou, imediatamente: "todo mundo derrubou casa". Essas palavras demonstram que a participação na questão não era uma escolha individual, mas uma imposição comum a todos os subordinados do general Wicar. Essa ambiguidade é própria ao estar lá agindo em favor do patrão, mesmo tendo a consciência em direção contrária.

A respeito das formas de repreensão do proprietário, como ocorrido quando soube da merenda oferecida aos seus jagunços, muito têm a falar os moradores. No relacionamento interpessoal diário da fazenda, colocava-se uma das faces mais autoritárias do mandonismo do general. O patrão expressava do contemporaneamente nomeado assédio moral<sup>112</sup> por meio de advertências verbais vexatórias e exagerado rigor para o cumprimento de tarefas. Segundo o Sr.

---

<sup>112</sup> Há tratamento legal sobre o assédio moral no artigo 483 da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) no Brasil. Segundo o artigo, o trabalhador poderá exigir a rescisão contratual com indenização quando: forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato; for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo; não cumprir o empregador as obrigações do contrato; praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama; o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

Joaquim, havia da parte do general Wicar uma postura de mando marcada pelo exercício de classificações ofensivas atribuídas aos trabalhadores. Todos os trabalhadores eram tratados pelo general com o apelido de "bicho". Por vezes, relata o antigo morador, quando o proprietário estava visto-riando o trabalho na fazenda e encontrava algum trabalhador que não estivesse, ou parecesse não estar, trabalhando, ele dizia aos gritos: "o que você faz parado, vagabundo!". Para passar pelas cancelas<sup>113</sup> da fazenda de madrugada, normalmente, quando chegava da capital, o general Wicar escalava moradores que deveriam abrir os portões no exato momento de sua passagem. Certa vez, o Sr. Joaquim estava esperando a passagem do patrão, prenunciada sempre pela luz dos faróis da caminhonete do proprietário, quando adormeceu, pois havia passado o dia inteiro trabalhando na lavoura. Ao chegar à cancela, onde o Sr. Joaquim estava adormecido, o general gritou: "acorda, bicho! É mania da vagabundagem ficar sem trabalhar". Assustado, o Sr. Joaquim despertou e, rapidamente, abriu a cancela. "Ele queria todo mundo trabalhando o tempo todo", disse o Sr. Joaquim.

A memória dos moradores é permeada de situações representativas das formas de imposição do proprietário. Uma delas aponta a não aceitação de sugestões vindas dos moradores por parte do proprietário. Contou o Sr. Joaquim:

o general amedrontava muito os trabalhadores. Uma vez ele ia saindo de casa e tinha um trabalhador do lado de fora da casa dele. O tempo tava como a gente diz "bonito pra chover". O trabalhador teria dito "general, o senhor vai pegar chuva". Ele olhou pro rapaz e respondeu rispidamente "que chuva? Nem parece que vai chover". Ele saiu em cima do cavalo. Daí a um tempo ele voltou todo molhado. E tava tendo muito relâmpago e muito trovão. O trabalhador pegou e disse "general tô com medo desses trovão e desses relâmpago".

---

<sup>113</sup> Portões para divisão interna da gleba e seus cercamentos.



Aí ele olhou pro trabalhador, mesmo tendo voltado todo molhado do meio do caminho pra trás, ele que há pouco tempo tinha dito que não tinha chuva nenhuma, e disse "tem nada pra ter medo". Entrou, pegou uma garrafa de cerveja e chamou o trabalhador pra beber cerveja com ele.

A cerveja tomada ao final da história contada revela a hesitação do patrão em não confessar a razão da recomendação recebida de seu subordinado. Por ser uma gentileza incomum, contudo, coloca certa admissão nas palavras do morador por parte do fazendeiro. Essa é uma expressão das articulações do mando tradicional sempre calcado em binômios de opressão e alguma permissividade, controle e liberdade vigiada, subordinação grosseira e aceitação tácita. Por isso, os relatos dos moradores, quase sempre, narram situações nas quais os sentidos hegemônicos da opressão convivem com afirmações atenuantes do mando, indicando o poder simbólico<sup>114</sup> exercido no contexto das Fazendas Reunidas. Nas palavras de Marilena Chauí, imbricações de conformismo e resistência expressas nas formas pelas quais "a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados"<sup>115</sup>. As lembranças não apresentam, portanto, uma circunstância de opressão social vivida de forma acrítica, mas uma percepção do arbitrário vivido nos limites do mundo rural estruturado pela grande propriedade de terra.

Nem todas as memórias sobre o tempo do patrão são hegemonicamente negativas, no sentido da vivência da subordinação patronal. Além das já apresentadas palavras de Dona Irene que constroem a imagem do general Wicar como um benfeitor, Dona Maria Ponciano, 96 anos, antiga empregada para os serviços domésticos do patrão, configura o relato mais positivo sobre o fazendeiro. Semelhante aos demais trabalhadores, Dona Maria nunca recebeu pagamento em dinheiro durante os mais de 50 anos trabalhados na casa do general. Recebia alimentação e vestuário do patrão, mas

<sup>114</sup> BOURDIEU, Pierre. 2004. p.315.

<sup>115</sup> CHAUÍ, Marilena. 1986, p. 180.

“dinheiro mesmo só para pagar a condução quando ia para a missa na Igreja”, diz. Ela teve cinco filhos e criou todos na casa do proprietário. Dois desses filhos, fruto de uma relação com o Coronel Salviano, um amigo do general Wicar, casado e também fazendeiro. Após o fim do relacionamento com o amigo do patrão, Dona Maria casou-se com um rapaz com quem teve os demais filhos e passou a morar fora da propriedade. Durante a gravidez do último filho, Dona Maria descobriu que seu marido estava tendo um relacionamento extraconjugal com outra mulher. Ao informar aos patrões a situação vivida na companhia do esposo, Dona Maria, imediatamente, foi trazida de volta à fazenda e pôde ali criar todos os seus filhos sob proteção da família do general Wicar. Para ela, o tempo do patrão é uma saudosa lembrança daqueles que “eram bom demais para mim”. Uma lembrança sobre a proteção recebida, cuja singularidade destaca-se na temporalidade constituída pela memória da opressão perceptível numa hermenêutica da experiência vivida em suas múltiplas direções nas quais sentidos hegemônicos convivem com particularidades e percepções opostas.

### 2.3 “Vivendo liberto” ou a vida e o trabalho depois do domínio

Que o pão do dia não chegue  
sabendo a resto de luta  
e a troféu de humilhação.  
Que o pão seja como flor  
festivamente colhida  
por quem deu ajuda ao chão<sup>116</sup>

O desejo esperançoso do poeta de origem camponesa e amazônica<sup>117</sup>, Thiago de Mello, de não mais ter na submissão uma forma de sobrevivência e de ser o sustento obtido como retorno merecido ao trabalhador de sua labuta na

<sup>116</sup> MELLO, Thiago de. 1981, p. 89.

<sup>117</sup> Adjetivo conferido por Otto Maria Carpeaux nas orelhas do livro “Faz Escuro Mas Eu Canto” (1981) para demarcar não só o lugar de nascimento do poeta amazonense, mas, principalmente, o fato de sua poesia traduzir um sentimento coletivo próprio daquele lugar.

terra aproxima-se da percepção, por parte dos moradores, sobre as mudanças ocorridas nas Fazendas Reunidas São Joaquim, quando elas passaram a se chamar "Assentamento 25 de Maio". Se as memórias sobre o tempo do patrão são centradas na sujeição, os sentidos atribuídos à vida que se construiu no território das fazendas, depois da ocupação realizada pelo MST, elaboram uma acepção de liberdade em relação ao tempo de trabalho que repõe a distinção apontada por Garcia Júnior sobre a condição de pequeno agricultor como "estar entre libertos, aqueles que dispõem do seu próprio tempo e dos membros de suas unidades domésticas"<sup>118</sup>. Portanto, uma liberdade concebida em oposição ao trabalho na terra sujeito ao outro, ao patrão.

Ao ser indagado sobre as transformações ocorridas na propriedade depois da ocupação, o Sr. Andrade afirmou:

eu tô vivendo liberto. Eu não vivo assombrado com ninguém. Eu vivo comendo, eu vivo trabalhando no que é meu. Hoje eu posso dizer assim que trabalho no que é meu. Eu não tô trabalhando sujeito a ninguém. Se eu quiser ir trabalhar hoje eu vou, se não quiser, não vou.

A possibilidade de decidir sobre a própria jornada de trabalho e de realizá-lo numa terra que, também, lhe pertence, por ser uma propriedade coletiva, assume significado distintivo para os tempos posteriores ao domínio. Isso pode ser confirmado nos discursos de todos os moradores. O Sr. Joaquim corrobora com o Sr. Andrade dizendo: "depois que chegou os assentados melhorou mais. A gente ficou mais liberado para trabalhar. A gente tem parcela<sup>119</sup>, tamo trabalhando por nossa conta, como se fosse dono da terra". A vida depois do domínio é, também, a certeza de ter alguma propriedade sobre a terra de trabalho e morada, mesmo que seja uma propriedade coletiva. Como diz Dona Irene, "a mudança que teve foi que hoje em dia nós temos a nossa casa.

<sup>118</sup> GARCIA Júnior, 1990, p. 52.

<sup>119</sup> Refere-se ao lote de terra particular a cada família assentada.

Nossa casa foi depois que o MST apareceu". Novamente o relato da esposa do Sr. Joaquim chama atenção para o espaço doméstico. Ela chega a dizer que a única mudança por ela percebida foi o fato de adquirir a casa própria.

Nas discussões sobre o trabalho de sujeição e a estrutura de propriedade, o relato do Sr. Raimundo Aniceto aparece como contraponto ao discurso dos moradores sobre a organização do trabalho nas fazendas. Neste momento, as palavras do antigo gerente são retomadas para expressar sua concordância a respeito das mudanças ocorridas na gleba depois da ocupação, bem como sua percepção diferenciada a respeito do "vivendo liberto". Essa percepção agrega elementos positivos e novos problemas. Disse ele:

numa parte melhorou porque o "cabra" hoje vive liberto. Noutra parte piorou porque naquele tempo não tinha roubo, não tinha nada. Agora ta liberto, mas se for ganhar coisa do governo não se interessa em trabalhar. Se todo mundo trabalhasse... Tem deles aí que não trabalha, vive só esperando pelas coisas que o governo manda. A gente tá melhor porque a gente tá liberto, mas quando era do patrão o "cabra" trabalhava direto.

O reconhecimento da passagem da sujeição ao trabalho "liberto" não impede o incômodo do antigo gerente com certa morosidade frente ao trabalho por conta da possibilidade de viver das ajudas governamentais. Para aqueles que são lenientes com o trabalho, essa é uma aceção de desonra moral. Além disso, o aparecimento de práticas criminosas cotidianas, como o roubo de animais de criação, é apontado como problema dos novos tempos, um aspecto não positivo das mudanças. Ainda no campo do trabalho, o Sr. Raimundo entende a divisão da terra em lotes e, principalmente, a criação do espaço de produção coletivo, em que todos os assentados têm de prestar serviço, na conta dos motivos da saída de tantos moradores da propriedade

depois da ação do MST. "Eles [os moradores] plantavam onde queriam. Aí inventaram de plantar de coletivo e eles não se deram no coletivo. Tem mais gente de fora do que daqui". O relato aponta, portanto, uma dificuldade de adaptação não esboçada nas palavras dos moradores que ficaram no assentamento, o que não impede de ter ocorrido de fato a tal dificuldade. Afinal de contas, ficar na terra depois da ocupação foi uma decisão dos moradores percebida por eles como uma atitude de resistência por parte de pessoas cujas aptidões e possibilidades de trabalho só são percebidas na vinculação simbólica entre viver e lidar com a terra. Como diz o Sr. Joaquim, "não tinha pra onde nós ir. Nós tinha que ficar aqui mesmo". Nesse sentido, tratava-se de uma resistência "contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência"<sup>120</sup>. Conforme o Sr. Andrade,

eu digo "eu vou aguentar é aqui". Porque eu sou assentado aqui desde que eu nasci e eu vou ficar é aqui. Porque eu vou sair pra algum canto? Eu não tenho pra onde ir, eu vou ficar é aqui. Esse pessoal [os ocupantes] vão me entender. Já tinha filhos, já tinha filho casado, uns foram embora e os outros não. Meus filhos vão ficar é aqui. Era lá na ponta da serra, ninguém sabia pra onde tinham ido. Quando nós demos fé, eles entraram lá pela quina da serra. Quando foi maio, junho... Quando foi meado de junho, quinze de junho pra entrada de julho, bateu tudo aqui. Tava tudo ao redor da minha casa. O pessoal dizia, 'Andrade tu vai ter que sair'.

A decisão de ficar, como ato de resistência, implicou na construção do interconhecimento e na aproximação com os ocupantes. Nas palavras do antigo morador,

---

<sup>120</sup> MARTINS, José de Sousa 2003, p. 223.

com dois dias, eu comecei a me entrosar, comecei a entrar. Comecei a ter conhecimento com o pessoal, conversando com um, conversando com outro e fui entrando. Na primeira reunião, fui logo entrando pra reunião e com quinze dias de assentamento [ocupação] ou vinte, eu não tô lembrando bem, eu já fui ser coordenador de uma turma dentro dos moradores que ficaram no assentamento. De um bocado de gente fui ser coordenador.

Enfrentar os desafios da convivência com os ocupantes está na base da construção da comunidade assentada. Uma elaboração ocorrida no encontro entre moradores e ocupantes exibida com orgulho de uma convivência harmoniosa. Como diz o Sr. Andrade: "na minha comunidade eu não tenho uma pessoa que eu diga assim 'aquela pessoa é um intrigado meu'. Até hoje não teve nem um, graças a Deus". Essa percepção é semelhante à presente nos relatos do Sr. Joaquim e do antigo gerente. "Num tenho inimizade com ninguém não", diz o Sr. Raimundo. Isso indica que a percepção do "vivendo liberto" como liberdade frente ao trabalho não significa indiferença em relação ao outro, individualização. Uma comunidade assentada não é uma associação de pequenos produtores livres, ou melhor, é um espaço de vida comum, trabalho no lote familiar e trabalho coletivo. Por isso, afirmar harmonia nas relações internas ao assentamento, mais do que traduzir uma vida sem conflitos, o que seria desmentido pelo relato do Sr. Raimundo, significa ter parte naquela coletividade, um sentimento de pertença. Em verdade, uma relação de proximidade e identificação diferenciada daquela construída na opressão e na dependência. Não por acaso, usa-se o termo 'liberto' para falar dos que enfrentaram enormes restrições, inclusive para a possibilidade de trabalho em outras fazendas que não a do general. De acordo com o Sr. Andrade, "no tempo do velho [general Wicar] vivo com a velha dele [esposa], eu não podia trabalhar em canto nenhum que não fosse aqui dentro, ele não deixava. Tinha que trabalhar pra ele, eu não

trabalhei pra outra pessoa". A fala do morador indica um compromisso de exclusividade com o proprietário no regime de moradia.

O "vivendo liberto" de que falam os moradores aponta uma experiência social específica, mas não desvinculada do momento de enfraquecimento do coronelismo. No caso das Fazendas Reunidas São Joaquim, a morte do dono da terra, no ano de 1983, iniciou um período de declínio da atividade agrícola na gleba, por desinteresse dos herdeiros em aproveitar, produtivamente, a fazenda. Isso gerou uma situação de abandono da propriedade e de dificuldade para a reprodução camponesa dos moradores. Segundo o Sr. Andrade,

esse pessoal [os herdeiros] fizeram a gente trabalhar muito. A gente ficou sem saber o que ia fazer, porque eles não tava aqui, viviam pra banda de Brasília. Eles moravam pra banda de lá e a gente ficava quase sem saber o que fazer. Aí o que o general tinha foi se acabando e foi gerando assim uma coisa... o sitio tinha toda espécie de fruta. Isso foi tudo se acabando depois que ele morreu, foi tudo levado mesmo ao fim. Aí foi o tempo que o assentamento chegou e começou a ficar diferente pra gente

Apesar das dificuldades para a reprodução dos moradores na propriedade do general Wicar advirem de uma circunstância específica, o mundo rural do Ceará, naquele momento, colocava impedimentos à permanência de trabalhadores rurais internos às fazendas devido a mudanças na atividade agropecuária, implantadas com incentivo estatal. A modernização agrícola passou a dificultar a permanência dos moradores dentro das propriedades. A esse respeito, é elucidativo o trabalho de Jorge Neto<sup>121</sup> sobre as transformações na economia cearense nas décadas de 70 e 80, sobretudo a redução da importância do setor agropecuário

---

<sup>121</sup> JORGE NETO, Paulo. 2009. p. 31-56.

no conjunto da economia cearense<sup>122</sup>. O economista chama atenção para a crise da produção algodoeira, principal produto agrícola do estado à época. Disse ele:

o algodão vem sofrendo ao longo dos anos um decréscimo em sua produção. Isto talvez pode ser explicado pelo fato de que com a estagnação da parceria interrompe-se o principal meio pelo qual é "financiada" e explorada a produção. Além disso, tem-se o crescimento da importância da pecuária tanto em expansão da área como do pessoal ocupado, o que implica concluir que esta se tornou mais importante, abalando o sistema tradicional. Por outro lado, vale notar os grandes projetos agropecuários e incentivados pela SUDENE, que são majoritariamente projetos para a pecuária leiteira e de corte. É difícil encontrar um projeto que vise incrementar a produção alimentar e mais especificamente as atividades algodoeiras<sup>123</sup>

A queda da importância da moradia, o trabalho de sujeição disseminado no meio rural cearense, são constatados quando se sabe que, em 1970, 37,4% das despesas dos estabelecimentos com mais de 100 ha destinavam-se à cota dos parceiros, passando, em 1980, ao percentual de 18%<sup>124</sup>. Essa modificação estrutural foi constituída pela aplicação de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste FINOR, administrado pela SUDENE, em projetos que não privilegiavam o cultivo de algodão. Vale salientar que o cultivo do algodão afinava-se com a pequena propriedade e com a pequena produção familiar. O desmonte da cultura do algodão, por conta do interesse dos proprietários em obter financiamento público para suas atividades produtivas, via apresentação de projetos à SUDENE não voltados para a cotonicultura, teve dois impactos: a não necessidade do

---

<sup>122</sup> Op. cit. p. 32.

<sup>123</sup> Op. cit. p. 41.

<sup>124</sup> Op. cit. p. 40.



trabalho de sujeição por famílias parceiras ou moradoras das fazendas e a impossibilidade de reprodução das famílias produtoras de algodão em pequenas propriedades.

O cenário descrito implicava na incapacidade de a agroindustrialização absorver a população rural em suas atividades produtivas. E o excedente não absorvido pelas atividades da pequena propriedade familiar que, no período, teve aumento de população sem aumento de área ocupada, acabou sofrendo enorme pauperização<sup>125</sup>. O processo de desocupação das fazendas acentuou-se nos anos de 1980 e "pode ser atestado na redução do número de casas de moradores nas grandes e médias propriedades rurais"<sup>126</sup>. Os moradores que deixavam a propriedade por imposição direta do fazendeiro tinham suas casas derrubadas para evitar retorno. Existiam, contudo, outras formas de expulsão como a proibição de benfeitorias em suas casas, aumento do pagamento da renda ou do percentual da produção ao proprietário e o uso da violência física.

A complicada situação dos trabalhadores, no campo, tornados desnecessários à grande propriedade ou inviabilizados de se reproduzirem em suas pequenas propriedades constituiu uma situação de conflitos sociais que se espalham pelo mundo agrário cearense. César Barreira aponta a ocorrência de conflitos de forma "isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos – no interior de cada fazenda – e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e o proprietário rural"<sup>127</sup>. O próprio autor mostra, entretanto, a entrada de instituições como o INCRA e a CPT, essa fundada no Ceará em meados de 1983, como mediadores das disputas. A entrada de organizações da sociedade civil e de agências estatais no mundo rural cearense garantiu um processo de maior institucionalização dos conflitos e de reivindicação de direitos dos trabalhadores rurais estabelecidos no Estatuto da Terra. Nas áreas de conflito, floresciam o trabalho organizativo das CEBs, da CPT e do

---

<sup>125</sup> Op. cit. p.31-56.

<sup>126</sup> CARVALHO, Rejane. 2009, p. 10.

<sup>127</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 47.

sindicalismo rural alinhados na defesa e na conscientização dos trabalhadores do campo, por vezes tendo a desapropriação e a reforma agrária como expectativa de solução para a situação difícil vivida no campo. No caso das Fazendas Reunidas, contudo, antes mesmo da morte do patrão, a propriedade já estava em processo de desapropriação por conta do PROTERRA<sup>128</sup>, uma política pública de aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária em que o proprietário de glebas, acima de 1.000 ha, era obrigado a aderir. A fazenda do general Wicar acabou sendo enquadrada no programa. A morte do proprietário imprimiu lentidão à tramitação do processo no INCRA, mas a notícia da possibilidade da gleba vir a ser uma área reformada circulou nos meios de luta pela terra e acabou sendo incorporada como estratégia para a ocupação ocorrida em maio de 1989.

Vale dizer que, no momento de vigência do domínio do general, ou seja, quando o tempo do patrão era uma relação social concreta, essa experiência era naturalizada na vida cotidiana. Isso faz do tempo do patrão uma nomeação posteriormente, elaborada tendo por referência um tempo outro, ou melhor, o tempo que se construiu quando os assentados chegaram. Nesse sentido, as narrativas, aqui, expressam uma apropriação do passado realizada por aqueles que o viveram numa representação que o reelabora, exaltando o vivido nas suas dimensões opressivas – isso explica porque o Sr. Andrade fez questão de falar sobre “o difícil que vivi” – e ocultando, ou não dando ênfase às formas ambíguas que o estruturavam, tão importantes à compreensão sociológica, nas quais o mando coronelístico se reproduziu na propriedade durante décadas. O tempo do patrão figura para quem o viveu e para o MST como tudo aquilo que deve ser negado, refutado, enfrentado, ou seja, uma palavra de ordem que expressa as adversidades contra as quais se dirige o Movimento.

---

<sup>128</sup> Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.179 de 06 de julho de 1971. Para análise do PROTERRA ver Carvalho (1982).

### 3. QUANDO OS ASSENTADOS CHEGARAM: mobilização, ocupação e acesso à terra

A primeira coisa a ser dita sobre a temporalidade relativa ao período da ocupação das terras do general Wicar é que esse tempo se apresenta como ruptura em relação ao tempo do patrão. A ação coletiva que o preenche se dirige contra as formas de vida, sociabilidade e gestão do poder nas Fazendas Reunidas e é traduzida na memória dos ocupantes e antigos moradores em processos relativos à mobilização dos trabalhadores rurais, à estratégia de ocupação e aos desdobramentos posteriores à ação dos sem terra. A experiência social vivida quando os assentados chegaram articula o trabalho das lideranças; a escolha da propriedade a ser ocupada; o deslocamento das famílias; a chegada na terra; a fixação inicial na fazenda; o acampamento; a ocupação do INCRA; as negociações com os órgãos públicos; o processo jurídico em torno da desapropriação; o papel da rede de apoio ao Movimento; a formação do assentamento; o trabalho coletivo e a constituição do MST no Ceará. Esse tempo, nas palavras do Sr. Andrade, é assim percebido:

quando os assentados chegaram teve muita gente mesmo dessa fazenda, morador, que ele [general Vica] tinha cem moradores, esse pessoal se assombraram. A gente não tinha conhecimento com essa coisa. Foi o primeiro assentamento que teve dentro do Ceará esse assentamento 25 de Maio. Quando a gente ouviu falar que tinha quinhentas pessoas na extrema da terra, foi uma assombração... Muita gente foi embora com medo, medo! Diziam assim: 'isso é uma reforma agrária que vai entrar'.

A presença de numerosas famílias, surpreendente para os antigos moradores da fazenda, como relata o Sr. Andrade, foi possível por conta do trabalho desenvolvido pelas lideranças do MST e das organizações apoiadoras de seu trabalho na aglutinação de uma população ocupante de origem camponesa diversificada, quanto a lugares de nascimento, residência e formas de trabalho. Contudo, em sua maioria, advindas de diferentes possibilidades de trabalho de sujeição. O Sr. Manoel Pereira, 52 anos, era meeiro na Fazenda Feijão no município de Choró. A sujeição consistia em três dias de trabalho por semana para o proprietário e a produção de algodão dos demais dias de trabalho, nas palavras do ocupante, "era metade pra mim, metade pra ele [patrão]". A meação estabelecida, como forma de sujeição na gleba algodoeira, admitia ainda a residência na propriedade e a possibilidade de cultivo de subsistência e criação de caprinos e suínos para uso doméstico. O excedente da pequena economia criatória "você só podia vender a ele [patrão]. Se fosse vender a outro de fora da fazenda não podia não. Ele não aceitava", diz o Sr. Manoel. Dona Maria Lima, por sua vez, trabalhava no regime de parceria numa fazenda em Quixadá e vivia numa pequena localidade próxima à gleba de trabalho com seus onze filhos e o marido. Além disso, Dona Maria já atuava fortemente nas CEBs. Outros ocupantes eram oriundos de pequenas propriedades nas quais a condição camponesa estava prejudicada. Esse é o caso do Sr. Sitônio que era casado e morava numa pequena propriedade familiar de 25 ha às margens do Rio Banabuiú na companhia de seu pai, viúvo, e de outros dois irmãos já casados.

A origem do Sr. Sitônio permite discutir a amplitude da base social mobilizada nas ações do MST. Militante do Movimento, participante da ocupação e assentado no 25 de Maio até hoje, o Sr. Sitônio não era um sem terra, no sentido de ser um trabalhador, absolutamente, despossuído de terra (não proprietário), mas a pequena gleba de propriedade do seu pai não era mais suficiente para garantir a sobrevivência dos três núcleos familiares residentes. Como ele mesmo

diz, "a terra estava ficando pouca". O processo de mobilização reuniu segmentos empobrecidos do meio rural, cujas condições de vida e trabalho apontavam impedimentos à reprodução camponesa dessas populações. O contingente de ocupantes incluiu famílias de pequenos proprietários, prejudicadas pelo contexto econômico marcado por políticas de modernização agrícola e pelo declínio da cultura do algodão. Isso indica a pulverização de segmentos camponeses potencialmente capazes de serem reunidos na demanda por terra. Assim como o Sr. Sitônio, o Sr. Pepina, 59 anos, morava na comunidade do Córrego, localizada no distrito de Icó pertencente ao município de Quixeramobim. Nesse lugar ele havia nascido, crescido e casado, entretanto, como disse o Sr. Pepina: "a terrinha muito pequena, pouquinho" não era mais capaz de garantir vida e trabalho para ele e sua família. Os relatos corroboram com as discussões de Jorge Neto e Rejane Carvalho<sup>129</sup> a respeito dos problemas vividos pelas populações rurais nas décadas de 70 e 80 no sertão cearense, conforme apresentado no final do capítulo anterior.

Outra presença importante entre os ocupantes era a de famílias de trabalhadores rurais saídas das propriedades, devido a conflitos em torno do pagamento da sujeição e ao processo de expulsão violenta dos moradores ocorrido naquele momento. O Sr. Luiz Lopes, por exemplo, entrou em confronto com o proprietário da fazenda onde era arrendatário e pagava 30% da renda do algodão produzido. Nas palavras dele, "nós pagava 30%. Aí achamos muito e depois resolvemos pagar 10%. O patrão não achou bom, não queria os 10%. Fomos arriba, fomos abaixo e ele perdeu os direitos que queria". As idas e vindas de que fala o Sr. Luiz dizem respeito ao processo jurídico travado entre arrendatários e proprietário, com advogado constituído pelo sindicato rural de Quixadá, cidade à qual pertencia o então distrito de Choró<sup>130</sup> onde se localizava a gleba em questão. Esse dado indica a existência de conflitos sociais

---

<sup>129</sup> Carvalho, Rejane. 2009. p. 10

<sup>130</sup> Município emancipado em 1992 e instalado em 1993. Fonte: [www.ce.gov.br/choró](http://www.ce.gov.br/choró)

espalhados pelo mundo agrário do Ceará cuja ocorrência privilegiava o interior das grandes propriedades. Para César Barreira, "o processo de conquista dos 'direitos' é sempre iniciado dentro da propriedade, numa tentativa de acordo com o dono da terra"<sup>131</sup>. A impossibilidade de denominador comum entre fazendeiros e trabalhadores rurais, o que quase sempre ocorria, dava início a querelas de ordem judicial, sobretudo se houvesse interferência dos sindicatos, ou a intrigas com uso de violentos mecanismos contra os trabalhadores rurais em visível desvantagem nos conflitos com os proprietários. Conforme o relato de Dona Maria Lima, "eles [patrões] ficaram contra os pobres, eles ficaram numa revolta medonha". A líder de Comunidade Eclesial de Base fala de um caso emblemático, pois, segundo ela, "na Caiçarinha, eles [patrões] negavam tudo. Tudo o que os moradores plantavam eles botavam o trator pra arrancar. Nós passava no meio dos pistoleiros. Nós ia celebrar a missa e eles [pistoleiros] tavam lá, negava até água". Na referida fazenda, houve o assassinato de um morador e do seu filho. A viúva e os demais filhos, inclusive, participaram da ocupação em Madalena.

As populações não mais necessárias às glebas devido ao processo de modernização e ao declínio da produção algodoeira passaram a ser vistas como incômoda por proprietários. Como relata Dona Maria, "tinha deles que diziam assim que davam mais valor a um bezerro caruado [doente] do que um morador". A circunstância de conflitos internos nas fazendas combinava-se, perversamente, com as adversidades climáticas do semiárido cearense, marcadamente, a escassez de chuvas, produzindo uma situação de calamidade no meio rural, cuja implicação foi a ocupação das sedes dos municípios interioranos por populações em situação de miséria e fome. No início dos anos de 1980, conforme Dona Maria:

as coisas se agravou, foi preciso nós ir pra rua. O povo foi pra rua buscar alimento.

---

<sup>131</sup> BARREIRA, Cesar. 1992. p. 85.

Era um sofrimento, era fome, era miséria mesmo. Nós ia pra Quixadá pra reivindicar um alimento, pedir cesta lá. Nós sofremos tanto, nós ficava nas calçadas, dormia nas calçada. Um bocado voltava pra casa e outro bocado ficava na calçada. Eu ficava na calçada mais a irmã Elvira e os trabalhadores. Nós juntava até papel pra forrar o chão e a gente se deitar. O pessoal da faculdade<sup>132</sup> apoiava nós. Quando era noite chegava aquela turma de jovem e os professor pra apoiar a nossa luta.

A presença dos segmentos empobrecidos do campo, recebida com a solidariedade dos habitantes de Quixadá, não era acolhida da mesma forma pelo poder público. Segundo Dona Maria, embates foram travados, sobretudo com a prefeitura da cidade, sobre o que fazer com as populações sem trabalho e mínimas condições de vida que procuravam o núcleo urbanizado de Quixadá em busca de alimento. Talvez por conta dessas circunstâncias adversas, os trabalhos de questionamento político das precárias condições de vida dos trabalhadores rurais no sertão frutificassem em ações de contestação, com diferentes níveis, espalhadas pelo mundo rural cearense. A movimentação dos segmentos camponeses tinha origem fragmentada e dispersa, apesar da presença de agentes pastorais e do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade como mediadores. De acordo com Dona Maria:

amanhecia o dia, nós ia pro sindicato. Aí chegava o Ilário Marques<sup>133</sup> e reunia os sindicalistas. O Ilário ligava pro Aziz<sup>134</sup>, pra dar alimento pros pobres irem pra casa. Ele [Aziz] disse que não dava não. O Ilário dizia 'eles tão dando agonia de

---

<sup>132</sup> Refere-se ao campus da Universidade Estadual do Ceará daquela cidade, nomeado Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC)

<sup>133</sup> Então advogado do sindicato dos trabalhadores rurais que fora eleito deputado estadual constituinte pelo PT e, posteriormente, prefeito de Quixadá por três gestões (1993-1996, 2001-2004, 2005-2008).

<sup>134</sup> Aziz Baquit, prefeito de Quixadá à época.

fome' e o Aziz dizia 'eu dou a ambulância pra mandar pro hospital, mas num dou alimento'. Pouco mais a ambulância chegava pra levar os pobres dos velhinhos que tava dando agonia de fome.

Por causa da postura acima, segundo Dona Maria, "o Aziz [Baquit] não ganhou mais uma eleição". Além do exposto, a polícia era mobilizada para impedir saques ao comércio local e intimidar os trabalhadores, forçando-os a retornar às fazendas. Essa era uma circunstância de calamidade que evidenciava as precárias condições de vida da população trabalhadora num meio rural estruturado pela grande propriedade. No contexto das possibilidades colocadas pela concentração fundiária, a ação sindical rural combativa das situações precárias de trabalho de sujeição nas propriedades e a ação pastoral libertadora espalhavam-se pelo mundo rural cearense no apoio aos trabalhadores envolvidos em conflitos com os patrões, no interior das fazendas. Assim, "a emergência dos movimentos camponeses e o aumento do grau de consciência sobre a exploração a que os mesmos estão submetidos suscitam respostas mais sistemáticas e organizadas. Entram em ação, neste momento, novos mediadores nos conflitos no meio rural"<sup>135</sup>. Esses novos mediadores, Igreja, sindicatos rurais e até o estado, realizavam sua ação em conflitos localizados e limitados às propriedades. Esse localismo só será rompido com a estruturação posterior do MST como forma de mobilização da demanda por terra com maior amplitude territorial, ou seja, "rompendo as cercas"<sup>136</sup>.

A concentração fundiária permite a dispensa de mão de obra diante de qualquer vicissitude (climática, econômica...) e a luta pela terra se coloca como possibilidade de garantir trabalho e moradia para os trabalhadores rurais. Como diria Martins, para os camponeses expulsos do campo pela concentração fundiária a luta pela terra se coloca

---

<sup>135</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 12.

<sup>136</sup> BRANFORD; ROCHA. 2004. p. 294



como "luta imediata pelo instrumento de trabalho necessário à sobrevivência"<sup>137</sup>. Trata-se de um processo social com caráter espontaneísta, diferenciado da prática política camponesa que assume a forma organizativa de movimento social ou sindical, no qual se elaboram percepções sobre o problema agrário envoltas em tradições populares, religiosas e no senso comum. Os movimentos sociais rurais são a reunião dos contingentes mobilizados nessa elaboração dispersa da busca pela terra para agir, coletivamente, numa tensão política pela reforma agrária como revisão da estrutura da propriedade fundiária no país. Esta obra trata da experiência social desses conflitos por terra, organizados na constituição do MST no Ceará. A disputa pela forma de apropriação de um bem natural finito, a terra, que funciona para uns como trabalho e para outros como meio de produção e/ou especulação, é interpretada por José de Souza Martins nos seguintes termos:

[...] quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura<sup>138</sup>.

As disputas em torno da forma de apropriação da terra entre trabalhadores rurais e proprietários constituem as condições de possibilidade em que a ação política atravessa a estrutura agrária. Tanto em Martins, como na fala de

<sup>137</sup> MARTINS, José de Souza. 2003, p. 222.

<sup>138</sup> MARTINS, José de Souza. 1991, p. 55.

Dona Maria Lima, o movimento social surge a partir de uma acumulação de experiências anteriores ocorridas diante de condições sociais e da percepção dessas pelos segmentos interessados em questioná-las. Como diz a líder, "a luta não começou por acaso não viu". Isso não quer dizer que as condições de empobrecimento, por si somente, constituam a organização política dos empobrecidos como dado imediato. Na verdade, é, principalmente, a elaboração de uma percepção sobre as condições de vida e as possibilidades de sua transformação por meio da ação coletiva que opera essa ação coletiva em direção às mudanças. Condições sociais precárias não produzem, imediatamente, os atores que lutarão contra ela, mas sim o sentido que essa precariedade assumirá como forma de mobilização. Não por acaso, para Irllys Barreira<sup>139</sup>,

[...] os movimentos sociais são frutos de um cenário que lhes antecede, mas que pode ser ultrapassado no plano criativo da ação coletiva. São assim criadores e criaturas de uma ordem social. (...) O cenário, nessa perspectiva, não se reduz a uma lógica predeterminada de vez que as condutas sociais não são simples respostas à situação já dadas, mas elas próprias criam o acontecer social.

O trabalho de acompanhamento dos trabalhadores rurais e a formação de lideranças para a luta pela terra, realizados pelo setor progressista da Igreja Católica, no sertão do Ceará, assumem importância na compreensão da experiência social condensada nas articulações estruturantes do MST no estado do Ceará. As ações de padres, bispos, freiras e agentes de pastoral no interior das fazendas, nas pequenas localidades e no conjunto do mundo rural reconstruíam os olhares dos empobrecidos do campo, mobilizando dimensões críticas elaboradas no cotidiano, mas soterradas pelas formas de domínio vigentes. Segundo Irmã Cleide, então coordenadora da Comissão Pastoral da

---

<sup>139</sup> BARREIRA, Irllys.1992, p. 180.

Terra na região do Sertão Central, a comissão atuava para "ajudar aquelas pessoas a clarear o que na verdade gostariam de fazer. Toda uma luta aqui no Ceará que a gente ajudava, dava um apoio muito forte aos trabalhadores". O tempo do patrão vivido pelos trabalhadores rurais, na imbricação ambígua de conformismo e resistência, teve essa última dimensão potencializada no questionamento dos impedimentos à reprodução camponesa próprios ao mundo agrário cearense dos anos de 1980. Como diz o poeta sertanejo Patativa do Assaré quando trata da vida do morador na poesia intitulada "Reforma Agrária"<sup>140</sup>,

[...] para saíres da fatal fadiga  
do horrível jugo que cruel te obriga  
a padecer situação precária,  
lutai altivo, corajoso e esperto  
pois só verás o teu país liberto  
se conseguires a reforma agrária.

É justamente o discurso de que a saída da situação de precariedade passa pela luta organizada daqueles que vivem do trabalho na terra, como fala o poeta, que foi sendo construído no trabalho de fomento e organização das populações rurais baseado nas interpretações elaboradas pela Teologia da Libertação (TdL). Essa corrente teológica, surgida em meados do século passado, influenciava setores das igrejas cristãs para o trabalho de organização política de segmentos sociais excluídos no contexto da modernização impetrada pelo regime militar. Leonardo Boff<sup>141</sup> considera a TdL como uma redefinição da ação da Igreja Católica, e também das demais igrejas cristãs, no sentido de assumir a libertação dos oprimidos como missão contemporânea, sobretudo, na América Latina e África. A opção pelos pobres traduzia-se em práticas de cunho popular e religioso, inspiradas nos textos bíblicos, que buscavam alternativas ao sistema político-econômico considerado opressor na formação

<sup>140</sup> ASSARÉ, Patativa do. 2005, p. 355.

<sup>141</sup> BOFF, Leonardo. 1996. p.128.

das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas surgiram num momento de reordenação da atuação da Igreja Católica, devido ao Concílio Vaticano II<sup>142</sup>, e de crítica à organização eclesial. "A estrutura paroquial era percebida como meio ultrapassado, incapaz de dar conta das necessidades dos cristãos; não formava comunidade e, sim, uma clientela", afirma Ivo Lesbaupin<sup>143</sup>. Isso restringia a ação da Igreja à administração dos ritos e sacramentos. A tentativa de aproximar-se da vida dos fiéis constituiu as comunidades.

Não se pode deixar de lado, como sustenta Ivo Lesbaupin, as demais motivações para a criação das CEBs. Para o autor, "a Igreja não tinha uma ação pastoral forte no seio das classes populares e ela tomava consciência da expansão de outras religiões nesse mesmo meio – como os cultos afro-brasileiros e o pentecostalismo protestante -, bem como da influência de militantes comunistas"<sup>144</sup>. Esses fatores, certamente, operaram a ação institucional do catolicismo na disseminação das comunidades como forma de atuação da Igreja. Ainda conforme Lesbaupin, embora não sendo maioria, o mais importante grupo daqueles que queriam transformar a igreja era constituído de leigos, padres, bispos e religiosos sensíveis à situação dos trabalhadores e à questão social da pobreza. Não por acaso, as CEBs surgiram nos anos de 1960, no contexto de eclosão de outras formas de organização, baseadas na articulação entre fé e política, tais como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Pastoral Operária. Nesse momento, a Comunidade Eclesial de Base apareceu como um grupo de número variável de pessoas marcado pelo interconhecimento e pela associação voluntária, assim, "participar dela implica em uma escolha, um engajamento. Essas pessoas se reúnem em razão de suas crenças religiosas, para rezar, celebrar, refletir sobre as

---

<sup>142</sup> Reunião de bispos do mundo inteiro ocorrida no pontificado de João XXIII, na década de 60, que redefiniu a atuação da Igreja Católica aproximando-a dos problemas sociais.

<sup>143</sup> LESBAUPIN, Ivo. 1997, p. 49.

<sup>144</sup> Op. cit. p. 49.

relações entre a Bíblia e sua vida"<sup>145</sup>. Sobre a formação das comunidades, Dona Maria disse:

todo mundo se reunia e formamos as pastorais. Formamos o grupo da não violência do qual eu participei. Era pouca gente que se oferecia né, eu se ofereci e ia pras reunião. Eu não faltava, era da igreja e gostava de tudo. Aí formamos o grupo da não violência, dos direitos humanos e depois formamos a Comunidade Eclesial de Base.

O relato reconstrói um processo de organização que tensionava condições adversas de trabalho e sobrevivência e, também, aponta para articulações entre os trabalhadores rurais e a ação pastoral católica na formação de comunidades e no enfrentamento do patronato rural. As comunidades produziam uma percepção de compartilhamento de situações e soluções, a partir de uma concepção pedagógica disseminada nos trabalhos pastorais, na qual a participação dos segmentos populares no processo de sua própria educação, inclusive de sua educação política, era uma exigência<sup>146</sup>. Nessa forma de organização popular promovida pela ação pastoral católica, a pertença apontava a construção coletiva de uma luta de caráter sociopolítico frente aos chamados "opressores". Nas CEBs, a libertação era entendida como um processo histórico-social construído por aqueles que, ao tomarem consciência da opressão, se organizariam e reescreveriam a história na condição de sujeitos. "Essa crença na capacidade do povo de pensar, de decidir, será um elemento fundamental da construção das CEBs", segundo Ivo Lesbaupin<sup>147</sup>. A compreensão das comunidades, advinda da TdL, combinava a análise marxista da sociedade com

---

<sup>145</sup> Op. cit., p. 50.

<sup>146</sup> O educador Paulo Freire é considerado grande motivador dessa postura por sua produção intelectual e pela intervenção direta nos meios populares devido a sua militância política no Movimento de Educação Básica, articulado por católicos, com apoio da Igreja, nos anos de 1960. Ver FREIRE (1971).

<sup>147</sup> Op. cit. p. 51.

os ensinamentos sociais do Concílio Vaticano II, implicando uma ação política contrária a posições tradicionais do catolicismo no Brasil. Isso fez da Igreja Católica, que outrora apoiara o golpe de 1964 e possuía uma aliança histórica com o latifúndio, uma instituição que passou a contribuir na reorganização das lutas populares do campo no período autoritário e mesmo depois dele. Surgidas na década do estabelecimento do regime militar, as comunidades de base influenciaram mudanças na postura da Igreja. Argumenta Lesbaupin<sup>148</sup>:

[...] constata-se que as CEBs surgiram praticamente após o estabelecimento da ditadura militar (1964). A Igreja Católica no Brasil era nessa época majoritariamente conservadora. Mas as arbitrariedades da ditadura militar – as prisões, as perseguições, a tortura, o desprezo aos direitos humanos, atingindo membros da própria Igreja – fizeram com que a posição crítica aos militares aumentasse gradualmente. O setor progressista da Igreja, isto é, aquele engajado na renovação da própria Igreja e solidário com as classes populares, tornou-se aos poucos hegemônico. A iniciativa das comunidades de base começou sobretudo a partir desse setor. Não é sem razão que, desde o início, a consciência crítica foi um dos traços marcantes das comunidades de base.

Mudanças no olhar da Igreja em relação aos problemas do campo puderam ser percebidas em documentos da CNBB como os intitulados “Igreja e os Problemas da Terra”<sup>149</sup> e “Nordeste: Desafio à Missão da Igreja no Brasil”<sup>150</sup> nos quais os bispos católicos se colocavam ao lado dos empobrecidos do campo e a favor da reforma agrária como forma de solução para a miséria e os conflitos rurais. Dessa forma,

---

<sup>148</sup> Op. cit., p. 51.

<sup>149</sup> 1980.

<sup>150</sup> 1984.

os trabalhos pastorais, chancelados pela hierarquia da igreja, disseminavam noções de direitos para além do plano legal. Na verdade, como diria César Barreira, "enquanto os sindicatos rurais trabalham o 'direito' colado ao legal, às leis, a Igreja trabalha uma dimensão mais utópica, o 'direito' fazendo parte da dimensão humano-cristã"<sup>151</sup>. Essa elaboração animava Dona Maria Lima à participação ativa nos trabalhos realizados pelas pastorais e CEBs na região onde morava. Irmã Elvira, citada na reivindicação de alimentos no período da seca, era uma das freiras que realizava trabalhos nas comunidades junto com Dona Maria. O trabalho com a religião permitia o acesso a fazendas onde ocorriam os conflitos. Relatou Dona Maria:

eu ia nas fazenda com a Bíblia e o pessoal dos patrão dizia que ali não era lugar de rezar. Eu fazia um sermão. Aí aqueles que faziam injustiça com nós, os gerentes, eles vinham e me pedia perdão e eu dizia que por mim tava perdoado, agora 'peça perdão a Deus pelas vezes que você disse que a Bíblia não valia nada. Você tomou da minha mão dizendo que ela não valia nada'.

Essa aproximação com os moradores das propriedades possibilitava ter notícia da situação vivida pelos trabalhadores e permitia um acompanhamento *in loco* dos confrontos em territórios de difícil penetração até para os sindicatos. Posteriormente, essa entrada autorizada dos agentes de pastoral contribuiu na mobilização das famílias moradoras das propriedades para participação na ocupação das Fazendas Reunidas São Joaquim.

O estabelecimento do contato, através de práticas religiosas, ocorria com certa facilidade porque "o camponês é, antes de tudo, um crente"<sup>152</sup>, portanto, há uma presença significativa de sentidos religiosos na visão de mundo do trabalhador rural. Nesse sentido, é importante afirmar que

<sup>151</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 180.

<sup>152</sup> GÖRGEN, Frei Sergio. 1997, p. 285.

essa religiosidade popular está longe de ser uma produção cultural homogênea, apesar de o cristianismo figurar como referencial comum. Ao contrário, conforme Frei Sérgio Görgen, trata-se de “um balaio variado de tradições religiosas e comunitárias”<sup>153</sup>. Esse balaio, é majoritariamente, composto de um tradicional catolicismo popular. Nas palavras de Görgen, “um catolicismo com pouca tradição de participação em manifestações religiosas de massa, de promessas, de prezar pelo batismo dos filhos, de um grande respeito pelo sagrado, muita confiança nas bênçãos e benzimentos”<sup>154</sup>.

Apesar das práticas cotidianas de relacionamento com o sagrado, o catolicismo vivido nos meios populares é marcadamente difuso, quer dizer, poucos vínculos orgânicos possui com a Igreja Católica oficial e suas normas. O que permite a devoção aos chamados santos populares, ou seja, personagens beatificadas no imaginário popular (não reconhecidas, oficialmente, pela Igreja) cuja expressividade se coloca na tradição das romarias. Isso impõe uma ressalva à caracterização do catolicismo popular tal como entendido por Görgen, sobretudo no Nordeste, pois a região é marcada por peregrinações e ações de massa, motivadas por tais devoções. Exemplo dessa particularidade é o fenômeno Padre Cícero. Devoção popular dos segmentos populares do meio rural nordestino cujo tamanho e relevância a fizeram incorporada ao calendário da diocese<sup>155</sup> do Crato. Essa tradição de romarias, também, foi apropriada pelo cristianismo de libertação. A Romaria da Terra foi constituída no estado, em 1984 e representou “não só um grande compromisso da Igreja do Ceará com a questão da terra, como também um corte privilegiado para se entender a relação entre a fé e a política, entre o profano e o sagrado na luta pela terra”<sup>156</sup>. As romarias se tornaram momentos de grande confraternização entre trabalhadores rurais, agentes de

---

<sup>153</sup> Op. cit. p. 285.

<sup>154</sup> Op. cit. p. 286.

<sup>155</sup> Território sob responsabilidade e atuação de um bispo católico.

<sup>156</sup> Barreira, César. 1992, p. 97.



pastorais e a hierarquia da Igreja. Constituíam espaços de anúncio da fé e denúncia dos problemas no campo. A primeira romaria teve como lema "Terra para o povo de Deus", indicando o posicionamento da Igreja em favor das populações expropriadas do meio rural. O seminário de preparação da peregrinação deixou claro o entendimento da Igreja de que a seca não é o fenômeno responsável pela miséria no campo, e sim a concentração de terra. Relata César Barreira que, "nos dias 16 de setembro de 1984, 12 de outubro de 1985 e 19 de outubro de 1986, Canindé e Juazeiro do Norte<sup>157</sup> foram, como sempre, ocupadas por romeiros. (...) Camponeses sofridos e castigados do sertão do nordeste exigiam 'terra para quem nela trabalha'"<sup>158</sup>. As romarias condensavam a percepção dos trabalhos pastorais sobre a exploração e os impedimentos à reprodução camponesa a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais cearenses. É nesse imaginário comum, possível nos termos da religião, que os trabalhos das CEBs movimentavam noções de justiça e ação coletiva presentes no texto bíblico e orientavam os segmentos aglutinados numa sacralização política. Dona Maria contou:

o chão de tudo era a palavra de Deus tirada da Bíblia. Dali nós formamos as pastorais, a Pastoral da Terra que é a CPT, a Pastoral da Juventude e criamos o grupo de jovens. A Pastoral da Criança para visitar e fazer um trabalho voluntário com as crianças pobres, levando um chazinho, levando um remédio, levando um alimento, visitando, celebrando. Nós criamos as pastorais e as coisas cada vez mais piorando, os patrões ficando mais revoltados com os moradores.

Essa formação política inspirada nos termos do cristianismo de libertação é percebida por João Pedro Stédile, fundador e membro da direção nacional do Movimento,

<sup>157</sup> Cidades, tradicionalmente, marcadas pelas romarias de São Francisco de Assis e Padre Cícero respectivamente.

<sup>158</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 97.

como um diferencial do MST em relação a outras organizações do campo político da esquerda. Segundo ele, "nem a esquerda – porque tinha vergonha – nem a direita desenvolviam isso. Incorporamos a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta"<sup>159</sup>. A fala de Stédile aponta o uso das práticas populares de cunho religioso na formação de sentido para a luta pela terra. Uma elaboração de convicções mobilizadoras estrategicamente trabalhadas.

No capítulo seguinte, será explorada a mística sobre o 25 de Maio como reafirmação dos valores implícitos na ação do Movimento. Por enquanto, a demarcação mais importante está em compreender a ação organizativa do cristianismo de libertação na produção da disposição para a ação coletiva com vistas à obtenção de terra de trabalho frente às condições de vida no mundo rural cearense dos anos de 1980. "Nós não queríamos mais trabalhar na terra dos patrões pra criar lucro pra eles. Nós queria um trabalho comunitário que servisse pra uma emergência que nós mesmo administrasse. Isso criou muito conflito", afirma Dona Maria Lima, repondo a oposição sujeição/liberdade nas relações de trabalho agrícola. O trabalho coletivo de que fala a líder, posteriormente, estabelecido no assentamento 25 de maio, não seria possível nos territórios sob domínio dos proprietários. Portanto, no horizonte de formação das comunidades, a mobilização aparecia como possibilidade, contudo uma possibilidade implícita, pois nem os sindicatos, nem mesmo os trabalhos pastorais organizavam ocupações. A ação sindical dava-se como assessoria jurídica e mediação dos conflitos em torno dos contratos de trabalho. O trabalho pastoral voltava-se ao acompanhamento dos conflitos por meio dos trabalhos de fé e formação, podendo, também, contribuir juridicamente e atuar na intermediação institucional para inibir o uso da violência contra os trabalhadores. Do ponto de vista da direção nacional da CPT, havia um impedimento para que essa Comissão viesse organizar os

---

<sup>159</sup> STÉDILE, JP. 2003. p. 716.

trabalhadores para a realização de ocupações. Sobre isso, Irmã Cleide esclareceu:

eu participei durante duas gestões da direção nacional e nessa época o Pedro Stédile também participava da CPT. Naquele momento, havia parte da CPT, inclusive, o próprio Pedro, que achava que a CPT devia dar partes mais radicais, inclusive nessa questão de desenvolver uma luta mais em relação à reforma agrária. Então, naquela época, toda uma reflexão foi feita pelo Pedro Stédile, pelo Presidente Moacir Greick e outros membros. Nós tivemos um aprofundamento ideológico nessa linha de que a CPT era ligada à CNBB, era uma pastoral e não poderia se transformar em ação de movimento. Então, fomos amadurecendo a idéia até que alguns se prontificaram a criar o Movimento. Eu sei que o Pedro e outras pessoas mais foram articulando outras lideranças de movimento rural para criar o Movimento Sem Terra.

As discussões internas da comissão levaram a entender a impossibilidade de maiores mudanças na vida dos trabalhadores rurais, se não houvesse uma atuação de maior questionamento da situação fundiária, ou mesmo, se esse questionamento se fizesse apoiado somente em instâncias institucionais. Os sindicatos, por exemplo, eram estruturas legítimas de representação das demandas dos trabalhadores, mas não atuavam (e nem atuam) prioritariamente por meio de ocupações. A ação sindical dava-se, principalmente, no acompanhamento jurídico dos embates na tentativa de fazer valer os direitos dos trabalhadores rurais. No caso da região do sertão central, Dona Maria Lima falou da atuação dos sindicatos de forma positiva, indicando o comprometimento e a participação concreta dos dirigentes nos conflitos agrários. Apesar disso, Irmã Cleide chama atenção para o trabalho feito pela CPT da região, no sentido de

produzir lideranças sindicais organicamente vinculadas às lutas dos trabalhadores. Disse ela:

naquela época, você sabe que os sindicatos eram muito pelegos<sup>160</sup>. Aí nós tivemos movimentos e entidades que se prontificaram a ajudar os trabalhadores a conquistar a direção pra ir se comprometendo. Nós tivemos uma luta muito grande na região de Crateús, tanto que a Maria de Jesus foi a primeira presidente comprometida com os trabalhadores em Crateús. Maria de Jesus de Santo André, uma agricultora. Então, o quê que acontece, nós tivemos todo um papel, por exemplo, no sertão central, região de Cratéus e região do Vale do Jaguaribe pra mudar as direções sindicais.

A ação de movimento social apresenta-se nos conflitos por terra como uma forma distinta de mobilização marcada pela intervenção direta no problema agrário via ocupação. Segundo Lygia Sigaud, "ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Dela se valem o MST, o movimento sindical e outras tantas organizações existentes no mundo rural"<sup>161</sup>. Para a autora, as ocupações ocorridas nos estados do Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, no período anterior ao golpe militar, possuíam características e amplitudes diferentes das práticas generalizadas no contexto mais recente. Tanto que aquelas não se tornaram um mecanismo recorrente na demanda por desapropriação. Apesar dessa ação particular de questionamento da concentração fundiária não ter surgido com o MST, o Movimento elaborado nas discussões da CPT se apropriou da forma ocupação como elemento distintivo e central do seu repertório de ações e até influenciou,

---

<sup>160</sup> Expressão própria ao campo da esquerda utilizada para nomear lideranças pouco comprometidas com os objetivos e a luta dos trabalhadores, ou, claramente, subservientes aos patrões.

<sup>161</sup> SIGAUD, Lygia. 2005, p. 255.

posteriormente, outras organizações da luta pela terra a adotá-la. A reedição de tais práticas é percebida por Irmã Cleide como especificidade da ação de movimento social rural. Para ela, "o movimento é diferente. Ele pode liderar a massa, liderar os trabalhadores, puxar a luta e nós não podemos fazer isso numa pastoral". A percepção da distinção pastoral/movimento, o trabalho de articulação das lideranças da CPT, sobretudo no Sul do país, e do sindicalismo rural combativo concorreram para a realização do 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que reuniu cerca de cem lideranças de trabalhadores rurais em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR). Estavam presentes trabalhadores dos três estados do Sul, do Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo, de São Paulo, da Bahia, do Pará, de Goiás, de Rondônia e do Acre. Sindicalistas, agentes de pastoral, assessores da CPT, representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA da CUT, do Conselho Indigenista Missionário CIMI e da Pastoral Operária, também, participaram do evento.

Os debates deram-se em torno das formas de organização política dos trabalhadores rurais, das políticas dos governos estaduais e do governo federal e da análise da realidade em que viviam os trabalhadores rurais sem terra e trabalho. Concluíram que os problemas do campo resultavam do modelo econômico caracterizado por uma modernização conservadora<sup>162</sup>, pois combinava uma lógica de expropriação, expulsão da terra e intensificação da concentração fundiária. A esse modelo, os trabalhadores deveriam responder com resistência. Reconheceram a ocupação como principal forma de acesso à terra, ao mesmo tempo em que servia para a denúncia das precárias condições de vida da maioria da população rural. A CPT foi considerada a principal entidade de apoio à resistência camponesa ao lado dos poucos sindicatos combativos existentes. Os trabalhadores convergiam para a necessidade de ampliação da luta por meio de uma organização autônoma capaz de congregá-los; de socializar informações; de divulgar a luta por meio

---

<sup>162</sup> SILVA, José G. 1982.

de estratégias de comunicação alternativa; de realizar atos públicos; de pressionar o governo; de angariar apoio de outros segmentos da sociedade; de romper com o isolamento; de incentivar a participação de toda a família (jovens, mulheres, crianças e idosos) nas organizações e de contrapor-se ao modelo de sociedade capitalista. Surge, então, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra cuja construção ficava a cargo dos próprios trabalhadores rurais que se relacionariam, de forma independente, com a Igreja Católica, os sindicatos e os partidos políticos. Constituíam-se uma luta de massas com quatro objetivos: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa e pelo fim do capitalismo, e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e vive.

Segundo Porto-Gonçalves<sup>163</sup>, o MST entrou na cena política com significação para além de suas reivindicações específicas, pois incluiu a reforma agrária num conjunto amplo de transformações da sociedade, assumindo um caráter radical, anticapitalista. Sob o regime militar, processou-se uma síntese criativa de experiências emancipatórias tecidas na história brasileira recente, baseada na aproximação dos elementos da ideologia socialista com a teologia cristã. Vale dizer que a constituição do Movimento articulou segmentos populares e lideranças rurais já envolvidas em lutas sociais anteriores sob acompanhamento da CPT. Bernardo Fernandes<sup>164</sup> registra as experiências sociais embrionárias do MST, principalmente, no mundo agrário do Sul do país e sustenta sua importância na construção do Movimento Sem Terra.

A leitura sobre o processo de formação nacional do MST nos trabalhos de Fernandes, Fernandes; Stédile e Branford; Rocha<sup>165</sup> deixa claro que o estabelecimento do MST por todo o território brasileiro, bem como a força política de sua atuação, firmava-se na combinação entre a

---

<sup>163</sup> PORTO-GONÇALVES, 2005. p.23

<sup>164</sup> FERNANDES, Bernardo. 2000. p.318.

<sup>165</sup> Op. cit., 2000, 1999, 2004.

direção política dos trabalhadores sem terra e a constituição de redes de apoio, sem as quais não teria sido possível sua expansão. Essa já se colocava como interesse da organização desde o encontro de Cascavel (PR) e foi discutida como estratégia no 1º Congresso Nacional dos Sem Terra ocorrido em Curitiba (PR) no ano de 1985. Desde então, o Movimento trabalhou, intensamente, sua expansão para os estados do Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste. Segundo Fernandes<sup>166</sup>, o trabalho de base para a mobilização de famílias com vistas à realização de uma ocupação de terra, a constituição de uma estrutura organizativa básica e de uma rede de apoio eram os primeiros passos para que o MST começasse a atuar numa região. Nestas redes de apoio entravam CPT, CUT e PT. Em praticamente todos os estados foram essas entidades que, ao lado do Movimento, promoveram o debate político em torno da reforma agrária.

Dona Maria Lima, Irmã Cleide e Irmã Tereza Cristina participaram do congresso em Curitiba, representando a luta pela terra no Ceará. Dona Maria relembra a estratégia de envio ao congresso nas seguintes palavras: "nós fomos, mas muito escondido. Para me botarem no ônibus pra Curitiba era um monte de gente ali no meio dizendo 'quando chegar muito cuidado pra não haver opressão'". O cuidado com a enviada evidenciava a situação de violência na qual estavam envoltos os conflitos agrários.

A participação no congresso permitiu aos participantes discutir com os líderes nacionais do Movimento sobre a possibilidade de constituição do MST no Ceará. Foi acertado o envio de lideranças de outros estados para os sertões cearenses com o objetivo de ajudar as lideranças locais na estruturação do Movimento. Entre a participação dos representantes cearenses no congresso e a chegada dos militantes enviados pelo MST ao Ceará houve um hiato de mais ou menos três anos, contudo, "em nenhum momento a luta deixou de acontecer, se bem que de forma isolada e muito mais de resistência para não sair da terra do que para

---

<sup>166</sup> Op. cit. p.318.

entrar na terra"<sup>167</sup>. Esses conflitos ocorriam demarcados nos limites das fazendas entre patrões desinteressados na manutenção dos moradores e esses insistindo na permanência. Então, como disse Dona Maria Lima:

quando os conflitos aumentaram, souberam no Sul porque já tinha começado o Movimento lá. Aí eles vieram ajudar. Quando eu tava numa reunião muito grande, chegaram dizendo: 'lá na rua da Igreja tinha uma pessoa procurando pela senhora'. Eu disse: 'diga que venha até aqui'. Tinha mesmo que quando chegou foi Fátima Ribeiro vinda do Espírito Santo.

A chegada de Fátima demarca a presença de uma liderança nacional do MST, no Ceará, que passaria a articular a construção do Movimento junto aos trabalhadores rurais cearenses.

### 3.1 Segredo e dúvida: o tempo político da expectativa

Em sua "Madrugada Camponesa", o poeta Thiago de Mello<sup>168</sup> diz,

Madrugada camponesa,  
faz escuro ainda no chão,  
mas é preciso plantar.  
A noite já foi mais noite,  
a manhã já vai chegar.  
(...)

Madrugada camponesa.  
Faz escuro (já nem tanto),  
vale a pena trabalhar.  
Faz escuro mas eu canto  
porque a manhã vai chegar.

<sup>167</sup> Op. cit. p.318.

<sup>168</sup> MELLO, Thiago de. 1981. p. 89.



A esperança do poeta no dia que virá, e que certamente será melhor, é tal que não impede a continuidade do seu canto. De repente, a aposta no futuro parece mais segura porque as amarras do presente há tempos estão se desfazendo. Como ele mesmo diz, "a noite já foi mais noite". Uma imagem literária, construída na imaginação do poeta amazônico, ilustrativa da condensação de experiências própria a uma transição assim como aquela gestada na combinação entre segredo e dúvida rememorada pelos participantes da ocupação ocorrida na madrugada do dia 25 de maio de 1989.

Antes da chegada de Fátima, no início de 1989, José Rainha<sup>169</sup>, outro enviado, já estava no estado desde o final do ano anterior. Henrique Paes, naquele momento integrante da Pastoral da Juventude no Meio Popular (PJMP), foi o responsável por receber José Rainha no aeroporto e levá-lo à região do Sertão Central. Conta Henrique que a missão lhe foi confiada pelos coordenadores da pastoral e a recomendação de sigilo foi expressiva. No trajeto de cerca de três horas, segundo Henrique, poucas palavras foram trocadas entre ele e o enviado. As estratégias de sigilo marcaram o período, imediatamente, anterior à ocupação das Fazendas Reunidas como forma de estruturação das condições para a ação. Essa prática social do segredo de ações realizadas em exposição pública decorria de serem elas impedidas pela repressão policial ou jurídica. Essa questão do segredo organizativo, também, se colocou para John Comerford, quando na realização de sua pesquisa de campo entre camponeses foi surpreendido pela ocupação de um prédio público. Segundo Comerford, mesmo tendo frequentado as assembleias da associação de trabalhadores rurais, imediatamente, anteriores à ação, nada lhe foi dito sobre o que acabou ocorrendo. Por conta disso, o antropólogo percebeu "que o assunto foi decidido e discutido fora

---

<sup>169</sup> Liderança do MST bastante conhecida nos anos de 1990 pela publicidade dos conflitos na região onde atuava, o Pontal do Paranapanema em São Paulo. Hoje, José Rainha milita pela reforma agrária na mesma região, organizando um movimento social de luta pela terra regional e dissidente do MST.

do espaço costumeiro de discussão de temas públicos"<sup>170</sup>.  
Sobre o segredo, o Sr. Sitônio disse:

a Fátima Ribeiro foi uma vez. Ela foi uma vez e depois deixou uma pessoa pra ir lá conversar, marcar o dia. A gente não tava sabendo do dia mesmo não, era uma conversa muito segura né, não podia vaziar nada. Se vazasse, naquele tempo, você sabe... Se entrasse com boné [do MST] lá em Quixadá ou em Canindé ia era preso! Eu andava com o bonezinho na praça escondido. Ela já dizia que era do Movimento Sem Terra.

O contexto de repressão à organização dos trabalhadores rurais descrito pelo Sr. Sitônio relaciona-se com o estabelecimento da União Democrática Ruralista<sup>171</sup> (UDR) no Ceará e explica por que a movimentação de lideranças se fazia com a preocupação de garantir a menor percepção possível dos fazendeiros. Segundo Irmã Cleide, a UDR estava muito organizada naquele momento, "de tal maneira que era invejável a estrutura deles, quando decidiam matar um, juntavam o dinheiro numa reunião. A estratégia deles naquela época era justamente destruir as lideranças, por isso que mataram muitos". A própria Irmã Cleide correu risco de morte por conta do desagrado dos proprietários

---

<sup>170</sup> COMERFORD, John Cunha. 1999, p. 154.

<sup>171</sup> Os proprietários de terra passaram a se organizar, politicamente, na UDR para impedir propostas de reforma agrária apresentadas na abertura democrática. Essa ocorreu numa transição conciliada que atravessou toda a década de 80. Em 1984, foi eleito num processo indireto Tancredo Neves, o primeiro presidente civil desde a queda de João Goulart. Segundo Branford e Rocha (2004), houve um acordo no qual Tancredo Neves teria prometido aos militares uma transição pacífica de poder sem a investigação das violações dos direitos humanos cometida pelo regime autoritário. Para a esquerda, Tancredo comprometeu-se com a democracia política e a reforma agrária, teria falado até em participar do primeiro congresso dos sem terra logo após sua eleição. A morte de Tancredo Neves, na véspera de sua posse, levou ao poder seu vice, José Sarney, um político tradicional e latifundiário no Maranhão que fora ligado aos militares. Mesmo assim, a Nova República parecia incorporar o tema da reforma agrária. O governo Sarney construiu o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o apresentou no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG. Essa apoiou o plano, mas o MST descredibilizou-o realizando ocupações no dia de sua apresentação.

com o trabalho por ela desenvolvido, no sentido do fortalecimento das organizações dos trabalhadores e da luta pela terra. A simbiose entre o acompanhamento da CPT às comunidades e o surgimento do MST eram vistos pelos donos de terra como ameaça. Por isso, Irmã Cleide pronunciou-se:

a UDR misturou e fez confusão. Os caminhões vinham com o povo pra ocupar as fazendas e eles [fazendeiros] diziam sempre que era a Irmã Cleide que estava à frente disso. Chegaram a contratar pistoleiro pra me matar, mas graças ao movimento internacional a gente superou toda a crise e a perseguição naquela época.

O movimento internacional de que fala a religiosa era uma articulação promovida por um ex-padre francês que havia casado com uma assistente social brasileira e fazia parte dos trabalhos pastorais na região onde atuava Irmã Cleide. O francês possuía uma ampla rede de amizades e relações no continente europeu e comunicava aos de lá a situação enfrentada pela religiosa. Isso promovia uma mobilização por meio de cartas ao então governador Tasso Jereissati, enviadas por cidadãos europeus pedindo proteção para Irmã Cleide. O volume de cartas chamou atenção do governador e esse chamou Padre Vicente Albuquerque, vigário geral da Diocese de Quixadá, à época, para ter mais informações sobre a situação da freira. Sobre a intervenção do governo estadual nesse caso, Irmã Cleide contou:

por duas vezes eu tive que me recolher a um determinado local pra não me encontrarem. O Padre Vicente me localizou e nós tivemos uma audiência no gabinete do governador. O Moroni Torgan<sup>172</sup> era Secretário de Segurança, tomou as providências e teve uma audiência com a UDR. Foi dado um ultimato para a UDR tirar essa ideia. Eu sei que finalmente deu pra

---

<sup>172</sup> Delegado da Polícia Federal, de origem gaúcha que, posteriormente, passou a atuar na política cearense como deputado federal pelo DEM (antigo PFL). Foi candidato a prefeito de Fortaleza e a senador pelo CE.

gente superar todas as dificuldades, mas a luta pela reforma agrária continuou e a gente fazia parte também. Ficamos mais livres, a Igreja. Aí foi quando nós começamos a ajudar, também, nas ocupações.

O caráter sigiloso da movimentação das lideranças é compreensível devido à violência própria ao confronto no qual estavam envolvidas. A UDR reunia proprietários rurais e sua atuação era marcada por uma agressiva repressão à organização dos trabalhadores no campo, como demonstram os relatos. A participação nas reuniões promovidas pela Igreja e pelo sindicato possibilitou ao Sr. Sitônio ter notícia dos conflitos, por terra, espalhados pela região, embora não tenha participado, diretamente, de nenhum. Em um dos encontros promovidos pelo sindicato, Fátima Ribeiro foi levada para apresentar aos trabalhadores a perspectiva de organização do Movimento e de participação em uma ocupação. Apesar das adversidades, nove pessoas da região onde o Sr. Sitônio morava decidiram participar da ação.

Entre a reunião e o dia marcado para a ocupação houve cerca de dois meses. Tudo ocorria envolto em tom de segredo. O Sr. Sitônio afirma que não sabia onde ocorreria a ocupação, pois "só quem sabia eram eles", as lideranças do MST, contudo, o Sr. Sitônio entendia esse caráter sigiloso. Dizia ele: "se eu soubesse pra onde ia eu podia muito bem dizer pro amigo da fazenda fulano de tal. Aí não podia dar certo, porque naquela época bastava um fazendeiro mandar um recado que a policia chegava na hora". A repressão violenta dos proprietários organizados na UDR era reconhecida como possível complicador da ocupação e indicava uma aliança entre fazendeiros e estado para conter questionamentos à concentração fundiária. Uma aliança que se expressava, concretamente, nos conflitos rurais e em dimensões amplas na política nacional. Para Barreira, "no Brasil, nos momentos de ruptura ou nos grandes marcos políticos, as alianças foram entre o estado, que se consolidava, e os grandes proprietários de terra; ou entre uma

burguesia urbano-industrial emergente e a burguesia agrária"<sup>173</sup>. Um exemplo disso seria a Constituição de 1988, a primeira da história do Brasil a trazer a questão da reforma agrária relacionada ao tema da função social. Embora sua elaboração tenha sido acompanhada por intensa participação popular, o texto constitucional não incorporou a reforma agrária tal como defendida pelos movimentos sociais e sindicais do campo, porque permitiu questionar, judicialmente, as desapropriações que seriam realizadas através de indenizações com base em valores de mercado. Além disso, o debate em torno da produtividade no Congresso Nacional admitiu que, havendo uma parte produtiva da propriedade, todo o imóvel seria preservado. Sue Branford e Jan Rocha<sup>174</sup> apontam que a derrota sofrida pela reforma agrária na Assembleia Constituinte se deveu à forte atuação da UDR sobre os deputados.

O período de expectativa em relação à ocupação, estabelecido entre a reunião com Fátima e o dia da ação, foi marcado por um segredo, coletivamente, guardado pelos trabalhadores que participariam da ocupação e pelas lideranças articuladoras do Movimento. Uma das formas de conversar sobre a possibilidade colocada por Fátima sem falar a palavra "ocupação", para resguardar o segredo da mobilização, era substituir o vocábulo pela palavra "festa". Um costume até hoje presente na luta pela terra. Nas palavras de Dona Maria Lima, "ela [Fátima] marcou o dia da 'festa' e nós nos reunimos e viemos. Nem sabia pra onde ia". O segredo apesar de produzir um sentido de unidade por meio da partilha de uma certa informação vista como 'secreta' porque perigosa, também, gestava insegurança entre os possíveis participantes da ocupação. O Sr. Sitônio admite ter, inicialmente, desconfiado da fala de Fátima, pois 'num via ninguém falando nisso, nem jornal nem nada', mas diante da argumentação dela sobre a realização de ocupações no Sul que resultaram em assentamentos, acabou aceitando participar. Isso indica o papel da liderança

<sup>173</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 47.

<sup>174</sup> BRANFORD, SUE; ROCHA. jan-2004. p. 384

na construção política do Movimento no sentido da busca de termos comuns, na produção de convicções mobilizadoras e na argumentação animadora para o questionamento coletivo. Fátima Ribeiro sempre aparece na memória dos ocupantes como "uma grande articuladora", como disse Irmã Cleide, ou seja, alguém com alta capacidade de relacionamento, entendimento sobre os meandros da luta pela terra, argumentação para o convencimento e direção das ações coletivas que impulsionava. Sobre ela, Dona Maria falou:

eu só sei que ela chegou na Juatama<sup>175</sup> com uma pessoa do sindicato de Quixadá. Ela foi lá ajudar a fazer a reunião e animou os trabalhadores. Gritou 'Reforma Agrária, direito pra todos!'. A terra é direito de todos, viu. Ela animou a turma e com poucas reuniões nós ocupamos aqui, nós ocupamos esse latifúndio.

Embora a percepção dos militantes do MST e de seus apoiadores sobre o papel da liderança fosse bastante positiva, a estrutura organizativa do Movimento constituiu níveis de decisão e militância como forte indício da existência de uma hierarquização traduzida em lideranças e militantes de base. A posse de informações, como o local exato da ocupação, é expressão da hierarquia interna ao MST. As lideranças são agentes de mobilização, debate político e organização permanente do Movimento com atuação territorial ampla, capacidade de decisão e direção política daqueles que faziam parte da organização, mas integravam instâncias de atuação localizada, os militantes de base. Havia níveis diferenciados de liderança por conta da extensão territorial de sua atuação. Por isso, Dona Maria, por exemplo, é nomeada liderança, assim como Fátima Ribeiro, embora essa última tenha influência nacional e a primeira uma importância regional. A nomeação "dirigente" ficava para lideranças que integravam colegiados de direção do Movimento em qualquer nível.

<sup>175</sup> Distrito de Quixadá.

José de Souza Martins é crítico da atuação dos líderes sem terra. O autor considera a atuação dessas lideranças como um direcionamento externo e, por vezes, contrário a virtuosidades próprias ao mundo camponês. Segundo ele, "são grupos propriamente políticos, inspirados por doutrinas e ideologias partidárias, que interpretam a luta pela terra como luta pela reforma agrária. E não primariamente os trabalhadores rurais"<sup>176</sup>. Martins sustenta que a origem dos líderes/mediadores da luta pela terra em grupos de classe média, intelectuais, agências religiosas ou políticas os afasta de uma proximidade original com a demanda e os reais demandantes de terra. Aprofundando a crítica, o analista aponta a produção de uma dependência entre a atuação dos trabalhadores do campo e as redes de mediação apoiadoras de sua luta e, por vezes, maiores do que ela. "Isso os colocou sob uma dependência, não mais econômica e eleitoral, mas política e partidária", diz Martins<sup>177</sup>. Todavia, mesmo reconhecendo como negativa, por ele nomeada, tutela dos articuladores, o autor admite ser a existência dessas mediações a responsável pela manutenção dos trabalhadores rurais no cenário político brasileiro após a redemocratização. Para Martins<sup>178</sup>,

[...] não obstante a descontinuidade das demandas efetivas e dos protagonistas, o campesinato tem tido uma contínua visibilidade política. As mediações asseguraram que a diversidade das tensões sociais e das respectivas demandas, derivadas de causas desencontradas e desiguais e de relações entre si diversas com a posse da terra, convergissem para o tema único da reforma agrária.

Não cabe aqui uma tomada de posição em favor daquilo que é dito sobre as lideranças do MST pelo próprio Movimento ou por seus analistas. Na verdade, é a

---

<sup>176</sup> MARTINS, José de Sousa. 2003, p. 222.

<sup>177</sup> Op. cit., p. 224.

<sup>178</sup> Op. cit., p. 225.

percepção do papel capital, desenvolvido por figuras como Fátima Ribeiro, o elemento a ser firmado para a compreensão da organização do MST no Ceará e da contribuição do Movimento para a ampliação da luta por reforma agrária de forma não institucional. O questionamento das condições de vida dos trabalhadores rurais cearenses e da concentração fundiária em práticas de ocupação de terra com vistas à desapropriação, no entender de Mônica Martins<sup>179</sup>, deu um caráter processual à luta por reforma agrária no estado. O trabalho das lideranças, portanto, garantiu a vivência de uma expectativa como tempo político de acumulação para a ação coletiva de contestação que emergiu na madrugada do dia 25 de maio de 1989.

Sobre o tempo político da expectativa, Dona Maria relata: "nós ia ter a terra prometida, a terra que mandava a lei de Deus, a terra em que nós ia construir onde nós morar, plantar e comer". Nas palavras da líder, a espera pelo dia da "festa" era recoberta de um tom sagrado conforme a discussão de Frei Sérgio Görden sobre as leituras bíblicas nas formações de trabalhadores rurais do Sul nas quais a narração do Êxodo<sup>180</sup> era recebida pela exclamação "isto parece nós"<sup>181</sup>. O acúmulo das experiências anteriores de luta (conflitos no interior das fazendas) e reflexão (formação nas CEBs) informou uma ruptura política nas práticas de contestação no meio rural cearense. O Sr. Sitônio narra o dia, ou melhor, a noite da ocupação. Contou ele:

a gente sabia do dia certo. Arrumamos tudo e ficamos esperando o dia todinho. Quando foi à boquinha [começo] da noite, o carro chegou. O motorista dizia 'rápido que nós temos que passar em vários cantos'. A gente não sabia pra onde era que ia não, só quem sabia era eles [lideranças]. Passamos por um bocado de

---

<sup>179</sup> GÖRGEN, Frei Sérgio. 1997. p. 279.

<sup>180</sup> Segundo livro do Antigo Testamento da Bíblia marcado pela descrição da caminhada do 'povo de Deus' liderados pelo profeta Moisés do cativo no Egito à terra prometida para libertação.

<sup>181</sup> GÖRGEN, Frei Sérgio. 1997. p. 285



casa e passamos por dentro da cidade de Quixeramobim. Fomos noutras fazendas pegar gente e quando fomos chegar no local tava lotado já. Já ia uma parte, uns trinta caminhão. E bom que eles [lideranças] arrumaram as coisas tão bem organizadas, o pessoal tem uma facilidade de organizar o negócio. Rapaz, fizeram uma rodoviária no meio do caminho. Eles fizeram tipo uma rodoviária né. Tinha que se reunir todo caminhoneiro lá tal hora. Todos faziam o roteiro. Quem vinha de Canindé tinha a hora pra chegar naquela hora no ponto. Sei que quando foi a partir de onze horas da noite tava todos. Todo carro em fila lá, nessa estrada de Quixeramobim a Madalena. E começou os carro a sair um atrás do outro.

A rodoviária no meio do caminho, como fala o Sr. Sitônio, foi o ponto de encontro dos caminhões que traziam os ocupantes para aguardarem a chegada de todos, na mesma hora, no local da ocupação. A movimentação envolvendo muitos caminhões abarrotados de famílias de agricultores acabou chamando a atenção. A população das cidades por onde passavam os caminhões ficava comentando o deslocamento e nos postos de combustíveis era recorrente a pergunta dos funcionários sobre o destino daquelas pessoas. Conforme o Sr. Sitônio, a resposta para a pergunta dos funcionários era "vamos fazer uma mudança". Não no sentido de uma transformação política, mas na acepção mais usual do termo como transferência de residência. Houve até retenção de um dos caminhões pela polícia em Quixeramobim. "De tanto ter mudança passando por dentro da cidade, eles desconfiaram. Prenderam e o sindicato foi lá e soltou", relatou o Sr. Sitônio.

Em cima dos caminhões estavam reunidos aqueles, cuja vida fora marcada por deslocamentos em busca de melhores condições de vida. Dona Maria Lima foi para o Sertão Central no início dos anos de 1980. Oriunda da cidade de

Aratuba, na serra de Baturité, sua transferência para o sertão se deu devido a "uma calamidade, não era mais pobreza não, já era miséria". Em Aratuba, Dona Maria já participava de lutas ao lado do Padre Moacir, um importante agente do cristianismo de libertação daquela região. Em busca, também, de condições melhores de vida, o Sr. Pepina saiu de sua terra natal, Choró, para Quixeramobim e, somente, após cerca de 12 anos vivendo numa localidade no interior do município começou, como ele mesmo diz, "a participar de reunião do sindicato e da Igreja". Migrações internas ao meio rural na intenção de assegurar condições para a reprodução camponesa. Intento, também, presente no deslocamento da madrugada do dia 25 de maio de 1989 cuja ocorrência possibilitou, e até exigiu, a construção do interconhecimento entre os ocupantes. A maior parte das famílias mobilizadas não se conhecia anteriormente. Segundo o Sr. Sitônio, "conhecia uma parte, mas tinha gente que ninguém sabia nem de onde era".

### **3.2 A chegada dos ocupantes e a construção da comunidade assentada "tá dando certo"**

O caminho seguido pelos caminhões foi revelando o segredo guardado pelas lideranças da ocupação. Nas palavras de Dona Maria Lima, "o Neto, que era do grupo da PJ, disse: 'D. Maria Lima sabe pra onde nós vamos? Vamos pra serra do General Vica'. Aí eu quis me assombrar. Eu disse: 'Meu Deus, lá onde estão os pistoleiros!'. Porque lá na minha terra quem matava lá vinha se socar [esconder] aqui". Apesar do receio de Dona Maria, a ocupação não foi reprimida com violência. Ela mesma falou em facilidade no caso das Fazendas São Joaquim por conta da gleba já estar em processo de desapropriação, conforme a discussão feita no final do capítulo anterior. As características de ser uma propriedade em processo desapropriatório, com terra fértil e situação jurídica irregular, combinam-se nas explicações dos ocupantes sobre os motivos da escolha das Fazendas

Reunidas São Joaquim para a ocupação. Sobre isso, o Sr. Pepina falou:

ele era uma pessoa que tinha muita barganha, tinha muito poder e dominava uma região, era homem respeitado na época. Como ele era respeitado não ligou pra questão de posse, como se diz 'brigou, tomou'. Eu não posso afirmar isso né, eu mesmo não posso afirmar, mas cada terra que ele comprou do vizinho, vamos dizer 'por nada' [preço baixo], dizendo 'não essa terra é muito pouca pra você, eu vou lhe comprar'. E comprava e deixava sem escritura, sem pagar direito. A prova é que tinha na escritura quase 23 mil ha, não 22 mil ha e só tinha 16 mil com documento mesmo e ainda atrasado. Não ia nem atrás de pagar.

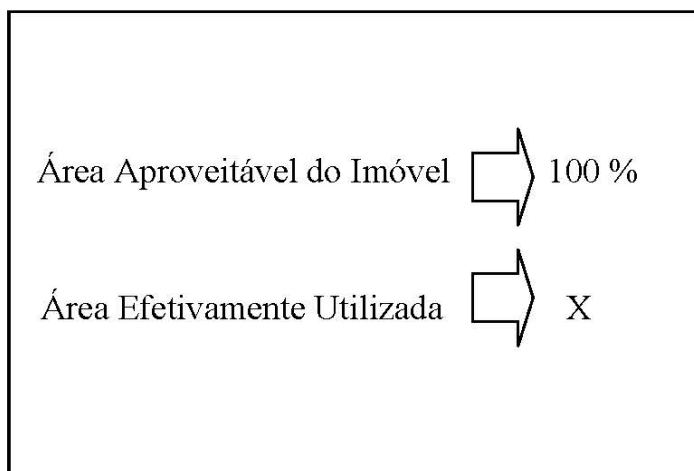
Como o próprio relato apresenta, não há certeza sobre a existência de práticas de grilagem<sup>182</sup> na propriedade do general Wicar. O Sr. Andrade chegou a dizer na entrevista que "as terra dele [patrão], eu acho que foi tudo tomado, porque a herança dele começou aqui, mas ele foi até na Nova Aliança<sup>183</sup>. Pra onde ele podia, ele empurrava, empurrava e ganhava. Ele era mais novo, não sei por que ele arrumou tanta terra". As questões nas quais se envolviam o proprietário e, por obrigação, seus moradores não podem ser dispensadas como forma de intimidação dos vizinhos para a compra barata das terras no entorno da gleba. O processo de desapropriação arquivado no INCRA confirma as dívidas da propriedade. O imposto sobre a propriedade territorial rural estava atrasado desde 1979. A titularidade da terra é registrada no Cartório Câmara do 1º Ofício de Quixeramobim no nome da empresa Wicar Parente de Paula Pessoa S/A Agricultura e Comércio, constituída no ano de 1966. Um empreendimento de caráter familiar do qual os sócios são os proprietários, sua esposa e seus filhos.

<sup>182</sup> Uso de documentos falsos para comprovar a posse de terras.

<sup>183</sup> Outra localidade dentro do assentamento.

Vale dizer que o primeiro certificado de propriedade da gleba remonta a 1898.

O registro de propriedade com a nomeação de empresa não garante que a mesma seja enquadrada como empresa rural nas condições do Estatuto da Terra. A querela judicial instalada entre o INCRA e o proprietário se deu basicamente em torno dessa classificação e suas implicações. A importância de atribuir, ou não, a nomeação de empresa rural está na possibilidade, ou não, de desapropriação da fazenda assim nomeada. A referência para o estabelecimento de tal classificação é o Grau de Utilização da Terra GUT. O GUT é calculado numa relação entre a área aproveitável do imóvel e a área efetivamente utilizada. a primeira resulta da área total do imóvel subtraída da área inaproveitável (benfeitorias como casas, armazéns...) e, também, diminuída a área de preservação permanente, legalmente, estabelecida em 5% da área total. Numa operação matemática em regra de três simples, o cálculo do GUT fica assim:



Na Ação Ordinária de Nulidade de Ato Administrativo, o INCRA diz ter constatado em vistoria técnica ocorrida, no ano de 1980, a inutilização de 13.000 ha dos 16.500 ha que compunham as Fazendas Reunidas. O documento afirma ter havido uma tentativa não exitosa de enquadramento da propriedade na qualidade de empresa rural, em 1973, por

conta do não cumprimento dos critérios legais. Segundo o Instituto, desde o início da ação do Proterra, o dono das terras vinha trabalhando para atrapalhar o alcance do programa, dificultando as visitas técnicas. O baixo índice de produtividade da fazenda e o regime de submissão dos moradores, também, são registrados como impedimento. As Fazendas foram classificadas pelo INCRA como latifúndio por exploração numa nova vistoria realizada em 1985 na qual "as lavouras detinham baixo índice de produtividade e os trabalhadores e parceiros sediados no imóvel viviam submetidos a situações inaceitáveis face à inobservância das leis reguladoras das relações de trabalho"<sup>184</sup>. Os próprios dados fornecidos pelo imóvel na declaração para cadastro de imóvel rural sustentaram a classificação da propriedade como latifúndio por exploração devido ao GUT ser de 6% (660 ha dos quais 520 para pastagens e 140 de culturas permanentes), portanto, inferior ao exigido pela lei agrária para uma empresa rural, 80%.

As tensões do processo judicial levaram general Wicar a se dirigir, por vezes, ao INCRA para reuniões com técnicos e dirigentes do órgão. Maria Elisomar de Brito, funcionária do INCRA, desde 1982, que trabalhou no PROTERRA, relata ter presenciado um momento em que o proprietário passou mal nas discussões com os técnicos. Disse ela:

o processo dele tramitou, a gente fez várias visitas. Ele já era um senhor bem idoso. Teve um dia aqui que ele até passou mal. Ele já era bem idoso. Ele tinha os filhos muito bem de vida. Ele não queria que desapropriasse pelo amor à terra, tá entendendo. Ele gostava de lá. Como ele entrou, [no PROTERRA] chegou a ser desapropriado.

A relação afetiva do general Wicar com a propriedade demonstrada no relato não se reproduziu na postura dos herdeiros após sua morte. Os filhos do fazendeiro pouca relação estabeleceram com a gleba, até mesmo no sentido

<sup>184</sup> Relatório do INCRA. p. 10.

do aproveitamento econômico, e concordaram com a desapropriação. Não aceitaram, entretanto, o valor atribuído às benfeitorias e nem os Títulos da Dívida Agrária TDAs propostos como indenização pelo INCRA. O questionamento dos valores da indenização manteve a disputa judicial até o início da década seguinte à ocupação.

A fertilidade do terreno ocupado é comprovada no relatório técnico resultado da vistoria nas Fazendas Reunidas em 1985. Nele a gleba situada a 48 km da sede de Quixeramobim é descrita com flores, fauna variada e aves dando um colorido especial à região. Os solos são apontados com produtividade média e alta devido a sua formação e inexploração. Um relevo, predominantemente, plano com ondulações não impeditivas para a atividade agrícola. A rede de drenagem da área é dita "considerável", pois o regime pluvial é periódico e composto de riachos, córregos e açudes com as nascentes dos córregos dentro da própria fazenda. Dos dez açudes, dois possuíam alta capacidade de represamento (28.000.000 a 30.000.000 m<sup>3</sup>) para abastecer populações humanas e animais.

Na propriedade, o relatório registra a residência de 82 famílias e 512 pessoas com média de idade dos chefes de família em 49 anos. Segundo o documento, as famílias de moradores ali viviam em habitações precárias, sem higiene e saneamento básico. Sobre as famílias, os assessores técnicos do PROTERRA, Zilson Sá Martins, engenheiro agrônomo, e José Acácio Mourão de Oliveira, engenheiro de produção, elaboradores do relatório, escreveram:

[...] há como que no semblante da cada um, o descrédito e a desilusão de que esta situação não se modifique. Os moradores sabem que o proprietário utilizou-se de todos os meios, legais e ilegais, para evitar qualquer modificação, tendo êxito, pois o processo se encontra parado no INCRA há cinco anos. Espera-se com o advento da Nova República, que o problema dos

moradores destes imóveis, seja resolvido o mais breve possível. (fl. 163)

A aposta dos técnicos em possíveis mudanças nas relações sociais do campo por conta das alterações, no cenário político nacional em direção à redemocratização é contestada por analistas. Martins<sup>185</sup> e Medeiros<sup>186</sup> convergem no entendimento sobre as impossibilidades políticas colocadas para a reforma agrária, internas ao processo de reconstrução democrática dos anos de 1980. "A aliança foi produto da convergência dos grupos de centro-direita que, através de composições políticas hábeis, conseguiram evitar a presença política dos trabalhadores urbanos e rurais na transição da ditadura para um novo regime"<sup>187</sup>. As esperanças gestadas em tensionamentos políticos nos quais trabalhadores do campo e da cidade mobilizaram-se em movimentos sociais, com vistas à luta por direitos não se traduziu numa concretização absoluta das reivindicações. No caso da política agrária,

[...] se, num primeiro momento, o Estado brasileiro absorveu o tema, logo a seguir se viu recortado pelas contradições inerentes a uma ampla aliança política, que envolvia forças com interesses bastante diferenciados. O fato de ter sido criado, logo nos primeiros dias do novo governo, um Ministério especialmente voltado para o tema não significou garantia de realização da reforma fundiária almejada pelos trabalhadores do campo. A trajetória da proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ao longo de 1985, e o processo Constituinte, em 1987-1988, mostraram a força dos proprietários de terra (que muitos consideravam fragilizados ante o crescimento urbano-industrial) e explicitaram, tanto para os atores presentes como para os pesquisadores do tema,

---

<sup>185</sup> MARTINS, José de Souza. 1986. p. 152.

<sup>186</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 2003. p. 103

<sup>187</sup> Op. cit.p.152.

a complexidade do jogo de forças que se desenvolvia no interior das diferentes instâncias do Estado<sup>188</sup>.

É verdade que “as condições políticas da transição não pareciam favorecer outra alternativa”, segundo Martins<sup>189</sup>. Apesar e por causa do próprio revés imposto pelo processo, as lutas no campo continuaram a ter conteúdo político. Elas tensionam a estrutura de poder, embora não possam por si redistribuí-lo. A Nova República acabou sendo uma combinação de forças num pacto político entre terra e poder. Um dado significativo é que o próprio presidente da República entre 1985-1989 foi José Sarney, um latifundiário.

A respeito do tamanho da terra, chama atenção o fato de o INCRA ter tido necessidade de refazer o perímetro das fazendas. O Sr. Andrade, inclusive, colaborou nessa tarefa junto aos técnicos e contou: “o doutor do INCRA me chamou e perguntou ‘o senhor conhece o período [perímetro] dessa terra?’ eu digo ‘eu não conheço todo não, mais três parte da extrema da terra eu conheço’”. Por conta do conhecimento prático do antigo morador sobre os limites da propriedade, o Sr. Andrade relatou ter “saído no mundo. Passamos não sei nem se foi um mês ou se foi dois meses só mostrando ‘é por aqui, por aqui...’. Trabalhando mais eles”. Assim os técnicos puderam perceber uma diferença maior que seis mil ha no tamanho da gleba, aumentando a soma total da área e reduzindo mais ainda o GUT.

Essa terra tão bem conhecida pelo Sr. Andrade recebeu os ocupantes deslocados das cidades próximas, na madrugada do dia 25 de maio. Logo ao chegar, iniciaram o trabalho de reconhecimento do terreno e de montagem dos barracos de lona para abrigamento das famílias. A prática de abrigar-se fez da ocupação uma ação que indica o desejo de permanência na terra, pois um de seus atos iniciais é a

---

<sup>188</sup> Op. cit.p.103.

<sup>189</sup> Op. cit.p.152



“fixação” de residência. Sobre os primeiros momentos da ocupação, Dona Maria disse:

quando nós chegamos ali na estrada, eles disseram ‘a comunidade é aqui, vocês desce aí’. Nós pensava que vinha pra uma casa, pra um terreno, ou uma vila. Quando nós chegamos na parede desse açude, tava o Zé Rainha com um facão na mão e outro companheiro. Entramos nessa mata, levando o que nós trazia. Era rede, era panela, prato e alguns cereais que tinha. Um cafezinho pra quando nós chegar, fazer os primeiros cafés. Nós entramos nessa mata, a varedinha [vereda] bem apertada, bem apertada e nós entrando. Ele [José Rainha] focalizando com uma lanterna às duas da madrugada. Quando nós chegamos numa chapada onde eles [líderes] tinha escolhido, eles disseram ‘é aqui’. Agora façam fogo. A negrada era tudo quebrando garrancho [pedaços de madeira]. Fizeram fogo e começaram a clarear. Disseram: ‘agora pode fazer o canto de armar a rede dos meninos e vamos cortar madeira pra fazer barraca’. Amanheceu o dia e era um pipocado tão grande, todo mundo dentro dessas matas cortando madeira. Eles disseram: ‘procurem um pau bem alto que é pra atear a bandeira’. Era uma zoada tão grande dentro nessa mata, era a coisa mais linda.

As palavras de Dona Maria Lima consubstanciam uma memória sonora do desembarque na propriedade e reafirmam um postulado analítico, no qual as recordações pessoais mais arraigadas aparecem vinculadas a referências sensoriais, melhor dizendo, os sons, os cheiros e as cores<sup>190</sup>. Além disso, a líder reforçava o desejo de estabelecer-se na terra ocupada por ter trazido na sua “bagagem” utensílios de uso doméstico cotidiano, ou melhor, para o cotidiano

---

<sup>190</sup> POLLAK, Michael. 1989. p.315.

que se queria obter. Nesse sentido, a ocupação assume, também, a perspectiva da busca por condições estáveis de reprodução e vida social.

A presença marcante das lideranças em todos os momentos da ocupação (chegada, desembarque, estabelecimento) indica o caráter orientado de uma ação coletiva de contestação. Nesse processo, a própria imaginação dos ocupantes os levava a construir, subjetivamente, lugares possíveis de destino, como conta Dona Maria. Uma expectativa desfeita ao tomar conhecimento do lugar e, principalmente, ao chegar nele. Contudo, ao que parece, o efeito de desmobilizador da decepção possível por conta da distância entre o imaginado e o encontrado não se ampliou entre os chegados. Como diz o Sr. Manoel Pereira, "nós chegamos de madrugada e fomos logo trabalhar nos barracos. Passamos um bocado de tempo acampado lá dentro dos matos".

É interessante compreender a apresentação da experiência da ocupação prenhe de um tom épico-dramático. Dona Maria, o Sr. Manoel e os demais entrevistados relatam a vivência, elevando a voz e, por vezes, com o dedo em riste, ou apontando com as mãos para os lugares da propriedade onde os eventos ocorreram. Demonstram orgulho ao falar e, mais do que isso, em afirmar ter estado na situação. A fala aproxima-se da declamação e assume um ritmo parecido com uma narração teatralizada. Quase sempre, adjetivações são incorporadas à recordação, como na própria fala há pouco transcrita, "era a coisa mais linda". A percepção místico-religiosa da experiência coloca-se em associações entre o vivido e a sacralização da luta. Como disse Dona Maria Lima: "a chegada do povo nessa mata, pra mim, foi como se fosse a chegada no céu. Todo mundo unido, tudo trabalhando, armando as barracas, as redes dos nenéns. Outros fazendo fogo e outros fazendo café, isso era tão animado". O relato não só reveste de sagrado o momento da ocupação como pode ser percebido nos subtempos que compõem o período da chegada dos assentados. Isso quer dizer que a ruptura das relações anteriores à ação do

MST nas Fazendas Reunidas comporta dimensões temporais como marcações estratégicas da ação contestatória relativas ao tempo do segredo; da dúvida; da expectativa; da chegada; do desembarque; da fixação imediata; da negociação e do estabelecimento definitivo.

Após o desembarque, os ocupantes iniciaram um processo de organização da ocupação em que o interconhecimento e as relações familiares e de vizinhança balizavam a formação de grupos, turmas e comissões. "Quando foi no outro dia, fomos logo fazer as comissões de alimento e de quem ia vigiar. Cada qual tinha sua turma. 'Quem é do Quixadá, escolhe aí um dirigente', era assim. Isso era a coisa mais importante do mundo", disse Dona Maria. O processo organizativo das famílias visava à construção de condições para a permanência no lugar, inclusive o plantio de culturas para alimentação coletiva, e mobilizações para dar visibilidade ao ocorrido - não por acaso, a bandeira do MST foi logo posta no alto de um mastro feito com madeira cortada da fazenda - e pressionar os órgãos públicos a atenderem as demandas daquela população. Uma assembleia dos ocupantes foi realizada poucos dias depois, na qual discutiram e passaram a preparar a ocupação da sede do INCRA, em Fortaleza, como registra a capa do jornal Diário do Nordeste (DN) em 30 de maio daquele ano com a manchete "Agricultores acampam no Incra para pedir terras". Sobre a ocupação do órgão público ocorrida no dia anterior à matéria, Dona Maria relatou:

nós reunimos umas cinquenta pessoas, ajeitamos o ônibus e fomos ocupar o INCRA. Quando nós chegamos no INCRA, às cinco horas da manhã, ocupamos com as sacolas, com as violas. Fomos fazer um forrozim lá. Aí quando os funcionários chegaram, nós já ocupamos a entrada e fomos negociar. E fomos fazer a negociação e isso não foi difícil porque a terra já tava desapropriada.

A presença das famílias, no órgão, foi noticiada como ação do Movimento Sem Terra e assumiu um sentido próprio às ocupações de prédios públicos por movimentos sociais, uma ação para "alcançar diretamente, enquanto 'corpo coletivo', um centro de decisão, uma pessoa que tenha 'o poder de decidir', e abordá-la pública e diretamente"<sup>191</sup>. A pauta de reivindicações foi apresentada à direção do Instituto e, no dia seguinte, rediscutida numa reunião com o governador do estado. As famílias, os dirigentes nacionais do MST (como fala o jornal), Eudoro Santana, Secretário Estadual de Agricultura, Luciano Carneiro, superintendente do INCRA e o governador Tasso Jereissati debateram a não entrada da Polícia Militar (PM) na ocupação, a garantia de alimentação e assistência às famílias e a celeridade do processo relativo à desapropriação na justiça. E, ainda, trataram de pautas nacionais do Movimento naquela conjuntura como a atuação da bancada de deputados federais para garantir recursos para o PNRA. Em resposta às demandas postas, o governador assegurou a não entrada da PM na terra, enquanto não houvesse ordem judicial e disponibilizou as Secretarias de Estado da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública para atender às necessidades das famílias. Tasso aproveitou para reafirmar o compromisso de seu governo com metas de assentamento, mas disse ser o governo federal o ente com maior capacidade de resolver os problemas no campo, devido ao tesouro estadual estar comprometido com avanços na área da saúde e da educação. "O Ceará é um estado pobre"<sup>192</sup>, disse o governador. Outro elemento colocado na reunião foi o pedido de José Rainha para que o estado desarticulasse um grupo paramilitar atuante em Quixeramobim. Segundo o líder, o grupo ameaçava os sem terra. Ao pedido, o governador reagiu afirmando não tolerar a prática da pistolagem no Ceará e solicitou a colaboração do Movimento com informações sobre o tal grupo para uma ação da segurança pública estadual.

---

<sup>191</sup> COMERFORD. 1999. p.154.

<sup>192</sup> Diário do Nordeste, 30/05/89, p. 15.

Os acertos do governador e suas palavras de compromisso com a reforma agrária foram compreensíveis a partir dos elementos da conjuntura política em questão. Havia uma crise de credibilidade da política agrária estadual desencadeada por denúncias de desvio de recursos do Programa de Apoio do Pequeno Produtor (PAPP) para grandes propriedades do município de Boa Viagem pertencentes aos aliados da então Secretária de Administração do Estado, Maria Dias. Os desvios dar-se-iam no contexto de uma disputa política e jurídica pela prefeitura do município entre o prefeito Benjamin Vieira (PFL/DEM), chancelado pelas urnas, e um poder municipal, paralelamente, instalado pela Secretária Maria Dias com anuência do governo estadual que apontava irregularidades no processo eleitoral. A publicidade do caso levou ao afastamento de Mossclair Cordeiro Leite, presidente da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), e à desapropriação das propriedades beneficiadas pelos possíveis desvios. Além disso, maior agilidade nos processos de reforma agrária do estado ocorreu como forma de demonstrar o compromisso do governador com o tema.

A ocupação de prédios públicos pelo MST representou tensionamento do poder, mas não excluiu a possibilidade de acordo como mostra a reportagem. Ações desse tipo eram complementares a outras, por vezes, estavam no bojo de mobilizações nacionais, ou desejavam chamar atenção para situações específicas de acampamentos ou ocupações de terras, tal como essa ação ocorrida logo após a chegada dos ocupantes nas Fazendas Reunidas. Na verdade, como diz John Comerford, o objetivo imediato desses processos de negociação "são compromissos verbais e/ou escritos por pessoas autorizadas em torno de uma série de reivindicações ou exigências. Ou seja, não se conquistam desapropriações, escolas ou estradas literalmente, mas compromissos ou promessas"<sup>193</sup>.

---

<sup>193</sup> COMERFORD, John Cunha. 1999, p. 154.

As relações do MST com o estado chamavam atenção por seu caráter conflitivo e pelas nuances assumidas em conjunturas específicas. No caso aqui explorado, setores do governo estadual são incluídos entre os aliados da estruturação do Movimento, através da ajuda à primeira ocupação realizada pelo MST no Ceará. Nas palavras de Dona Maria:

o Eudoro Santana lutava por nós. Ele era a favor quando a gente ia atrás de recursos em Fortaleza na Secretaria. A Irmã Cleide e a Irmã Tereza Cristina nos acompanhavam nessa época. Eudoro Santana abriu as portas pra nós entrar, recebeu nós muito bem. Ele já tinha pelejado pra essa terra ser dos trabalhadores, ser liberada juntamente com o INCRA. Nesse tempo ele era Secretário do Tasso, mas já estavam querendo se desentender porque ele queria as coisas de um jeito, que era pra ajudar os trabalhadores, e o Tasso não abria mão.

O relato revelou que o acontecimento se incluiu, significativamente, na política cearense e indicava tensões postas ao executivo estadual frente à ação dos sem terra. A postura de Eudoro Santana e a reunião com o governador asseguraram condições mínimas para a sobrevivência das famílias acampadas no período de espera da desapropriação e estabelecimento do assentamento. Um período de gestação de uma nova comunidade e, também, de uma nova forma de organização política dos trabalhadores no campo. Ao final da reunião com o governador, Fátima Ribeiro e José Rainha se disseram satisfeitos com a negociação por conta de ter sido próxima às expectativas e à pauta de reivindicações. Além disso, a disposição dos ocupantes para a luta indicava o estabelecimento do MST no estado. "Vamos expressar a reforma agrária à medida da nossa organização"<sup>194</sup>, disse Fátima.

---

<sup>194</sup> Diário do Nordeste, 30/05/89/, p. 15.

De volta ao acampamento, o desafio de construir uma comunidade na interação entre os ocupantes e os moradores foi sendo enfrentado cotidianamente. Relatos já transcritos apontavam o espanto dos moradores com a quantidade de pessoas vindas na ocupação e o desconhecimento dos chegados em relação ao que poderiam encontrar naquela terra. O desenrolar do processo não confirmou a possível violência contra os ocupantes presumida por Dona Maria e pelos articuladores da ação. As condições adversas de sobrevivência no acampamento, um dos motivos da ocupação na sede do INCRA, entretanto, forjaram-se como desafio e possibilidade de experimentação de uma sociabilidade colaborativa entre os que se achavam na situação de acampados. Os pequenos produtores e os arrendatários chegavam a retornar às terras deixadas para recolher algo do que tinham produzido e trazer ao acampamento como contribuição para a alimentação coletiva. A respeito desse momento, o Sr. Manoel recordou,

quando nós viemos de lá, de onde nós morava, nós deixamos o legume lá. Um roçado de legume. Aí depois nós fomos pegar lá. Tinha muita gente que não tinha era coisa nenhuma. Nós, o que nós fizemos lá, trouxemos pra cá. Quando foi com poucos dias tinha se acabado porque a gente doava tudinho, porque a gente não ia deixar os outros com fome né. Nós tinha que dar a eles também. Quem tivesse, dava pros outros que não tinha.

A fala do antigo meeiro coloca a vivência de uma sociabilidade construída na solidariedade, no sentido do compartilhamento, em uma circunstância de escassez. Quase sempre, a tradição sociológica coloca a escassez – seja de bens para a sobrevivência ou de poder - como base do conflito, da revolta ou da desagregação. A experiência social da ocupação das terras do general Wicar expressa uma percepção da escassez como espaço de coesão, sentimento de "nós", ajuda mútua e vida comum. O relato aproxima-se

da imagem construída na criação literária de Rachel de Queiroz. A autora escreve sobre a vivência de uma seca ocorrida no início do século passado protagonizada por um casal jovem, empobrecido e com filhos em rota de fuga das condições de miséria no sertão. Pelo caminho, Chico Bento, o marido de Cordulina, doa aos famintos da estrada, que estavam a disputar comida com urubus, tudo o que lhe restava de uma carne de bode salgada trazida para alimentação da família, até a chegada ao núcleo urbano mais próximo. Frente à atitude do marido, Cordulina pergunta por que ele fez aquilo se era a única coisa que teriam para comer até chegar à cidade e ele sabia que demorariam dias para isso, pois faziam o trajeto a pé. Como resposta à pergunta da esposa, Chico Bento disse: "sei lá, Deus ajuda! Eu é que não houvera de deixar esses desgraçados comerem osso podre"<sup>195</sup>. Assim, tanto o Chico Bento de Rachel, como o Sr. Manoel Pereira do MST constituem expressões na imaginação artística e na prática social, respectivamente, de uma forma de enfrentamento da adversidade por meio de relações sociais nas quais dividir o mínimo possuído torna-se estratégia de sobrevivência e condicionamento coletivo contra a escassez.

Apesar dos relatos sobre a circunstância de acampamento evocarem uma vivência solidária, a construção da comunidade assentada, após a imissão de posse do terreno, ocorrida em setembro do mesmo ano da ocupação, não foi só colaboração. Tensões para a divisão dos lotes, dificuldade de consenso em torno do trabalho coletivo e discussões acerca do uso dos créditos iniciais assegurados para as áreas reformadas apresentaram-se no assentamento em que passaram a viver ocupantes e antigos moradores. Por conta do perímetro da terra, as Fazendas Reunidas, ou melhor, o 25 de Maio, como passou a ser chamado, acolheu a demanda das famílias ocupantes e, também, de outras famílias da região que aceitaram participar do projeto de assentamento, bem como famílias vindas de outras ocupações. O Sr. Pepina contou ter ajudado nos preparativos e

---

<sup>195</sup> QUEIROZ, Rachel de. 1972, p. 55.



participado das reuniões para a ocupação das terras do general Wicar. No dia da ocupação, entretanto, ele não estava no município de Quixeramobim e não foi junto com os demais participantes da comunidade do Córrego. Acabou participando da ocupação da fazenda Logradouro Tiracanga, na cidade de Canindé, ocorrida meses depois. Isso porque após a chegada às terras do general Wicar, o MST já realizou outra ocupação "feita com lideranças tiradas do 25 de Maio", como disse Toinho. O Sr. Pepina fez parte de um grupo de cinquenta famílias cadastradas na ocupação em Canindé e trazidas ao novo assentamento para completar as vagas do amplo terreno. Após a emissão de posse do 25 de Maio, houve um processo de composição da comunidade assentada em que famílias dos povoados e fazendas próximas ao assentamento foram nele incluídas.

O processo de acomodação e organização das famílias assentadas foi uma movimentação mediada pelos sindicatos, pelo MST e pelo INCRA. Nele ganharam destaque relações familiares (até em sua dimensão extensa) e de vizinhança como forma de manter vínculos sociais construídos anteriormente à ocupação. O Sr. Luiz Lopes relatou ter sido o seu pai o responsável por sua vinda ao 25 de Maio. O pai e a mãe dele participaram da "festa" e depois chamaram os filhos para se integrarem ao assentamento. Naquele momento, o Sr. Luiz estava em São Paulo vivendo em condições difíceis, porque fora sempre um trabalhador rural e por lá os empregos que conseguia não eram na lida agrícola. Em suas palavras:

eu fui pra São Paulo, passei um ano e dois meses lá. Aí decidi vir pra cá. Meu pai me ligou dizendo que eu viesse pra cá, pra tomar conta de um pedaço de terra que ele tinha acampado. Ele queria que eu viesse e eu vim. A vida lá não era fácil, eu era acostumado a trabalhar na agricultura e isso num tinha. Tava muito ruim.

Além da questão familiar, o interconhecimento anterior ao assentamento foi elemento de referência para a organização interna da nova comunidade. Todos os ocupantes saídos da fazenda Umari, em Choró, passaram a viver na mesma localidade dentro do assentamento chamada Nova Vida I. Não aceitaram a presença de famílias de origem distinta. Uma escolha dos próprios assentados, baseada nas relações de família extensa que os uniam desde a sujeição. Como disse o Sr. Luiz, "a família quase toda tá aqui. É primo, é sogra, é nora, é tudo misturado". O Sr. Luiz, casado com uma prima e é primo legítimo do Sr. Carnaúba, que mora na casa ao lado da dele. Uma expressão da divisão do espaço e da organização da vida coletiva, baseada numa cultura própria ao sujeito da reforma agrária na qual se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar. Martins chega a dizer que "são esses os ordenadores da peculiar forma de Esperança envolvida na luta pela terra e na valorização extraeconômica da terra como mediação da vida" <sup>196</sup>.

Moradores saídos da propriedade por diversos motivos retornaram às terras na condição de assentados. O Sr. Raimundo Aniceto, antigo morador e gerente das fazendas, passou onze meses em São Paulo trabalhando no período imediatamente posterior à ocupação. Seus filhos e esposa ficaram nas terras, contudo, ao retornar à terra por conta de dificuldades enfrentadas, o Sr. Raimundo disse ter tido dificuldade em ser cadastrado. Havia da parte de líderes do Movimento certo incômodo com os antigos gerentes. Sobre isso, ele contou:

eles demoraram a me cadastrar, mas depois viram que eu não saía e me cadastraram. Mas eles demoraram, eu era pobre, não tinha pra onde ir. Eu vivia do ganho que eu recebia da fazenda e do roçado. Pobre tem que viver trabalhando. Eu já tava aqui, tinha nascido e me criado aqui, porque eu não tinha direito aqui? Fiz barreira pra

---

<sup>196</sup> MARTINS, José de Sousa. 2003, p. 211.

não sair. Eles demoraram, passaram quase um ano para me cadastrar.

O processo de organização territorial da comunidade, por vezes, deslocou famílias de um lugarejo a outro do terreno no sentido de aproveitar bem o perímetro da gleba. Como disse Maria Elisomar de Brito, "a gente fez com que todos ficassem numa área molhada". Preocupação fundamental para garantir o plantio das culturas permanentes. A despeito de certa satisfação com o lugar de morada perceptível nas entrevistas, conflitos sobre quem tinha o direito de permanecer na terra se colocaram conforme o relato do Sr. Raimundo. Elisomar de Brito acompanhou processos de reorganização do assentamento e revelou ter intermediado relações entre lideranças do Movimento e antigos moradores, sobretudo gerentes. A indisposição de alguns líderes do MST com os antigos gerentes se dava porque os julgavam comprometidos em defender a forma de vida estabelecida ali no tempo do patrão. A funcionária relatou ter tido até derrubada de plantações de antigos gerentes para provocar a desistência deles em permanecerem no lugar, o que não houve.

Passados os desafios iniciais, o assentamento 25 de Maio está constituído há mais de vinte anos e representa uma referência para o MST no Ceará por conta do pioneirismo e ser o "espelho" para outros assentamentos possíveis de existir, a partir da ação coletiva de contestação. A memória dos participantes da ocupação chama sempre atenção para as positivities da vida naquele lugar e para aquilo que representam as palavras de Toinho, "está dando certo". Pioneirismo e sucesso articulam-se na fala de Toinho que participou da ocupação em 1989 ao lado de sua mãe, Dona Maria Lima, quando ele tinha 16 anos e, desde então, figura como liderança estadual do Movimento. Para ele, o 25 de Maio é uma referência, não apenas, porque nele inexistem problemas. "Não é só mil maravilhas", diz o líder. O significado do 25 de Maio amplia-se em múltiplas direções com destaque para a questão organizativa e para

os direitos sociais vistos como conquistas da luta. Segundo Toinho, falou:

é uma marca muito forte essa questão do 25 de Maio. Tem essa referência por ter sido o primeiro, mas tem uma referência, também, porque tá dando certo. As famílias hoje assentadas no 25 de Maio são famílias que, é como o Lula já falou, comem três vezes por dia. Os filhos têm educação. Nós brigamos não só pela terra, mas pela educação. Só pra você ter uma ideia, hoje, só no 25 de Maio, nós temos mais de 20 pessoas que cursou Pedagogia da Terra no MST. Nós temos agente de saúde atuando no assentamento. Então é um assentamento que com todos os seus problemas está bem. Nós temos discussões políticas bem aprofundadas. Enfim, o assentamento hoje ele é uma referência para o estado e para as outras famílias que ainda não têm terra. Por isso que, se a gente olhar vinte anos atrás, a gente vê o que nós avançamos até agora.

Para o líder, os resultados da ação coletiva impulsionam a organização do Movimento e se colocam como expectativa para aqueles que ainda, hoje, se mobilizam para obter terras. Uma referência marcadamente política, porque serve à aglutinação de populações sob a forma e a direção do MST. Se o olhar da liderança para o passado se dá nessa perspectiva, a observação dos militantes de base, como pode ser percebida pelos assentados que continuaram a atuar no Movimento, representa o vivido em outras palavras. Para os assentados, nesses mais de vinte anos, eles puderam estabelecer uma vida livre das instabilidades de outrora. Casar, ter filhos, plantar para viver, comercializar o excedente da produção familiar, ter uma vida comunitária e acessar políticas públicas e condições de cidadania percebidas como mudanças no cotidiano. Como falou o Sr. Luiz,

a terra é um patrimônio que Deus deixou para que seus filhos sobrevivessem dela,

mas a ganância não quer que os pobres vivam bem. A importância do MST é existir um movimento que luta pelo trabalhador. A terra é o sustento da família.

Apesar das diferenças de perspectiva entre lideranças e militância de base, não se pode negar que o MST assumiu, dos anos de 1980 aos dias atuais, um importante lugar no cenário político brasileiro como organização nacional de luta pela reforma agrária. Segundo Bruno Comparato, "contrariando toda uma suposta tradição de passividade e anomia do povo brasileiro, [o MST] consegue se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos"<sup>197</sup>.

Na temporalidade que abraça a formação do assentamento, o termo comunidade aparece nos discursos dos ocupantes, tanto para se referir ao 25 de Maio como lugar onde reside certa coletividade, como para demarcar o estabelecimento de uma forma de relacionamento social pelo interconhecimento e vida comum no contexto da propriedade coletiva. Assim, a coletividade assume um distintivo simbólico no sentido do comunitário em que a perspectiva de relações baseadas na autonomia e na solidariedade permeia expressivamente, o imaginário dos seus participantes<sup>198</sup>. Esse sentido para a vida comum ajuda a atender a exaltação do 25 de Maio como um lugar muito bom para viver tão presente na fala dos assentados. A vida que emerge após a ocupação de terra, é apresentada numa positividade em franca oposição às negatividades que marcaram a enunciação do período anterior à ação do MST. Nesse sentido, é possível construir um quadro representativo tendo por base os contrastes em que a memória sobre a experiência social de constituição do Movimento é enunciada, como se pode ver abaixo.

---

<sup>197</sup> COMPARATO, Bruno Konder. 2001, p. 105.

<sup>198</sup> SAMPAIO, Inês S. Vitorino. 1991. p. 100.

## QUADRO 1 - Tempo e Experiência na Percepção dos Ocupantes

TEMPO EXPERIÊNCIA	O TEMPO DO PATRÃO	QUANDO OS ASSENTADOS CHEGARAM
Regime de trabalho	sujeição/moradia	trabalho coletivizado (parcela e coletivo)
Estrutura de propriedade	propriedade privada (concentrada)	propriedade coletiva (comunitária)
Caráter organizativo	frágil sindicalização	movimento social e associativismo
Relações políticas	domínio coronelístico	organicidade e participação

As falas daqueles que viveram os acontecimentos de 1989 reservam à memória sobre o tempo do patrão as relações de exploração do trabalho e concentração fundiária, nas quais havia pouco espaço para a atuação sindical enfrentar o domínio coronelístico. A esse tempo se sobrepõe a temporalidade construída desde quando os assentados chegaram, marcada pela coletivização da terra e do trabalho próprios à política agrária. As recordações demarcam uma ruptura política na qual emergem as formas de associativismo dos segmentos camponeses com destaque para o MST. Além disso, os relatos deixam escapar um processo de elaboração da forma de movimento social que assumiria visibilidade com a ocupação das Fazendas Reunidas, vivido como tempo de expectativa, ou seja, como acúmulo político da contestação que o sucedeu. Essa produção discursiva sobre o passado só corrobora o pressuposto da memória coletiva como elaboração da experiência vivida, conforme o lugar social de quem a viveu. A multiplicidade de sentidos sobre a primeira ocupação realizada sob direção política do MST no Ceará é trabalhada como forma de mobilização pelo Movimento, na mística celebrativa de sua luta, conforme o próximo capítulo.

### 4. RITUALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA MÍSTICA DO 25 DE MAIO

A construção da memória sobre os acontecimentos aqui investigados não se faz somente pela narração do vivido por parte dos seus protagonistas. O Movimento Sem Terra reelabora, permanentemente, as recordações de maio de 1989 num trabalho sobre o passado com vistas a conferir sentido para suas ações na circunstância presente. Essa reelaboração constitui uma ritualização nomeada pelo Movimento de mística, cuja forma de realização funciona como um espaço privilegiado de exposição e confecção de sentidos sobre aquilo que ocorreu quando os assentados chegaram. A mística é uma produção de sentido sobre a organização e a luta do MST por meio de uma ritualização da experiência social inspirada em termos religiosos, mas também, num leque amplo de perspectivas advindas do campo político contra a desigualdade, designado como esquerda<sup>199</sup>, da contestação popular, da vida cotidiana e mesmo de matrizes religiosas outras como a tradição africana e indígena. Nesse sentido, a mística pode ser compreendida como uma liturgia política. O termo "liturgia" chama atenção para uma celebração religiosa pré-definida, de acordo com as tradições de uma religião em particular, mas pode, também, incluir ou referir-se a um ritual formal e elaborado, ou uma atividade diária. A adjetivação "política" quer enfatizar a prática de ritualização impregnada de relações de poder e que assume um significado para agentes sociais em distintas conjunturas políticas, pois, como diria Claude Rivière<sup>200</sup>:

[...] não há movimento político partidário ou regime que não recorra a uma série de atos solenes, codificados e repetitivos de

---

<sup>199</sup> BOBBIO, Norberto. 1995. p. 129

<sup>200</sup> Rivière, Claude. 1988, p. 253.

ordem verbal, gestual e postural altamente simbólicos. Certas manifestações públicas ritualizadas, ao afirmar a integração de uma coletividade, exibem uma identidade e expressam um desejo de existir em comunhão com certos ideais.

Entender a ritualização da memória sobre a ocupação de terra aqui estudada, como uma liturgia política, é falar de um trabalho sobre o passado na apropriação do tempo vivido como experiência de contestação pelas artes da música, da teatralidade, do figurino, da narração, da dança e da encenação em que as vivências são reapresentadas à coletividade de referência, num rito instituinte de uma versão legítima e legitimada sobre o ocorrido. No MST, isso ocorre por conta das origens eclesiais de elaboração do Movimento, mas sobretudo por uma opção da própria organização em trabalhar os vínculos entre seus integrantes e sua estrutura organizativa, numa teatralização constitutiva de relações de pertencimento e credibilização da luta pela terra. Não por acaso, Stédile afirma a mística no MST como uma apropriação político-organizativa de um simbolismo próprio ao cotidiano do camponês. Diz ele: "para nós, não existe contradição nenhuma nisso. Ao contrário, a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital"<sup>201</sup>. As palavras do líder indicam a presença de sentidos religiosos e rituais na vida organizativa dos sem terra, não percebida como incoerência, tal como poderiam percebê-las outras organizações integrantes do campo político contra a desigualdade. Ao não rechaçar o universo religioso por não entendê-lo na acepção marxista de "ópio do povo"<sup>202</sup> e falseamento da realidade que tanto influenciou (e influencia) a esquerda, o MST articula fé e política numa legitimidade ampliada da luta pela terra. Assim, o Movimento assume uma ação multireferenciada como

---

<sup>201</sup> STÉDILE, J.P. 2003, p. 7-16.

<sup>202</sup> MARX, Karl. 2006. p. 175.



característica herdada do "ecletismo antiautoritário"<sup>203</sup> particular ao contexto histórico de surgimento do MST.

Essa "querela" antiga entre religião e política no pensamento da esquerda brasileira, reconfigurada quando o setor progressista da Igreja serviu de apoio à luta contra o autoritarismo, era vista com incômodo por Gregório Bezerra nos momentos iniciais de sua participação no PCB. Pelos primeiros anos da década de 1930, Gregório achava-se na capital cearense como instrutor de educação física no Colégio Militar de Fortaleza. Naquele momento, se articulava com o grupo partidário comunista local que combatia, fortemente, o clero em pinturas nas igrejas com palavras de ordem como 'abaixo a nuvem negra de parasitas, de exploradores do povo', 'a igreja é o ópio das massas' ou 'a igreja é um cancro que deve ser extirpado'. Uma estratégia errônea para Gregório, pois a maioria do povo cearense era católico e agredir a religião era, também, agredir o povo. Segundo ele, "isso afastava cada vez mais o povo do Partido, principalmente a massa dos católicos que era a maioria do povo cearense, quando muitos deles poderiam ser ganhos para as nossas posições"<sup>204</sup>.

Ao final do século XX, o Movimento Sem Terra assumiu como prática organizativa o trabalho com a religião, pois "a mística faz com que as pessoas se sintam bem", como diz Stédile<sup>205</sup>, reconhecendo a produção ritual contemporânea do MST como produtora de um sentido positivo da participação política. Contudo, as indisposições históricas entre a esquerda brasileira e a religião não se sustentavam somente na doutrina de inspiração da luta, mas, também, nas posições concretas assumidas pela Igreja Católica no Brasil, historicamente, vinculada às elites e, radicalmente, anticomunista. Postura somente alterada a partir de meados do século passado por conta do Concílio Vaticano II e da releitura da ação eclesial operada pela Teologia da Libertação.

---

<sup>203</sup> DAGNINO, Evelina. 2000.

<sup>204</sup> BEZERRA, Gregório. 1979, p. 345.

<sup>205</sup> STÉDILE, J.P. 2003, p. 7-16..

Essa provocou até um afastamento entre a Igreja e o regime ditatorial surgido com apoio institucional do clero. Uma teologia baseada na articulação entre cristianismo e marxismo considerada por Michael Löwy uma novidade no cenário religioso latino-americano e "algo que tem grande relevância para a história mundial"<sup>206</sup>.

O caráter 'novo' da TdL está em representar uma unidade entre cristianismo e marxismo, após mais de um século de tensões entre os tais e, principalmente, encarnar essa unidade como fomento subjetivo nas práticas de movimentos sociais para a emancipação política. Para tanto, foi necessária uma abertura do marxismo ao discurso cristão e uma caminhada da ética e utopia cristãs em direção à análise da sociedade de classes. Uma articulação entre filosofia religiosa e crítica social para além de uma afinidade eletiva<sup>207</sup> entre sistemas simbólicos independentes e consorciados numa dada conjuntura histórica. Na verdade, a unidade fé e política próprias à Teologia da Libertação representam uma indissociabilidade necessária à sua constituição, como matriz discursiva coerente e impulsionadora da ação de contestação. Segundo Löwy<sup>208</sup>,

[...] na América Latina, ambas [fé e política] têm um significado mais amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se um elo verdadeiramente dialético entre elas. Conceitos tais como 'trabalho pastoral' ou 'libertação' têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social.

É verdade que a observação atenta da discussão de Marx sobre a religião, como alerta Löwy, permite entender sua posição para além do caráter classificatório dos adjetivos desferidos contra a religião. Nos mesmos manuscritos

---

<sup>206</sup> LÖWY, Michael. 2000, p. 271.

<sup>207</sup> WEBER, Max. 1991.

<sup>208</sup> Op. cit.p. 271.

embasadores da repulsa à religião, Karl Marx afirma que "a miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real"<sup>209</sup>. Assim o autor abre a possibilidade de observar a religião como um espaço de disputa onde a contestação pode apresentar-se apesar da hegemonia do ilusório. Diversos marxistas se defrontaram-se com a questão do relacionamento entre marxismo e religião, tanto no plano das acepções como na luta social concreta. O próprio líder revolucionário russo, Vladimir Lênin, defendera a não entrada do ateísmo como programa do partido comunista soviético, por considerar que a unidade de ação da classe explorada em direção ao socialismo, mesmo que percebido como paraíso na terra, era mais importante do que a convergência de opinião do operariado em relação ao paraíso no céu.

No plano das discussões ideológicas e dos conflitos com o catolicismo institucional, Rosa Luxemburgo, além de partilhar da estratégia leninista de unidade operária, constituiu um questionamento à Igreja Católica a partir de valores cristãos e marxistas nos seguintes termos:

[...] os social-democratas<sup>210</sup> propõem-se a pôr fim à exploração dos trabalhadores pelos ricos. Pensar-se-ia que os servidores da Igreja seriam os primeiros a facilitar esta tarefa para os social-democratas. Por acaso Jesus Cristo (cujos servidores são os padres) não ensinou que 'é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus?' Os social-democratas cuidam para que se estabeleça em todos os países um regime social baseado na igualdade, liberdade e fraternidade de todos os cidadãos. Se o clero realmente deseja pôr em prática o princípio, 'ama teu próximo como a ti mesmo', por que não recebe com satisfação a

---

<sup>209</sup> MARX, Karl. 2006. p. 175..

<sup>210</sup> Leiam-se socialistas, pois a denominação 'social-democratas' corresponde à nomeação assumida pelo partido revolucionário no período em que Rosa Luxemburgo escreveu a reflexão.

propaganda social-democrata? Através de sua luta desesperada e da educação e organização do povo, os social-democratas agem para tirá-los de sua opressão e oferecer aos seus filhos um futuro melhor. A esta altura todos teriam que admitir que o clero deveria abençoar os social-democratas. Por acaso Jesus Cristo, a quem eles servem, não disse 'o que fazeis pelos pobres é a mim que o fazeis'?<sup>211</sup>

A revolucionária identifica uma zona de interseção que, posteriormente, viria a ser explorada num continente distante daquele onde eclodiu a revolução bolchevique e se estabeleceu o chamado "socialismo real". Apesar da posição de Rosa Luxemburgo, diversos pensadores do socialismo anteriores e posteriores a ela enfrentaram a questão da religião de forma reducionista. Para Löwy<sup>212</sup>, um exemplo significativo é o estudo realizado pelo parceiro intelectual de Marx, Engels, a respeito do teólogo alemão e revolucionário camponês no século XVI, Thomas Münzer, no qual a dimensão religiosa do milenarismo propugnado pelo líder é reduzida a uma fraseologia. Engels, no entanto, reconhece que as divergências entre o materialismo histórico e a religião não devem ser, necessariamente, traduzidas como embates entre revolução e contrarrevolução. Ainda no campo dos pensadores marxistas, o italiano Antonio Gramsci<sup>213</sup> destaca-se no início do século XX por sua preocupação com o peso da Igreja na organização da cultura e suas implicações para a viabilização do socialismo no Ocidente. O autor reconhece a dimensão utópica da religião e sua força mobilizadora, baseada em princípios radicais de igualdade como a horizontalidade de todos os homens (filhos) diante de Deus (pai). A conjuntura histórica da Itália e o lugar privilegiado de observação da estrutural eclesial católica oferecida por sua condição de nascimento ajudaram Gramsci a ser um intérprete das correntes internas do catolicismo e

---

<sup>211</sup> LUXEMBURGO, Rosa. 2005, p. 98.

<sup>212</sup> LÖWY, Michael. 2000, p. 271.

<sup>213</sup> GRAMSCI, Antônio. 2001. p. 334.

das igrejas cristãs, nas quais percebia com forte recusa a versão católica moderna proposta pelos jesuítas e exaltava formas progressistas de religiosidade, distantes do controle institucional dos clérigos.

Se houve abertura ao cristianismo no campo do pensamento de esquerda, também, é verdade a ampliação da interface com o marxismo ocorrida por parte da religião cristã. Essa abertura à crítica social, nos termos da análise da sociedade em classes, deu-se devido às proximidades entre a utopia cristã e o ideário marxista desafiados pela realidade social e econômica do subcontinente latino-americano marcado pela situação de pobreza da ampla maioria de suas populações. "Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e a única proposta suficientemente radical para aboli-la"<sup>214</sup>. A aproximação, portanto, não decorreu de um fenômeno estritamente intelectual ou acadêmico. Frente à experiência social dos cristãos e da Igreja na América Latina processou-se uma disposição do cristianismo no Ocidente, sobretudo na prática social dos fiéis, no sentido de entender as causas do empobrecimento e enfrentá-lo. Da parte do cristianismo, a dedicação à questão social decorreu de razões espirituais e morais inspiradas em sua tradição. A Teologia da Libertação, entretanto, representou algo distinto no pensamento cristão devido à substituição da ação caritativa pela mobilização militante do crente como forma de perseguir a construção do Reino de Deus na terra, e não no céu depois da morte, através da antecipação de sua intrínseca justiça social. O "novo", portanto, é deixar de ver o pobre como alvo de caridade e, sim, como sujeito de direitos e ator de sua própria emancipação.

A percepção da ação do crente, no mundo, com fortes dimensões emancipatórias impulsionou um movimento social (sindicatos, associações, frentes) muito mais amplo do que a ação institucional da Igreja, embora essa tenha

---

<sup>214</sup> LÖWY, Michael. 2000, p. 271.

sido, também, alcançada. Não por acaso, os bispos latino-americanos reunidos na conferência de Puebla, em 1979, fizeram a emblemática “opção preferencial pelos pobres”. Apesar de sua forte dimensão política, a TdL é, antes de tudo, uma reflexão religiosa e espiritual sobre as coisas no mundo, a partir do textos sagrados e da utopia cristã. Isso implica dizer que o cristianismo de libertação não possui um programa estruturado de mudanças e, por vezes, deixou a cargo dos partidos políticos a construção sistemática dos tais planos. Sua influência, contudo, deu-se como fomento ideológico, no sentido de legitimar ética e espiritualmente a ação política dos cristãos nos mais diversos espaços da sociedade. A aproximação dos fiéis com a vida das maiorias sociais ajuda a compreender o apoio das massas empobrecidas obtido pela TdL. “O pleno reconhecimento da dignidade humana dos pobres e a missão histórica e religiosa especial que lhes foi atribuída pelo cristianismo de libertação é certamente uma das razões para seu relativo sucesso”, afirma Michael Löwy<sup>215</sup>.

A despeito da influência exercida pela TdL, ela nunca hegemonizou a ação institucional católica latino-americana, mesmo tendo sido nas bases sociais do catolicismo sua maior penetração. Segundo Michael Löwy, a Igreja brasileira é um caso único na América Latina, na medida em que é a única Igreja no subcontinente sobre a qual a Teologia da Libertação e seus agentes de pastorais conseguiram exercer uma influência decisiva. Além disso, a ação de movimento social fomentada pelos princípios da TdL pôde estabelecer estruturas nacionais de luta por direitos do porte da CUT, do PT, da Central dos Movimentos Populares CMP e, como já demonstrado, do MST.

No meio rural brasileiro, a ação dos agentes inspirados no cristianismo de libertação, como diz Stédile, “parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os

---

<sup>215</sup> Op. cit.p. 271.

teus problemas aqui na Terra""<sup>216</sup>. O líder nacional reconhece que a prática social de luta pela terra foi informada pelo conteúdo "ideológico" da CPT e de outras pastorais sociais em processos organizativos, nos quais a celebração da luta em termos religiosos conforma a legitimação e a produção de ideias-força de mobilização.

Para além dos trabalhos de constituição das comunidades, já explorados no capítulo anterior, interessa compreender como as transformações no relacionamento entre fé cristã e pensamento de esquerda constituíram uma forma de dar sentido à luta pela terra em práticas multireferenciadas como a mística. Para Daniela Issa<sup>217</sup>, essas práticas são inspiradas na TdL e devem ser entendidas como experimentação coletiva de solidariedade e fé na mudança. Por conseguinte, os ritos nomeados como místicas "não são somente um elemento emocional, são uma práxis pedagógica e cultural para a construção da identidade coletiva do Movimento e preservação de raízes culturais frente à homogeneizante globalização"<sup>218</sup>. Nesse sentido, a mística é um elemento distintivo do MST e parte da resistência coletiva à modernização excludente representada pelo Movimento. Para a autora, o papel histórico de "abrigo" dos movimentos sociais na ditadura militar, assumido pelos segmentos progressistas da Igreja Católica, única instituição no Brasil não controlada pelo regime, explica a fusão de discursos contestatórios que informam as práticas celebrativas do MST, um movimento tão tributário das lutas para a mudança política em direção à redemocratização.

Por conta de reunir discursos de contestação e teatralizar a experiência de organização e enfrentamento político de segmentos empobrecidos, a mística não se presta a ser um revestimento ilusório e falseador da realidade social. Apesar da etimologia da palavra que evoca os sentidos de mistério e contato com o desconhecido, a prática social

<sup>216</sup> STÉDILE, J.P. 2003 p. 7-16.

<sup>217</sup> Todas as citações de Daniela Issa são traduções de responsabilidade do autor desta obra.

<sup>218</sup> ISSA, Daniela. 2007, p. 124.

aqui observada visa à produção de uma intimidade com o sentido da divindade que acaba sendo, também, a introjeção profunda do compromisso com os objetivos da ação coletiva. Ao trabalhar a ideia, advinda da TdL, da antecipação dos valores do Reino de Deus para a vida mundana, o crenete assume a perseguição militante da justiça social como prática de fé. As místicas "são centrais para o estudo das ações coletivas porque elas representam a emoção que dirige o protesto"<sup>219</sup>. No entanto, a importância da ritualidade no MST não resultou na construção de espaços exclusivos na estrutura organizativa do Movimento para tratar de tais práticas. Segundo Stédile<sup>220</sup>,

[...] se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa.

O dirigente fala de práticas difusas no cotidiano da organização, criativamente, elaboradas nos diversos contextos e espaços nos quais se encontram os militantes do MST. Daniela Issa registra a fala de um militante sem terra sobre o não registro das místicas em livros como forma de deixá-las ao sabor da espontaneidade, "algo criado no momento"<sup>221</sup>. Embora não tenha uma estrutura rígida de realização, a mística não é necessariamente o improvisado. Há uma preparação anterior feita pelos militantes que assumiram a responsabilidade de provocar a vivência coletiva "neces-

<sup>219</sup> Op. cit. p. 128.

<sup>220</sup> Op. cit. p. 7-16.

<sup>221</sup> Op. cit. p. 130.



sária para evitar a improvisação, mas não deve vir a ser um tormento para aqueles que coordenam a celebração"<sup>222</sup>. Uma forma de não transformar as tais práticas numa competição estética entre as performances mais bem construídas. Em momentos de celebração significativa, cabe uma maior preparação da mística. Um exemplo disso foi a mística realizada no XXII Encontro Estadual do MST no Ceará, no final do ano de 2009.

#### 4.1 Ao encontro dos vinte anos

O assentamento 25 de Maio recebeu militantes do MST de todo o Ceará para discussões político-organizativas sobre a ação do Movimento no estado como celebração dos vinte anos de sua presença em território cearense. A escolha do lugar onde se realizou a primeira ocupação de terra organizada, sob a forma do MST sediar o encontro estadual, indica a representatividade para o Movimento da comunidade assentada, construída após o acampamento nas terras do general Wicar.

Na manhã do vigésimo segundo dia do mês de dezembro de 2009, uma faixa de pano branco, na qual estava escrita com letras vermelhas a frase "Sejam Bem-Vindos ao XXII Encontro Estadual do MST", sinalizava o início da estrada que leva ao 25 de Maio. Por todo o caminho, faixas brancas com letras vermelhas apontavam os atalhos em direção ao local do evento, precisamente, a localidade interna ao assentamento chamada "Queto". O caminho até o local expõe a extensão da propriedade numa amplitude territorial em que açudes de represamento considerável se colocam na paisagem. Não é difícil passar por motocicletas e rebanhos de gado ou cabras tangidos por assentados. Crianças brincando, ou em bicicletas aparecem, normalmente próximas às casas dispostas ao longo da estrada. O trajeto inclui declives e aclives. Em uma redução de velocidade devido a uma descida acentuada no caminho, o

---

<sup>222</sup> Op. cit. p. 131.

Sr. Valdir, mototaxista responsável pelo meu deslocamento, falou que naquele ponto da estrada tinha acontecido um assalto há pouco tempo. Um carro que se dirigia à sede do 25 de Maio para realizar pagamentos bancários foi abordado por assaltantes e teve 30 mil reais roubados. Isso indica que o assentamento não constitui um terreno isolado do núcleo urbano de Madalena, nem mesmo do ponto de vista das práticas criminosas contemporâneas.

Bandeiras vermelhas em estacas fincadas ao chão começavam a aparecer aqui e acolá no caminho. Com o avançar da viagem, aumentavam em número e então chegamos a um aglomerado de pessoas participantes do evento. Em Queto, há um salão para encontros relativamente estruturado com banheiros masculino e feminino, uma cozinha e uma ampla sala para reuniões com capacidade de acolher cerca de cem pessoas. O local, também, abriga a Rádio Comunitária 25 de Maio que representa bem as iniciativas do Movimento, no sentido de construir uma comunicação alternativa às grandes mídias. Nesse esforço, está o Jornal Sem Terra, um periódico mensal nacional do MST, o sítio eletrônico do Movimento e, em certo sentido, as grandes mobilizações públicas da organização que visam a angariar o apoio da opinião pública à luta do MST, frente ao imaginário de desordem construído pelas grandes empresas de comunicação no qual "a atuação do Movimento e suas estratégias de demanda por terra não seriam entendidas no campo interpretativo dos movimentos sociais e sim na produção jurídica sobre as ações que desrespeitam o ordenamento legal e o direito à propriedade privada"<sup>223</sup>.

O salão de encontros possui dois portões, um em cada lateral, para entrada e saída. Um deles fica em frente às casas do lugarejo e o outro em frente à estrada. O salão passou a servir como acesso a uma espécie de refeitório montado debaixo de uma tenda de circo em cor verde e branca, sob a qual cadeiras de plástico brancas e mesas (improvisadas com madeira local) estavam dispostas formando um

---

<sup>223</sup> CAMPOS, Marcos Paulo. 2008, p. 60.

ambiente, com bandeiras do Movimento penduradas por toda parte, propício à alimentação dos participantes do encontro.

Ao chegar à localidade do evento, percebi que a aglomeração de pessoas encontradas bem próximas ao salão de eventos dava-se por conta do café da manhã servido naquele momento. As pessoas estavam com pratos e talheres nas mãos e aguardavam do lado de fora do salão, enquanto lá dentro os militantes encarregados da refeição preparavam-na. Fui convidado a participar do momento por uma integrante do MST, que me entregou um prato. Disse a ela que já havia tomado café, mas ela insistiu dizendo "vai comer de novo". Aceitei, pois imaginei que comer reunido aos presentes ajudaria na construção da proximidade necessária à pesquisa. Entrei na fila organizada diante do portão de acesso ao salão e participei da oração coletiva animada por Dona Letícia, membro do MST assentada em Chorozinho<sup>224</sup>, através de um microfone conectado a uma caixa amplificadora de som que permitia sua comunicação com o conjunto das pessoas presentes. Dona Letícia lembrou a todos sobre a passagem bíblica referente à ceia de Jesus Cristo com seus discípulos e refletiu, a partir dessa imagem, sobre a partilha dos bens e da riqueza produzida. Segundo ela, libertar o povo da opressão, da pobreza e da privação é um serviço que o Movimento presta à humanidade. Ao final de suas palavras, a militante convidou todos a rezarem juntos e, em voz alta, a oração cristã, o Pai Nosso.

A refeição servida no salão, decorado com faixas, bandeiras, murais e plantas, após esse primeiro momento de mística foi bastante farta. Tapioca, cuscuz, pão com manteiga, café, leite, milho, suco e frutas como banana, mamão e manga estavam dispostas como opções aos participantes. A escolha dos gêneros ocorria ao som da música 'Cio da Terra' de Chico Buarque, que fala dos frutos do trabalho na terra, tocada ao violão e cantada por jovens do MST. O refeitório, montado fora do salão, ficou repleto de participantes

---

<sup>224</sup> Cidade próxima ao Sertão Central.

do encontro e do burburinho das conversas que se davam durante a refeição.

Finalizado o café da manhã, os participantes (estudantes universitários, assessores...), os militantes e os convidados (autoridades, estudiosos, jornalistas, representantes...) dirigiram-se à quadra esportiva da futura escola de ensino médio profissionalizante construída no assentamento com recursos dos governos federal e estadual. Uma quadra coberta e com arquibancadas, na qual as discussões do encontro estadual já ocorriam há quatro dias. Uma edificação significativa da presença do estado nos espaços da reforma agrária. Há também um posto de saúde no caminho entre o salão de eventos e a quadra. Uma distância, talvez, menor do que 500m, demarcada por faixas pretas com as seguintes frases em letras brancas e vermelhas: "MST na luta por reforma agrária e soberania popular", "MST na luta por educação", "Reforma Agrária já" e "O MST por escola, terra e dignidade".

Todas as faixas possuem palavras de ordem utilizadas nas mobilizações do Movimento e chamam atenção para a centralidade da reforma agrária como um direito no discurso da organização. Uma delas deixa claro, "nossos direitos só a luta faz valer". Essa antiga bandeira dos movimentos sociais rurais brasileiros, retomada pelo MST como sentido da luta pela terra, predominava na ornamentação da quadra onde acontecia o encontro nas faixas com frases de personalidades-referências para a ação do Movimento prenes de evocações à conquista de direitos, via mobilização coletiva. Pessoas que dedicaram suas vidas à luta por igualdade estavam ali lembradas em suas máximas. Denir, militante sem terra na região de Ocara; Olga Benário, revolucionária comunista enviada pelo PC russo ao Brasil, e Rosa Luxemburgo lembrados com as respectivas frases: "se eu morrer, continuem a luta. Se alguém morrer, continuarei lutando", "lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo" e "quem não se movimenta, não sente as cadeias que o prendem". As frases estavam dispostas, em faixas, ao longo

do alambrado que separa a quadra, propriamente, dita das arquibancadas que a circundam. Bandeiras do MST, também, estavam penduradas no alambrado, assim como um longo tecido floral numa tentativa de dar ao lugar, predominantemente cimentado, uma beleza próxima aos roseirais do sertão.

Cadeiras de plástico brancas estavam dispostas em filas na forma de um auditório, de frente para uma mesa de trabalhos decorada com uma toalha de retalhos quadrados coloridos e uma bandeira do MST ao centro. Utensílios domésticos como um pilão e cestos de palha foram colocados no chão, imediatamente, à frente da mesa juntamente com jarros de flores vermelhas nas suas extremidades. Havia, também, flores sobre a mesa. Cadeiras de plástico brancas completavam a composição tendo atrás de si um bandeirão aberto no espaço que seria próprio a uma trave de futebol no qual estava escrito "XXII Encontro Estadual do MST-CE – 18 a 20 de dezembro de 2009". Completavam o bandeirão a logomarca relativa aos 25 anos do MST no Brasil e o desenho alusivo aos 20 anos do Movimento no Ceará, composto de uma representação do mapa do estado com destaque para uma árvore de mandacaru, uma jangada, o sol e uma cerca de arame farpado saindo de dentro do mapa como se estivesse sendo rompida com força. O desenho traz, ainda, os dizeres "MST Ceará 20 anos (1989-2009)". O bandeirão continha, também, a frase "MST-CE: 20 anos de lutas, resistências e conquistas" e no ropadé, em letras menores, "Assentamento 25 de Maio – Madalena – CE". Microfones ligados às caixas de som empilhadas nos extremos da quadra garantiam as condições de realização dos debates e a animação musical do evento.

"O MST é uma continuidade de um processo histórico das lutas populares", diz Stédile<sup>225</sup>. Esse sentimento de herança dos conflitos sociais em torno dos direitos ocorridos anteriores à constituição do Movimento expressou-se na ornamentação do alambrado por trás do bandeirão do

---

<sup>225</sup> STÉDILE, J.P. 2003. p. 7-16.

encontro. Cestos de palha amarrados ao arame traziam nomes de líderes de movimentos sociais de diversos períodos históricos como Zumbi dos Palmares, o contestador da escravidão negra; Paulo Freire; Frei Tito, frade dominicano torturado pelos militares; e Irmã Dorothy Stang, religiosa assassinada a mando dos latifundiários paraenses em 2005. Integrava o painel o nome de João Sem Terra, um histórico militante do MST cearense, falecido em 2008. Nomes apresentados sem destaque especial num amplo mosaico horizontal de referências comuns à ação dos sem terra, configurando a mobilização da memória das lutas e lideranças afins ao campo político do Movimento.

#### **4.2 Exaltações e Ocultações: a teatralização do vivido e seus sentidos**

Entre a mesa de trabalhos e as cadeiras dispostas como auditório, foi deixado um espaço para a realização da ritualização referente aos vinte anos da organização dos sem terra no Ceará. No chão, um mapa do estado feito em contornos de areia trazia dentro de si a sigla "CE", também, escrita com areia, e pétalas de rosas vermelhas. Ao redor do mapa, sobre bandeiras do Movimento, estavam dispostas enxadas, foices e facões, costumeiramente, utilizados no trabalho agrícola. Quando os participantes já estavam acomodados nas cadeiras, o momento inicial da cerimônia de comemoração das duas décadas de presença do MST no Ceará, reservado para o último dia do encontro estadual, começou com a entrada na quadra de jovens vestidos com calças jeans e blusas do Movimento que se deitaram no chão ao lado das bandeiras próximas ao mapa do estado. Uma música começou a ser cantada pela voz feminina de uma jovem sem terra acompanhada por um rapaz ao violão. Os acordes iniciais do violão foram seguidos da construção processual de um silêncio entre os participantes, por vezes, interrompido pelo imprevisível comportamento das crianças presentes. A canção dizia assim,

Mensagem de quem caminha em direção  
a um lugar comum.

No peito traz rebeldia de uma flor que  
desabrochou.

Quebrar a cerca do latifúndio, fazer da  
terra um lugar comum,

plantar a vida, trazer valores de um novo  
tempo que já chegou,

Derrubando as barreiras, juntando forças  
pra repartir.

Sonho de um mundo novo que poderemos  
construir,

Enquanto a música ia sendo cantada, um homem vestido com uma túnica cor de ouro e uma mulher com uma túnica vermelha, ambos com bonés do MST, entraram lado a lado empunhando mastros com bandeiras do Movimento por entre as cadeiras brancas nas quais estavam os participantes do evento. O casal dirigiu-se ao mapa desenhado em contornos de areia num caminhar compassado e solene. Essa cadência particular, inspirada nas celebrações católicas, “tem influenciado o tom e é praticamente generalizada em outras místicas, que conseqüentemente podem ser interpretadas com caracteres ritualísticos”<sup>226</sup>.

Chegando ao mapa, o homem e a mulher continuaram em pé próximos à sigla do Ceará. A jovem que estava a cantar interrompeu seu canto e fez a seguinte narração:

no dia vinte e cinco de maio de 1989, enfrentamos uma das primeiras grandes lutas do MST: ocupar a fazenda que hoje vem a ser o assentamento 25 de Maio. Marco da primeira ocupação enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras na luta pela terra. Temos conquistado, ao longo dos vinte anos de MST no estado do Ceará, 136 assentamentos federais e

---

<sup>226</sup> ISSA, Daniele. 2007, p. 128.

76 assentamentos estaduais. Estamos em 46 municípios que são áreas livres sobre controle dos trabalhadores do estado do Ceará, congregando 11 mil famílias assentadas. E a luta não pode parar. Temos ainda 24 acampamentos com 900 famílias acampadas que resistem na luta contra o agronegócio. Cabe a cada um de nós, nas lutas, fortalecermos e massificarmos o nosso Movimento.

O texto narrado aponta o significado de pioneirismo da ação ocorrida nas terras do general Wicar para o conjunto da organização. Um sentido já encontrado nas falas dos participantes da ocupação, exaltado na teatralização mística da experiência vivida. Ao lado do pioneirismo, a narradora aponta a expressividade do Movimento constituído no estado, desde a ação pioneira em números citados como signos de sucesso. Os assentamentos são a resposta territorial, econômica, social e política da luta pela terra. A ação do MST, dos sindicatos e de outros movimentos sociais rurais, nas últimas décadas, não se dá em direção à constituição de pequenos produtores rurais independentes, e sim na perspectiva de construir uma comunidade de interconhecimento, de propriedade e trabalho coletivos, associativista e viável no mercado interno da agricultura familiar. O orgulho com que são exibidos os números de assentamentos obtidos com a luta do MST é compreensível, pois, segundo Sérgio Leite, "observadas a situação presente e pretérita das famílias assentadas, guardadas a forte heterogeneidade entre os projetos e a precariedade da infra-estrutura prevaiente em boa parte dos mesmos, poderá facilmente ser constatada uma melhoria nas suas condições de vida"<sup>227</sup>.

Na verdade, aprofundar a questão do surgimento dos assentamentos, no mundo rural brasileiro recente impõe entender como a mobilização de segmentos de trabalhadores rurais nas mais diversas formas de organização política da demanda agrária impulsionou a proliferação das

---

<sup>227</sup> LEITE, Sérgio. 2006, p. 150.



áreas reformadas como resposta do poder público às reivindicações do campo. Isso porque "na história recente do Brasil essas intervenções em geral se voltaram para áreas de tensão social e, como tais, também recobriram situações bastante diversificadas"<sup>228</sup>. Este livro, portanto, embora se refira à memória de um evento particular resultante num assentamento, não está dissociado da tendência mais ampla da política agrária de produzir desapropriações frente às ações de questionamento dos movimentos sociais. Segundo Bernardo Fernandes, em relação às duas últimas décadas do século passado, "o avanço e o recuo das ocupações de terra corresponderam igualmente ao avanço e recuo do número de assentamentos implantados"<sup>229</sup>. Uma tendência confirmada pelo professor José Vicente Tavares dos Santos<sup>230</sup>, também, em relação aos primeiros dez anos do século XXI.

Diversas categorias de trabalhadores rurais (meeiro, parceiro, arrendatário...) demandam terra por meio da regularização de áreas ocupadas por posseiros, da fixação de trabalhadores de sujeição ameaçados de expulsão, da demarcação de territórios próprios a populações tradicionais, da realocação de agrupamentos sociais deslocados por conta da construção de barragens e, como não poderia deixar de ser, através da ocupação de terra. Os conflitos sociais, em torno da posse de terra, expõem interesses e concepções distintas de propriedade. Para Martins, há claramente uma disputa aberta entre o regime de propriedade capitalista e os regimes de propriedade familiar e comunitária, pois "a propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista"<sup>231</sup>. Nessa acepção, a propriedade capitalista é

---

<sup>228</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo 2003, p. 77.

<sup>229</sup> FERNANDES, B. M. 2000, p. 318.

<sup>230</sup> Por ocasião da mesa "Conflitos Agrários na América Latina" no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural realizado em novembro de 2010 na cidade de Porto de Galinhas – PE.

<sup>231</sup> MARTINS, José de Sousa. 1991, p. 54.

uma espécie de propriedade privada particularizada pela função de assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho, uma relação, marcadamente, de exploração forjada na concentração fundiária. Não significa, portanto, que a propriedade familiar, sendo uma forma privada, possa confundir-se com a capitalista devido a essa característica comum. Sustenta Martins<sup>232</sup>,

[...] são coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma. A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

Talvez por conta do entendimento de Martins, os trabalhadores rurais assentados classifiquem seu próprio trabalho no contexto da propriedade comunitária como "trabalho liberto", ou seja, livre da opressão do patrão capitalista. A despeito de seu regime particular de trabalho e propriedade, os assentamentos, contudo, necessitam viabilizar sua produção excedente no mercado interno de bens primários. O desafio da comercialização dos produtos das áreas reformadas provocou a constituição de estruturas internas

---

<sup>232</sup> Op. cit. p. 54.

ao MST, como o Sistema Cooperativista dos Assentados, apostando na formalização de cooperativas ligadas ao Movimento para tratar da dimensão, estritamente, econômica dos assentamentos, sem que esses percam a organicidade com o MST. Sitônio falou da questão da cooperativa como uma possível saída para a obtenção de renda por parte dos trabalhadores. Segundo o assentado, nem sempre o preço dos gêneros oferecidos nos programas estatais de compra da produção das áreas reformadas é atrativo, ou mesmo, capaz de garantir a reprodução camponesa. "A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB compra o milho de R\$ 22,00 ou R\$ 24,00, aonde o milho deu R\$ 50,00", reclamou Sitônio. Diante disso, "como é que quem produz vai vender a R\$ 22,00 deixando de vender ao atravessador? Eles estão comprando de R\$ 12,00, R\$13,00, mas na disbuia [debulha] é de R\$ 35,00 e quando der dezembro fica de quarenta reais", disse Sitônio.

O relato de Sitônio coloca a centralidade da agregação de valor aos produtos da reforma agrária como um desafio a ser assumido pelo Movimento. Isso indica a ampliação da ação da organização para além do acesso à terra. Não por acaso, a preocupação em tornar possível a vida das comunidades construídas após as ocupações permeou o programa agrário do MST elaborado por ocasião de seu III Congresso Nacional, ocorrido em 1995. Afirmando a necessidade de pensar a reforma agrária como uma política pública nacional, o MST nomeou sua proposta de desenvolvimento agrário como Novo Modelo Agrícola. Esse toma a agroecologia e o desenvolvimento sustentável como paradigmas da produção no campo, em contraposição à forma de uso e apropriação da terra considerada predatória (agrotóxicos e transgênicos) e praticada, principalmente, pela grande propriedade capitalista. A agroecologia é percebida como uma técnica de produção que garantiria a preservação do meio ambiente e a produtividade das culturas, movimentando econômica e socialmente as comunidades rurais sem comprometer as gerações futuras com o esgotamento de recursos humanos e naturais.

Se os assentamentos estabelecidos como resultados das ocupações se tornaram espaços da ação do MST, nem de longe, a mobilização para obtenção de terra foi deixada de lado pela organização. A narradora da mística afirma: "E a luta não pode parar". Ao falar isso, cita a presença significativa de famílias em acampamentos como expressão concreta da demanda por reforma agrária. Se houve sentido para os acontecimentos do final dos anos de 1980, ele continua, portanto, a haver porque continuam a existir populações necessitadas de terra, e de trabalho para viver. É pela permanência objetiva dos despossuídos nomeados como "sem terra" que permanece a razão de ser do movimento social reivindicador de reforma agrária. E é ainda essa razão de ser a justificativa para cada membro do Movimento assumir como tarefa pessoal a construção da ação coletiva, como fala a narradora. Isso produz um sentimento organizativo, "é a criação da identidade pela associação com um grupo, neste caso um segmento de classe, de identidade agrária – a associação, parceria e inclusão de diferentes sujeitos excluídos carentes de direitos de cidadania"<sup>233</sup>.

O altruísmo próprio ao ato de comprometimento com a construção do Movimento mobiliza uma disposição para o sacrifício em nome de objetivos comuns, por vezes, presente nas falas dos participantes da ocupação das terras do general, conforme as transcrições do capítulo passado. Uma forma de explicação da vivência de privações pessoais, familiares e coletivas intrínsecas às condições de uma ocupação ou de um acampamento. A mística comporta uma memória trabalhada como denúncia das condições "insuportáveis" vivenciadas pelos segmentos camponeses atravessadas por sua unificação em torno de uma ação coletiva, dirigida a transformar a terra que serve à exploração numa terra a ser trabalhada para a vida comum. Como diz Dona Maria, "num houve muita dificuldade não, porque o povo tava sofrendo demais, o povo tava com fome, rapaz. Eu não vou muito longe não, vou contar a minha história e a dos meus filhos". O relato da líder é baseado na comparação

---

<sup>233</sup> ISSA, Daniela. 2007, p. 129.

entre as precárias condições de vida anteriores ao assentamento e as experimentadas para obtê-lo percebidas como sofrimento menor ou suportável, pois, no último caso, as dificuldades são parte da solução como horizonte perseguido via ocupação. Essa é percebida como marca da união do grupo, pois realiza-se na conjunção de práticas, na colaboração coletiva e na vivência de uma utopia centrada na busca do comunitário como forma de vida.

O sentido justificador das ações de contestação por conta da contínua existência de demandantes é uma marca da ritualização dos eventos de 1989, comum aos ritos políticos nos quais uma disputa política "que inclui clivagens, tensões, conflitos, guerras, tende a ser trabalhada em torno das crenças em valores fundamentais que a militância vai absolutizar: a pátria, o partido, a revolução, a humanidade, a paz, a república... e isso exige dedicação, solidariedade, sacrifício"<sup>234</sup>. Não por acaso, o Sr. Sitônio sustenta, "esse negócio de eu tá num canto e ouvir 'Movimento Sem Terra, invasor...'. Eu tinha que dizer pras pessoas que não era movimento de sem terra não, porque terra tinha, mas ainda tinha muito mais gente sem terra", convergindo com o sentido representado na mística.

A encenação seguiu com a narradora afirmando: "durante esses vinte anos de Movimento nós construímos...". Ao apontar a deixa, a narradora é, imediatamente, seguida pelo levantar de cada um dos jovens que estavam deitados ao chão. Ao ficar de pé, cada um colocava-se de frente para os participantes e dizia as palavras: lutas, formação, trabalho, conscientização, produção, mobilização, organização, educação, cultura, ocupação e vitórias. Termos pronunciados acompanhados do gesto de erguer o braço esquerdo com o punho cerrado dando uma espécie de "soco" no ar muito comum em ações coletivas. Depois de ditas as palavras, cada jovem pegava um utensílio de trabalho agrícola e a bandeira sobre a qual estava colocado e se dirigia ao interior do mapa do Ceará feito em contornos de areia.

---

<sup>234</sup> RIVIÈRE, Claude. 1988, p. 253.

Dispostos ao redor do casal que já estava lá empunhando bandeiras, os jovens abriram as suas e empunharam os utensílios numa composição que lembra os registros fotográficos de Sebastião Salgado a respeito das ações do MST.

As palavras pronunciadas referiam-se ao processo organizativo do Movimento em diferentes perspectivas. "Lutas", "conscientização", "mobilização" e "ocupação" fazem parte do imaginário comum de referências relativas às ações diretas e visíveis do MST, quase sempre, apontadas com centralidade, tanto por analistas como por seus militantes. Segundo Lygia Sigaud, depois do golpe militar de 1964 ficou difícil a promoção de ocupações. Contudo, nos conflitos sociais e políticos germinados no processo de declínio do autoritarismo, "as ocupações generalizaram-se em todo o país, promovidas não apenas pelo MST, mas também pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações criadas com o objetivo precípua de ocupar terras"<sup>235</sup>. Se, por um lado, essas ações são vistas como legítimas pelos militantes e na mística do Movimento devido à existência de segmentos expropriados no campo, por outro, Sigaud percebe a legitimidade das ocupações pela atenção com a qual as recebe o Estado. Para a analista, "O Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos (como se autodenominam e são denominadas essas organizações), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos"<sup>236</sup>. Por conta disso, as ocupações tornaram-se uma forma de comunicação e de apresentação da demanda trabalhada na política agrária. Um processo credibilizado pelo Estado, como mostra a autora, mas também fonte de credibilização daqueles que dirigem a organização da demanda como lideranças. No caso do MST, esse caráter credível dos dirigentes expressa-se na confiança depositada neles pelas bases militantes que, inclusive, chegam a revesti-los de uma legitimidade ancorada na percepção do comprometimento e da capacidade de relacionamento

---

<sup>235</sup> SIGAUD, Lygia. 2005, p. 256.

<sup>236</sup> Op. cit. p. 255.

desses líderes, com a base social por eles representada para a unificação de uma coletividade numa estratégia comum. Sobre isso, é emblemático o relato do Sr. Sitônio a respeito de Fátima Ribeiro. Disse ele:

Fátima Ribeiro é uma mulher que talvez se derreter três homens, juntar e misturar você ainda num faz uma Fátima. Ela é como se fosse um parafuso entrando numa madeira. Um parafuso na madeira ele vai entrando e tendo contato com tudo ao redor dele. Assim é a Fátima. Ela está aqui e vai conversando com um, com outro... Ela tem contato com todo mundo onde ela está e desse jeito ela vai aprofundando a luta, botando pra frente.

O relato não deixa dúvidas sobre a capacidade política da dirigente em viabilizar a ação coletiva por meio de laços, organicamente, construídos com seus liderados, nos quais se produz a confiança necessária para seguir na direção apresentada pela líder. Se há clareza da disposição da dirigente para o processo político, há, também, espaço para a interpretação da existência de uma legitimidade baseada no reconhecimento da dedicação dessas lideranças a uma causa comum às bases do MST. Não, necessariamente, uma credibilização assentada no carisma, ou no caráter extraordinário de quem lidera<sup>237</sup>, mas um processo de delegação das bases aos dirigentes por meio do reconhecimento de um esforço pessoal feito pelos líderes em favor da coletividade. De forma muito interessante, essa delegação, fruto do reconhecimento, acaba, inversamente, fazendo dos delegados a referência de credibilização do discurso e da militância dos delegantes. De tal forma que, o Sr. Andrade, ao falar de sua entrada e participação no MST, sustentou:

Dona Maria Lima foi uma das pessoas que estava mais nós. Dentro de reunião, pense numa mulher de luta! A Dona Maria Lima ali é uma mulher de força. Mulher

---

<sup>237</sup> WEBER, Max. 2004. p. 128-141.

que tinha talento e tem, só não tem mais porque ficou velha. Aquela mulher, uns dez anos atrás, quando entrava dentro de uma reunião ou de uma manifestação não tinha outra não, era ela. Dona Maria fez muito movimento. Se você entrevistar ela, diga assim 'eu conversei com o Andrade Bernardo'. Pode perguntar que ela diz alguma coisa sobre mim.

A construção orgânica dos vínculos de confiança entre bases e lideranças do MST<sup>238</sup> é até necessária, visto que o Movimento se constitui na associação voluntária de seus integrantes, não só para a realização de ocupações, mas para a ação cotidiana na vida dos assentados. Dessa forma, as lideranças, permanentemente, unificam as duas bases sociais contemporâneas do MST, a saber: os assentados e os demandantes acampados.

"Trabalho", "produção", "educação" e "cultura" foram pronunciadas pelos jovens e podem ser identificadas como palavras correntes nas comunidades assentadas. Nelas o Movimento opera para construir perspectivas "exportáveis" para o conjunto de sua ação no plano econômico, laboral e educativo. Toinho afirmou, conforme registrado na sessão final do capítulo anterior, que o 25 de Maio é uma referência

---

<sup>238</sup> Qualquer semelhança com a discussão de Gramsci não é mera coincidência. O italiano, em seus "Cadernos do Cárcere" (2004), diz "todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político" (p. 15). O marxista trata dos intelectuais orgânicos ao movimento operário como aqueles responsáveis pela construção de termos comuns da luta dos trabalhadores, a partir da reflexão sobre as dadas conjunturas históricas elaborada internamente à luta classista. Um debate inspirador ao estudo das relações entre lideranças e bases dos movimentos sociais na atualidade, guardadas as devidas proporções, sobretudo quando tratamos de movimento agrário, pois o mesmo Gramsci não percebia os camponeses como uma força social capaz de produzir os seus próprios intelectuais orgânicos. Em suas palavras, "a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais', embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa" (2004, p. 16).



para a luta pela terra no Ceará, devido às experiências de que fora objeto e que tiveram resultados positivos. O próprio ambiente onde ocorreu o encontro demarca o assentamento como espaço de educação. Há uma escola em processo de construção e outros grupos escolares. No plano da saúde, há um posto para atendimento aos moradores. Na produção cultural, uma rádio comunitária é utilizada como forma de difusão contínua dos valores do Movimento dentro do assentamento, e para o questionamento ao pensamento hegemônico das grandes mídias. Essa comunicação alternativa "é tratada com importância dentro de uma estratégia de formação política que busca mudanças sociais"<sup>239</sup>. Mesmo que boa parte dos equipamentos dentro da comunidade sejam políticas públicas mantidas com orçamento estatal, estão dentro do assentamento e fazem dele um espaço de acesso a direitos sociais básicos. Embora possa não ser um acesso pleno, como já alertou Toinho, a presença de tais estruturas de atenção pública indica o alcance de bens e serviços que não constavam, ou apareciam precariamente, nos relatos dos trabalhadores sobre a vida antes da ocupação.

Os desafios no campo do trabalho e da produção já foram delineados, há pouco, na discussão sobre a viabilização econômica das áreas reformadas. Convém, contudo, pôr em questão a construção social do trabalho coletivo. Uma exigência da política de reforma agrária e do próprio Movimento para as famílias assentadas nem sempre experimentada sem percalços. No caso do 25 de Maio, apesar de os discursos sobre a vida no lugar evocarem enorme positividade, conforme os relatos apresentados nas sessões anteriores, o trabalho coletivo apareceu, vez por outra, como algo problemático da vida comunitária. Apesar de possuírem os seus lotes particulares, todos os assentados precisam dar, pelo menos, um dia de serviço nos trabalhos coletivos do assentamento. No caso dos trabalhos produtivos, a renda obtida com a comercialização deve ser dividida entre todos ou revertida para benfeitorias internas decididas coletivamente. O maior incômodo com relação ao coletivo vem

---

<sup>239</sup> LIMA, Mayrá Silva. 2006, p. 54.

dos antigos moradores. O Sr. Raimundo Aniceto disse claramente: "o negócio ficou diferente. Porque eles [os moradores] plantavam onde queriam. Aí inventaram de plantar de coletivo. Não se deram no coletivo e foram embora. Por isso tem mais gente de fora do que gente que era daqui, porque eles não se deram no coletivo". A distinção apontada pelo relato, não aceita por parte dos antigos moradores e motivo da saída de várias famílias da gleba, refere-se à organização do trabalho coletivo percebido como "trabalho para os outros" porque sem possibilidade de remuneração particular, pois, embora seja possível a partilha da renda produzida, costumeiramente os recursos são destinados para as sempre necessárias benfeitorias (cercas, passagens...).

A gestão do trabalho num assentamento perpassa uma distribuição diferenciada do terreno disponível. Havia uma ideia corrente nas Fazendas Reunidas, no tempo do patrão, sobre a possibilidade de os moradores utilizarem-se de qualquer parte da propriedade para o plantio de culturas. Isso era apenas uma ideia, pois objetivamente eles só plantavam onde era permitido pelo fazendeiro, normalmente, no terreiro próximo às suas casas. Quando os assentados chegaram, se estabeleceu a nova comunidade e o território foi dividido em lotes particulares por família, sendo uma parte da terra reservada ao trabalho comunitário. Uma mudança na relação com o território, também, não recebida com facilidade por quem já estava lá. "Eu tenho o meu lote. Essa terra foi loteada. Uma coisa que foi, não sei nem porque foi que essa terra foi loteada. Mas tá tudo bem. Cada qual trabalha no seu lote, e tem um coletivo nosso, nesse ano tá até plantado de milho", disse o Sr. Andrade. Se, para os antigos moradores, houve dificuldade em aceitar o parcelamento da gleba, para os ocupantes essa situação foi apenas mais uma novidade aberta pela ação coletiva. De acordo com a entrevista realizada com a professora e socióloga Mônica Martins, na ocasião técnica da CEPA, o loteamento, contudo, constituiu uma imposição nacional do INCRA, ocorrida poucos anos depois da constituição do assentamento. Na verdade, o 25 de Maio passou até pela experimentação de

um modelo outro de gestão do trabalho e da propriedade, realizado com assessoria da CEPA, interrompido pela decisão da política agrária nacional de lotear as áreas reformadas. Essa dificuldade com a repartição, em lotes, já havia se apresentado em outros assentamentos, como no caso do P. A. Monte Castelo em Quixadá, registrado no trabalho de César Barreira já citado.

"Formação", "organização" e "vitórias". Em sentido amplo, essas palavras permeiam todas as ações do MST. A vivência interna ao Movimento nas suas mais diversas possibilidades é considerada uma experiência formativa. A pesquisadora Daniela Issa sustenta, também, o papel formativo da prática ritual da mística. A prática política cotidiana do Movimento é considerada formativa e convive com outras estratégias dirigidas de preparação ideológica e intelectual dos militantes. Não por acaso, a primeira década do século XXI viu nascer a Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>240</sup>, sediada no estado de São Paulo, para ofertar cursos de formação política aos militantes do MST e de outros movimentos sociais. A Escola Nacional constitui um espaço elaborado na perspectiva de uma pedagogia construída na e para a dinâmica das lutas sociais, fortemente, ilustrativa da dimensão institucional do MST, no sentido da elaboração de estruturas com pretensão de continuidade. A ação que caracteriza a luta pela terra e as múltiplas lógicas de pensamento que informam a prática militante constituem as referências de atuação do Movimento Sem Terra. Assim fala Stédile<sup>241</sup>,

[...] a prática concreta da luta pela reforma agrária nos ensinou que não se pode

---

<sup>240</sup> A escola foi construída com recursos oriundos de contribuições internacionais ao Movimento e com aporte do governo federal. Esse, também, garantiu as primeiras ações formativas, mas foi impossibilitado de repassar recursos devido a impedimentos legais para tal apoio apontados pelo Tribunal de Contas da União. Atualmente, a escola funciona com contribuições voluntárias de mantenedores brasileiros. O batismo da estrutura nacional de preparação de sua militância com o nome do fundador da sociologia crítica brasileira é uma forma de o MST homenagear um intelectual, reconhecidamente, presente nas lutas sociais com suas ideias e ações.

<sup>241</sup> STÉDILE, J. P. 2003. p. 7-16.

copiar experiências, porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão sempre se recriando a partir do conhecimento já acumulado. Há dois fatores que influenciaram a trajetória ideológica do Movimento. Um é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia-a-dia, o que nos obriga, de certa forma, a desenvolver uma espécie de pragmatismo. Não pragmatismo nas idéias, mas nas necessidades. Tu tens de utilizar o que dá certo, não podes ficar defendendo uma idéia pela idéia em si. Mas se ela dá certo ou não. (...) A realidade nos cobra permanentemente, não adianta vir com a idéia pronta, que não dá certo. O segundo fator que nos influenciou veio, digamos, da Teologia da Libertação. A maioria dos militantes mais preparados do Movimento teve uma formação progressista em seminários da Igreja.

A fala do dirigente apontou a abertura do Movimento ao diálogo com diversas formas de pensamento e orientação de sua estratégia política para enfrentar as vicissitudes cotidianas da ação coletiva, como forma do MST romper com um dogmatismo próprio das organizações de esquerda e fugir de qualquer engessamento das ações para atender o desejo de fontes ideológicas. Em sua estrutura interna, o MST constituiu setores para tratar, especificamente, do tema da formação e da educação. Eles fazem parte de uma organização, com forte caráter institucional, de alcance nacional, na qual os integrantes do Movimento estão envolvidos. Ao longo da década 90, o MST construiu instâncias e setores, como espaços de militância dos seus membros, para consolidação da própria dinâmica do Movimento<sup>242</sup>. Além disso, esses espaços são responsáveis pela produção de fortes vínculos entre a base militante e as lideranças do MST. As atividades podem estar organizadas em setores, secretarias, sistemas, coletivos e articulações em escala local, regional,

---

<sup>242</sup> FERNANDES, B. M. 2000. p. 318.

estadual e nacional. As estruturas internas do Movimento podem deixar de existir ou dar lugar a novas configurações conforme as necessidades da luta política. As instâncias de representação são os fóruns de decisão - espaços em que, a partir da análise da realidade, são definidas as linhas de atuação política do Movimento, que ocorrem nos encontros estaduais e nacionais. Nacionalmente, o MST possui como instâncias: o congresso, o encontro, a coordenação e a direção.

O primeiro é realizado com periodicidade de cinco anos. No congresso, são traçadas ações conjunturais e estratégicas e promove-se uma grande confraternização e troca de experiências entre os sem terra de todo o país. Não se utilizam os congressos para a disputa interna da composição das instâncias de direção, algo que é feito nos encontros nacionais, nos quais a praxe tem sido a renovação de 30% dos membros. Os encontros ocorrem a cada dois anos e têm o intuito de avaliar e deliberar diretrizes políticas e planos de trabalho dos setores de atividades. A coordenação nacional tem a responsabilidade de encaminhar as decisões dos congressos, dos encontros e dos setores. É formada por dois membros de cada estado, eleitos nos encontros nacionais, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) de cada estado, além de dois membros dos setores de atividades. A direção é constituída por um número variável de militantes indicados pela Coordenação Nacional. Essa ratifica as tarefas divididas, internamente, na direção nacional que é responsável por acompanhar os estados e trabalhar na articulação permanente entre os setores de atividades. Todos aqueles que assumem cargos no Movimento passam por uma avaliação de sua atuação e podem ser afastados por decisão de suas respectivas instâncias.

Nos estados, existem como instâncias: os encontros, as coordenações e as direções. Essas possuem atribuições e estrutura semelhantes às instâncias nacionais. É nos estados, entretanto, que as diretrizes gerais se tornam ações práticas, pois se há centralização da linha política,

nacionalmente, a aplicação é descentralizada nas unidades da federação. Há outros espaços integrantes da estrutura organizativa: as coordenações regionais e as coordenações de assentamentos e acampamentos. As coordenações regionais são constituídas por pessoas eleitas nos encontros dos assentados e atuam nas atividades das instâncias e dos setores. As coordenações de assentamentos e acampamentos são as responsáveis pelo trabalho de organização e pelas atividades dos setores. Todas as instâncias surgem, a partir dos grupos de base compostos por famílias, por jovens ou para desenvolver um trabalho específico como educação, formação, etc. Os grupos de base fazem parte da coordenação do assentamento.

A estrutura organizativa do MST tem como referência a tomada de decisão coletiva, por isso não há cargos eletivos individuais. A opção por um colegiado dirigente deu-se logo no início do Movimento na região Sul do país e foi expandida para todos os demais estados em seu processo de territorialização nacional<sup>243</sup>. Isso para evitar a identificação dos dirigentes pela perseguição política ou o aproveitamento da visibilidade da luta pela terra para alçar cargos no poder legislativo e executivo. Outros setores cumprem papéis importantes. São eles: comunicação, direitos humanos, finanças, saúde, relações internacionais e projetos. Entre os setores, há aqueles em que o Movimento possui maior acúmulo, por exemplo, o já citado, setor de educação. Esse possui livros publicados, tem reuniões regulares e atua nos níveis local, regional, estadual e nacional com projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com publicações sobre a pedagogia do MST e com a promoção de cursos, até de nível superior, com metodologia adequada à realidade do campo. Nesse setor, dialogam diversos intelectuais ligados ao Movimento como a pedagoga Roseli Salete Caldart e o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, por vezes, citado neste livro. Além dos setores, existem os coletivos de mulheres e cultura.

---

<sup>243</sup> Op. cit.p. 318.

Há um setor importante a ser destacado: a frente de massa. Esse é responsável pelas atividades de ocupação e conquista da terra, ou seja, pela mobilização dos grupos de base, da estrutura e da rede de apoio necessários ao enfrentamento com a propriedade privada da terra. A frente de massa é considerada o primeiro ambiente de militância do sem terra.

A participação nos espaços citados é parte da militância interna ao MST e é considerada como aprendizado formativo em que "o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas", diz Stédile<sup>244</sup>. Isso indica certa capacidade de agregação e unificação da base social do MST, marcadamente, diversa como são diversas as populações não proprietárias do campo brasileiro, reconhecida pelo dirigente nacional como imperativo para a permanência da organização. E Stédile complementa, "no momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força"<sup>245</sup>. O relato do dirigente confirma a construção de uma forte dimensão institucional no MST, como parte importante da história do Movimento e da sua continuidade pelo envolvimento permanente dos seus integrantes em tarefas organizativas. Estar aberto à contribuição de todos, das formas mais diversificadas, e produzir, permanentemente, o consenso interno nos espaços de decisão coletiva para fortalecer os laços de unidade é o desafio cotidiano das lideranças do MST. Segundo Stédile, as decisões no movimento são quase unânimes, ratificando a prática organizativa em acúmulo de debates e consultas internas.

A estruturação delineada, há pouco, é representada pelos militantes e dirigentes do Movimento como uma vitória. Aliás, o discurso de sucesso em tom vitorioso é próprio às recordações daquilo que é obtido via mobilização social e enfrentamento político. Não, somente, Toinho, mas

---

<sup>244</sup> STEDILE, J. P. 2003. p. 7-16

<sup>245</sup> Op. cit.p.7-16.

os demais assentados do 25 de Maio fazem questão de falar sobre o que "tá dando certo". O Sr. Sitônio chega a dizer: "Madalena não era nada antes do assentamento". Ele conta que, se chegassem quatro pessoas para comer num restaurante da cidade, antes da ocupação, teriam que esperar mais de uma hora, enquanto a comida era feita, pois "não era costume passar tanta gente por ali". Segundo o ocupante, o assentamento é responsável pelo desenvolvimento do município. Sitônio afirmou com orgulho, a produtividade da comunidade, segundo ele, somente atrás do número de grãos produzidos pela fazenda do grupo empresarial Edson Queiroz, localizada no município, "porque lá eles têm máquinas". Uma retórica até permeada pelo exagero como forma de enaltecimento dos chamados "avanços", ou seja, as melhorias das condições de vida dos trabalhadores possibilitadas pela mobilização. Esse tom engrandecedor do Movimento está presente na postura da narração no momento de celebração coletiva da experiência vivida. É esse passado louvável, revivido na ritualização do MST, que se apresenta como sentido impulsionador da continuidade do Movimento. Um sentido sobre o tempo no qual o 25 de Maio aparece como ponto de partida dos acontecimentos seguintes. Toinho foi enfático:

eu tenho certeza que se nós tivéssemos ocupado o 25 de Maio e não tivesse dado certo, é claro que o Movimento iria existir, mas todos esses avanços não. Eu acredito que iria ser menos até porque as primeiras lideranças do MST saíram de lá do 25 de maio, saíram lá da ocupação. Sem dúvida, se tivesse dado errado, nós não iríamos estar nesse estágio que a luta está hoje.

Além de ter sido o espaço de formação das primeiras lideranças do Movimento no Ceará, embora não tenha sido o único, pois boa parte delas já tinha um histórico participativo em sindicatos e CEBs, os resultados da ocupação na gleba do general Wicar evidenciaram a possibilidade concreta de acesso à terra pelo caminho da ação coletiva de



contestação. Se tivessem fracassado, os ocupantes poderiam gerar certa descredibilização em relação às futuras ações. Um risco percebido por Toinho: “alguma experiência que não dá certo, passa muito tempo pra você acertar os passos de novo”. Nesse sentido, a fala do líder contradiz determinadas perspectivas de análise, cuja observação dos movimentos sociais retira-os do plano dos resultados. Alvarez, Dagnino e Escobar propõem pensar os movimentos, a partir da desestabilização da política dominante e das práticas de questionamento às formas de exclusão “em vez de avaliar ou medir o ‘sucesso’ dos movimentos sociais principal ou exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas – e se o são – no interior da política de representação (institucional)”<sup>246</sup>. Certamente, os autores têm razão ao solicitar um olhar amplo sobre as ações coletivas, mas isso não pode ser feito sem observar os resultados objetivos dessas ações (os assentamentos no caso do MST) e, mais ainda, a dimensão simbólica desses resultados para a mobilização social. Na verdade, é a expectativa de resultados semelhantes ao ocorrido no 25 de Maio, exaltados na teatralização da memória da ocupação, que vem a ser difundida como discurso mobilizador para outras ocupações do Movimento. Um discurso ritualizado que estabelece uma divisão simbólica entre o antes e o depois da contestação, organizada sobre a forma do MST, na qual ao antes é atribuída a negatividade (sujeição e opressão) e ao depois a positividade (liberdade, colaboração) tendo a mobilização política como elemento divisor. Nesse sentido, a mística configura o que Bourdieu chama de ato de instituição, ou seja, “marca solenemente a passagem de uma linha que estabelece uma divisão fundamental da ordem social”<sup>247</sup>.

A celebração das vitórias acaba sendo, além de uma memória do vivido, um trabalho sobre a recordação, produtor de um sentido de justificação para a continuidade da ocupação como forma de acesso à terra promovida pelos sem terra. Nesse caso, não cabe nessa rememoração a

---

<sup>246</sup> ALVARES; DAGNINO; ESCOBAR. 2000, p. 30.

<sup>247</sup> BOURDIEU. 1982, p. 58-63.

questão das desistências. Quando a pergunta é sobre as famílias que vieram na ocupação e recusaram-se a continuar, muitos assentados falam da pequena ou quase inexistente ocorrência de casos assim. A relativa rapidez do processo desapropriatório e a garantia de condições mínimas para a sobrevivência das famílias acampadas, contudo, não podem ser deixadas de lado como fatores que contribuíram para validar o discurso corrente. O Sr. Pepina admitiu: "é aquela história. Ocupação participa muita gente e sempre tem desistência. Algumas pessoas chegam e dizem 'não eu num gostei não da terra, é distante'. Aconteceu isso". A admissão do assentado não torna falsas as palavras dos demais, mas amplia o entendimento sobre os acontecimentos de 1989 pelo afastamento de possíveis ufanismos míopes.

O sentido de justificação das formas de ação do MST é, praticamente, hegemônico na teatralização dos seus 20 anos de estruturação no Ceará. Depois de dispostos em pé, empunhando enxadas, foices e facões e com as bandeiras do Movimento em punho, os jovens permaneceram na área do mapa do estado contornado com areia, enquanto uma música começou a ser cantada com acompanhamento do violão. "Salve, salve sua história, salve MST. Salve, salve os 20 anos, somos parte de você", dizia o refrão. Ao final da canção, um jovem narrador, ao microfone, afirmou:

ao longo desses 20 anos do MST no Ceará e dos 25 anos de lutas no Brasil, centenas de companheiros e de companheiras tombaram por acreditar e lutar por uma sociedade mais justa, igualitária e defender a bandeira da reforma agrária. Foram assassinados, encurralados e vitimados em emboscadas a mando da violência do latifúndio perverso e o Estado burguês, simplesmente, por querer um mundo melhor. Historicamente, a classe trabalhadora, tem sido massacrada por lutar em defesa dos seus direitos como foi Palmares, Belo Monte, Contestado, Caldeirão entre outros. Mas a sua história, seus ideais,

valores, sonhos e convicções queremos lembrar. E a sua luta vamos continuar, pois todos e todas estão presentes.

Enquanto o jovem lia, enfaticamente, o texto, rapazes de bermuda e moças de short e camiseta entraram no espaço reservado para a mística. Todos estavam com chapéu de palha e tinham o corpo pintado com tinta vermelha. Ao entrarem, os jovens ficaram rodeando o espaço em passos lentos e aparentemente perdidos. Finalizada a narração, cada jovem citou o nome de personalidades que foram referências para o Movimento, já falecidos ou assassinados. Zé Wilson, Manoel Veríssimo, Paulo Freire, Olga Benário, Denir, João Sem Terra, Che Guevara e Bernardo Marinho foram citados. As personalidades citadas, no rito, evocam testemunhos de engajamento e participação em conflitos sociais para a mudança social, nos quais a questão da igualdade tem centralidade. Essa recuperação da dimensão pessoal do engajamento político como ação informada por valores do igualitarismo, da liberdade e da transformação social constituiu um mosaico de figuras vinculadas a processos de luta popular muito diversificados que, também, aparece na fala de Stédile quando afirma o MST como continuidade de um processo histórico de lutas populares. Ao se perceber, assim, o Movimento assume como suas referências os processos de resistência social organizada, ocorridos muito antes de sua estruturação. Sobre isso, sustenta Stédile<sup>248</sup>:

[...] a luta pela terra existe neste país desde que os portugueses aqui chegaram, em 1500. Como não reconhecer a herança que nos legaram os mártires de 500 anos de lutas? Não inventamos nada. A burguesia de hoje também não foi inventada, é resultado de 500 anos de exploração do povo brasileiro. Os que vieram antes cometeram erros e acertos. Procuramos aprender com eles, para não cometer os mesmos erros e repetir os acertos.

---

<sup>248</sup> 1999, p. 32.

Tanto na fala do dirigente nacional, como na narrativa da teatralização aparecem termos do pensamento de esquerda. Nesse sentido, o histórico de luta social anterior ao Movimento e os objetivos dos sem terra são apropriados por uma compreensão da ação do MST como parte do conflito de classes<sup>249</sup>. Uma luta histórica entre os que vivem do trabalho contra os que vivem da exploração dele. Para Stédile, "tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes"<sup>250</sup>. Dessa forma, o relato do dirigente indica as articulações do MST com outras organizações do campo político da esquerda (sindicatos, movimentos e partidos), embasado no reconhecimento do camponês como membro da classe trabalhadora. Uma elaboração política de pertencimento à luta social para além da luta específica por reforma agrária. Um aprendizado organizativo em que, como diz Stédile, "a luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores, se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade"<sup>251</sup>. Nesse sentido, o discurso do dirigente insere a luta por reforma agrária no imaginário da transformação social.

A fala de Stédile e a narração mística não, necessariamente, se transpõem para a fala dos militantes de base assentados no 25 de Maio. Para esses, as atribuições de sentido à luta por terra se dão informadas por lógicas da religiosidade popular, do aprendizado político-teológico das CEBs, da vivência sindical e, também, de dimensões do senso comum marcadas por um difuso desejo de vida melhor. Sitônio disse ter se convencido a participar da ocupação quando Fátima Ribeiro falou "que a gente [Sr. Sitônio e seus familiares] poderia morar numa terra melhor, mas tinha que passar por uma luta". Além do mais, o estabelecimento da comunidade assentada e suas condições de

---

<sup>249</sup> MARX; ENGELS. 1981. p.125.

<sup>250</sup> Op. cit. p. 7-16.

<sup>251</sup> Op. cit. p. 7-16.

trabalho e moradia são vistos como elementos asseguradores da possibilidade de os trabalhadores terem uma vida familiar, afetiva e comunitária, ou seja, construírem laços de sociabilidade longe das incertezas, das necessidades e dos constrangimentos marcantes do momento anterior à ocupação. Sobre isso, é elucidativo o relato do Sr. Luiz:

porque aqui eu achei um pedacinho de terra pra trabalhar. E aqui vou tirar o sustento dos meus filhos. Me casei, passou treze anos pra ter esse menino. A mulher teve esse primeiro menino, Luiz Fernando. Quando foi um ano e poucos meses depois, apresentou o outro, Jonas. Aqui melhorou porque a gente se aquietou mais, mais sossego, e a gente consegue as coisas com mais facilidade por causa da terra que é boa.

A terra, como fonte do sustento e espaço para o desenvolvimento familiar, é uma percepção do senso comum a essa população, sociologicamente, traduzível em condições para a reprodução social camponesa. Esse presente de melhorias é construído em oposição a um passado de privações. Mesmo os antigos moradores, testemunhas de certa fartura no tempo do patrão, não deixam de perceber que "esse 'tempo liberto' representa melhores condições de vida, no sentido de maiores facilidades na reprodução da unidade familiar camponesa"<sup>252</sup>. A estabilidade obtida após a ocupação é reconhecida no atributo de "sossego", uma palavra evocadora do sentido de tranquilidade, como forma de descrição da vida na comunidade assentada. O passado, a despeito de sua relativa fartura, como disse o Sr. Raimundo, "tinha laranjeira, coqueiro, mangueira, café. Tinha tudo, dava gosto", é o tempo da sujeição, da não liberdade. A exaltação desse último aspecto hegemônica a caracterização do passado. Um sentido expresso, majoritariamente, embora não sem as ambiguidades que tanto já

---

<sup>252</sup> BARREIRA, César. 1992, p. 163.

se colocaram ao longo deste trabalho, como confirmam as palavras do Sr. Andrade:

eu quero dizer que mudou a minha vida de bom pra melhor. Não vou dizer que era ruim, porque se fosse ruim talvez eu tivesse saído né, mas de bom pra melhor aí aconteceu. Melhorou pra mim cem por cento. No tempo do meu patrão eu tinha que ir, meu filho, ou doente ou bom, seja do jeito que fosse. Eu não podia chegar lá e dizer 'hoje eu não posso trabalhar porque to doente'. Só um grande sarampo, mas só uma dorzinha de cabeça, tinha que trabalhar, não tinha esse negócio não.

A mudança, apesar de absoluta, conforme os ditos "cem por cento", não impede o reconhecimento de aspectos positivos no passado. Se na fala do antigo morador, contudo, é possível ver algo de virtuoso no tempo do patrão, a ritualização compõe esse passado numa conjunção de negatividades centrada na sujeição do trabalho e da vida no contexto da grande propriedade desmantelada, quando os assentados chegaram. Esse tempo percebido num passado-presente aberto e ampliado como futuro idealizado, porque constitui o espaço de sua experiência como referência e expectativa para ações coletivas de contestação vindouras.

Entender as falas dos militantes de base na sua não convergência imediata com os termos da liderança nacional, ou da narração mística não significa falar em contradição. Em verdade, esses discursos diferenciados articulam-se como forma de legitimação na prática política de uma organização de massas como o MST. A constituição de diversos níveis de militância em sua estrutura organizativa ajuda a compreender como essas articulações se fazem na dinâmica do Movimento. Entre as elaborações dos dirigentes e as perspectivas da base social do MST, a despeito de suas distinções, há convergências em vários sentidos, preponderantemente, a centralidade da ocupação de terras

como forma de produzir mudanças em direção a melhorias na vida do trabalhador rural.

Frente ao mosaico de líderes apresentado na teatralização onde se localizam, desde figuras como o revolucionário Che Guevara até o militante cearense João Sem Terra, cabe uma pergunta: por que não apareceram, tão fortemente, expressões da vinculação fé e política discutida no início do capítulo e recomendada pela literatura sobre o MST, como fonte originária de inspiração das místicas? Transformações internas ao campo de propagação da Teologia da Libertação estão na base da laicização contemporânea das celebrações da luta no MST. Segundo Issa, "ultimamente, há símbolos humanos cujos legados influenciam o movimento e se tornam molduras de referência tal como Che"<sup>253</sup>. O arrefecimento da presença maciça de simbolismo religioso, particularmente, cristão e católico, também, tem relação com o enfrentamento feito pela Cúria Romana à TdL.

A inesperada associação entre cristianismo e marxismo "foi um dos fatores mais importantes de transformação social no hemisfério [latino-americano]"<sup>254</sup>. Devido a sua enorme força na Igreja brasileira, passou a receber deliberada antipatia da estrutura eclesiástica, após a eleição do conservador Papa João Paulo II. Nesse papado (1986-2000), o cardeal Joseph Ratzinger, hoje Bento XVI, então responsável pela doutrina da fé católica e eminente figura na administração eclesiástica, passou a combater as formulações dos teólogos da libertação. Segundo Löwy, Ratzinger, com apoio do seu antecessor, questionava a TdL por substituir os pobres do Reino de Deus pelo operariado marxista e pelo caráter anticlerical difundido nas formas de organização comunitária engendradas pelos agentes libertadores. Para o cardeal, a perspectiva da libertação era um sistema teológico quase perfeito, não fosse a politização provocada pela tal substituição e o anticlericalismo, enormemente, sedutor para os estudantes, leigos e consagrados. Mais ainda, por

---

<sup>253</sup> ISSA, Daniela. 2007. p. 133.

<sup>254</sup> LÖWY, Michael. 2000, p. 66.

não se enquadrar na categoria de heresia, haja vista seu evidente caráter confessional, a libertação seria tão mais perigosa quanto as verdades que propugnava.

Os textos eclesiásticos consultados por Löwy coadunam-se com documentos produzidos em conferências militares por toda a América, com apoio do governo americano, nos quais o movimento social impulsionado pela TdL aparecia como ação política anticapitalista disfarçada de discurso religioso. Configurava-se, portanto, uma conjuntura histórica de hostilidade ao cristianismo libertador dentro e fora do campo religioso. A Igreja assumiu estratégias de desmonte da TdL pelo constrangimento de seus elaboradores<sup>255</sup>, pelo afastamento de bispos vinculados e pelo fomento de vivências do religioso, descomprometidas com as questões sociais, tais como o movimento de renovação carismática hegemônico no catolicismo brasileiro contemporâneo.

No sertão central do Ceará, os contornos das mudanças mais gerais delineadas na investigação de Michael Löwy se apresentaram como dificuldades ao trabalho pastoral dos agentes da CPT e das CEBs. O apoio recebido pela CPT na diocese de Quixadá durante o bispado de Dom Rufino e os dois anos em que a região episcopal ficou a cargo do Pe. Vicente Albuquerque, vigário geral, transformou-se em constrangimento, a partir da nomeação do italiano Dom Adélio para Igreja da região. Segundo Ir. Cleide:

quando Dom Adélio toma posse, a UDR começa a pressionar o bispo. Um bispo muito propício a ser conservador, juntou o útil ao agradável. Ele começou a se pronunciar nos meios de comunicação que eu não era freira, que a gente não era ecumênica lá ligada a Roma, era diocesana. Então ele começou a ceder a determinadas

---

<sup>255</sup> Leonardo Boff, que era frade franciscano, foi interrogado pelo cardeal Ratzinger e proibido de publicar seus livros por três anos. Por fim, Boff deixou a vida religiosa e continua a atuar como teólogo da libertação. É escritor e conferencista renomado e mantém relações estreitas com diversos movimentos sociais e o MST.



exigências que a burguesia fazia, inclusive a própria UDR.

A falta de apoio estrutural e o trabalho de descredibilização da ação pastoral da freira acabou por levá-la a deixar a vida religiosa no ano de 1995. Em um relato apresentado com resignação, diz ela: "Justamente por causa da perseguição e também da falta de apoio, a gente tinha determinados limites para trabalhar, achei por bem seguir a igreja do Reino de Deus que não tem fronteiras e ficar mais livre para o trabalho". A freira disse ter recebido apoio de Dom Adélio em momentos de ameaça dos fazendeiros a sua vida. O próprio bispo, entretanto, revelava às freiras próximas à Irmã Cleide que o fazia para evitar a possível repercussão internacional e os prejuízos aos financiamentos da diocese vindos da Europa, se o pior viesse a acontecer com a religiosa.

O caso de Irmã Cleide é significativo do processo de enfraquecimento da ação pastoral do cristianismo da libertação e do posterior afastamento entre agentes religiosos e a atuação do MST. As tensões internas à Igreja, no entanto, não constituem fator exclusivo para a explicação da laicização nos rituais no MST. Bernardo Fernandes<sup>256</sup> aponta conflitos entre a ação do Movimento e da CPT em diversos estados do país, tanto no momento inicial de articulação dos sem terra como nos desdobramentos posteriores à estruturação da organização. Irmã Cleide revelou ter ainda muitas relações com o Movimento e aproveita essa proximidade para conversar com seus líderes sobre incompatibilidades percebidas por ela, sobre as formas de estabelecimento do MST em áreas onde já existe um trabalho pastoral. Contou ela:

o MST tem uma característica muito própria. Quando ele chega, solicita toda parte de apoio para mobilizar o pessoal. Só na hora que eles estão ali necessitado de apoio é que eles buscam. O próprio PT, as CEBs, o pessoal da paróquia ajudam.

---

<sup>256</sup> FERNANDES, B. M. 2000. p. 318

Só quando eles estavam necessitados de apoio que eles procuravam. Sempre eu questionava isso, eu dizia olha vocês querem mobilizar uma base aqui, automaticamente, aqui tem um trabalho de Igreja, busquem as forças de Igreja que têm um compromisso, pra ajudar vocês a fortalecer um pouco mais.

As vicissitudes da construção de uma organização própria em meio a uma necessária rede de apoio, como demonstram as palavras de Irmã Cleide, é um elemento a ser considerado quando se observa o crescente laicismo na prática contemporânea das místicas no MST. Após a citação dos nomes de pessoas referências para o Movimento, outra música foi cantada pelo casal de narradores acompanhados ao violão. Dizia assim:

Dividiram terra, quanto sangue derramado,

Na luta por um pedaço de chão.

Quantas mães perdem seus filhos sem explicação.

Com fé em Deus a gente alcança, a vida nos ensina a acreditar.

São tantas trilhas, tantas vezes pra enfrentar.

E em cada canto uma esperança de se plantar, criar raiz,  
mas como um sonho de criança, vem sempre a hora de partir.

E a história se repete em muitos cantos desse meu país.

Deixar de lado o preconceito, sabemos que temos direito  
de ser feliz.

E a gente vai, ergue a bandeira vai, não podemos desistir.

E a gente vai, ergue a bandeira vai, nossa terra conseguir,  
a reforma agrária no País.

A canção faz memória do altruísmo na luta pela terra e fala de uma disposição para enfrentar sofrimentos e adversidades que podem ser identificadas como a vida num acampamento, numa ocupação, ou os riscos de repressão violenta das mobilizações. Chama atenção para o elemento religioso como parte da vivência de uma dimensão esperançosa reeditada, constantemente, nos territórios de ação e presença do MST. A música não dispensa a noção do acesso à terra como um direito que legitima a busca por ele pela via da organização, sempre, representada por um de seus símbolos mais conhecidos, a bandeira. Diante disso, Daniela Issa pode afirmar que "as místicas são usadas para encorajamento, quando uma causa social é o tema sublinhado, mas o propósito primeiro é a edificação moral, então caracterizá-la como meramente uma reflexão ideológica é reducionista e incompleto"<sup>257</sup>. Essa produção de sentido ocorreu com os participantes da mística, erguendo as bandeiras, os chapéus, as enxadas, as foices e os facões e cantando, em conjunto, com todos os presentes. A prática de envolver quem está "assistindo" é um distintivo da mística como "algo que não deve ser expresso com propósito de entretenimento, nem surpresa ou sensacionalismo. (...) Se um poema é usado, uma cópia do texto deve ser providenciado para que o público tenha acesso ao que está sendo lido, o mesmo com uma música"<sup>258</sup>.

A encenação continuou com a seguinte narração feita ao microfone.

Ao longo de nossa história de luta pela terra e reforma agrária, iniciamos com o grito que terra pra quem nela trabalha, porque era o bem de todos e tinha que ser democratizada. Continuamos ocupando os latifúndios, resistindo às atrocidades e à perversão do Estado burguês. E produzindo para soberania alimentar do País e para nossa sobrevivência. Ampliamos nossa luta e os debates da reforma agrária para a sociedade brasileira, pois entendemos e convidamos

---

<sup>257</sup> ISSA, Daniela. 2007. p. 132.

<sup>258</sup> Op. cit. p. 131.

a todos os brasileiros a lutar conosco. A reforma agrária, uma luta de todos. E na luta pelo Brasil melhor, mais justo e igualitário e que todos os sem terra tenham terra para trabalhar, gritamos que queremos a reforma agrária e um Brasil sem latifúndio. E o sonho continua. Muito já foi feito, mas ainda falta muito a fazer, pois a nossa luta vai além da terra. É por reforma agrária, justiça social e soberania popular do povo brasileiro e latino-americano. Por mais que tentem nos calar, nos matar, nos criminalizar e desarticular a organização da classe trabalhadora, nós dizemos...

As palavras finais da narração funcionaram como deixa para os jovens que encenavam o rito erguerem o braço esquerdo com punhos cerrados e gritarem juntos, por três vezes, a frase "Nós seguimos em frente e a luta continua.". Depois disso, começou a ser cantado ao microfone o hino do MST que foi acompanhado por todos os presentes em voz alta, encerrando o momento celebrativo. Enquanto a narração acontecia, jovens entraram no espaço da mística segurando faixas pretas com letras brancas, nas quais estavam escritas as palavras de ordem que perpassaram os cinco congressos nacionais realizados pelo Movimento. Os destaques em negrito na transcrição pontuam essas palavras de ordem numa memória do processo de expansão da organização e na motivação para a luta permanente do Movimento por causa da necessidade de acesso à terra e, para além dele, por objetivos no campo do combate à desigualdade e autonomia de nações oprimidas pelo sistema mundial. Após a teatralização, houve um momento cerimonial no qual foi montada uma mesa com representantes de diversas organizações integrantes da rede de apoio ao MST. Do poder público, estavam representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará e do INCRA. De partidos políticos, estavam representantes do PT e do PSOL. Da sociedade civil, estavam representantes do Movimento dos Conselhos Populares, do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Rede Nacional de Advogados Populares, dos estudantes universitários e da ONG Instituto Florestan Fernandes. Além disso, havia representação de intelectuais e do sindicalismo nas presenças da Associação

dos Funcionários do BNB e do Sindicato dos Comerciários que também representava a CUT. Um religioso franciscano representava a Paróquia de São Francisco de Canindé. Completavam a mesa, um representante do Conselho das Associações do Assentamento 25 de Maio e um representante da coordenação estadual do MST no Ceará. Todas as falas assumiram o tom de apoio aos sem terra e à sua organização no estado.

Alguns destaques cabem diante da composição da mesa. O primeiro diz respeito à reduzida participação dos setores de Igreja. O único representante falava, apenas, em nome de uma paróquia, não trazia uma posição da ordem franciscana, nem mesmo de estruturas como a ausente CPT. Uma indicação de que a inicial imbricação dos trabalhos do Movimento com a comissão não perdurou em moldes semelhantes nos dias atuais. As transformações internas na Igreja acabaram alterando a forma de agir da Pastoral da Terra. "A CPT tem essa parte bíblica, sem muito o pensamento do poder real. A Romaria da Terra, que eu fui uma das mobilizadoras aqui no Ceará, é momento de celebração das lutas, mas precisa na hora que vai celebrar, precisa provocar também", disse Irmã Cleide na tentativa de explicar como o trabalho da comissão, no Ceará, foi se tornando, eminentemente, eclesial e menos impulsionador de movimentos sociais. Uma outra expressão da desarticulação das estruturas gestadas pela TdL.

A participação do segmento partidário chama atenção pela presença daqueles com chão de formação comum ao Movimento. O PT surgiu, também, no contexto da redemocratização a partir da mobilização dos movimentos sociais, sindicais, estudantis e da intelectualidade. As articulações entre MST e PT são históricas e, por vezes, apresentaram-se ao longo deste trabalho. Stédile afirma que "por acreditarmos no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares"<sup>259</sup>. Além do que indica a fala do dirigente nacional, a chegada do PT ao comando da República, com

---

<sup>259</sup> STÉDILE, J. P. 2003. p. 7-16.

a eleição de Lula, em 2002, colocou o MST numa conjuntura em que "as estratégias de confronto, acumuladas ao longo de sua história, passaram a conviver com pactuações na relação com o Estado"<sup>260</sup>. Isso porque o Movimento estava diante de um partido aliado, governando o País numa composição de forças políticas entre as quais constavam setores do agronegócio. Apesar do jogo de tensões entre MST e o governo Lula, a aproximação entre o Movimento e o PT, entretanto, continuou a se expressar. Não por acaso, a deputada estadual petista, Rachel Marques, presente na mesa do encontro disse "podem contar com a nossa voz no parlamento".

A participação do PSOL indica a não exclusividade do PT nos diálogos partidários do Movimento e a articulação do MST com variados atores institucionais do campo partidário, também, distintos em ideologias e práticas políticas. Não se pode, no entanto, deixar de considerar que o PSOL surgiu de uma dissidência petista e, no Ceará, inclusive, abriga diversas lideranças com interface na questão da reforma agrária. Outro trabalho seria necessário para entender a ausência de outros partidos do campo de esquerda, tais como o PSTU e o PC do B, dentre outros. Pode-se, contudo, dizer que as compreensões de reforma agrária dos partidos presentes são bastante convergentes com o MST.

A mesa amplia-se em diversas expressões do sindicalismo, mas, curiosamente, o braço sindical rural mais organizado não está presente. Historicamente, o Movimento possui disputas abertas com o sindicalismo rural, tanto em nível nacional como estadual<sup>261</sup>. No caso de Madalena, a despeito da contribuição dos dirigentes sindicais na ocupação de 1989, as relações entre o MST e o sindicato rural, por vezes, são conflitantes e levam até a tentativas de negar a contribuição de líderes sindicais à organização dos sem terra. O Sr. Leônidas, atuante dirigente sindical na cidade, afirmou ter participado no transporte de famílias e na busca

---

<sup>260</sup> CAMPOS, Marcos Paulo. 2008, p. 60.

<sup>261</sup> MEDEIROS, Leonildo Servolo de. 2003. p. 103.

por condições para manter o acampamento até a imissão de posse. E tem boa parte dos assentados associados ao sindicato que dirige. Mesmo assim, houve lideranças do Movimento que disseram, em tom desdenhoso, não se lembrar da atuação do sindicalista na ocupação das terras do general Wicar.

Os destaques feitos na mesa que, segundo o dirigente estadual Flavinho, "representa a sustentação do MST na sociedade cearense" tratam de elementos não trabalhados na teatralização apresentada no último dia do XXII Encontro Estadual do MST, que foi encerrado com um almoço de confraternização com todos os presentes. Não cabe, aqui, a cobrança de acuidade histórica na prática social da mística. Não é desavisado, entretanto, compreender que o ritual opera por meio de exaltações e ocultações na construção de uma versão legítima do passado com vistas à produção de uma retórica comum, de um sentido compartilhado, como referência para a ação política de seus membros. Nesse sentido, aquilo que é tornado ausente o é por não caber numa coerência interna necessária à versão unificada, apresentada e reificada, coletivamente, como justificação da luta pela terra como luta pela reforma agrária, via ocupação. Nesse sentido, a prática de ritualizar a experiência social do Movimento constitui uma teatralização com sentidos para além da estética da encenação. Em verdade, nela trabalha-se sobre a memória para condensar a multidimensional experiência social no espaço da reforma agrária, num sentido de tempo unificado e unificante a respeito do passado com vistas à legitimação da prática política contemporânea da organização. Assim, ofertam-se os pontos de amarração entre a experiência individual de cada militante e a ação coletiva de contestação. Não por acaso, embora as falas dos ocupantes sejam mais amplas em possibilidades do que os sentidos apresentados na mística, tanto mais o assentado é ligado ao MST, mais próximo seu discurso sobre a ocupação de 1989 e o movimento social estruturado, desde então, convergem nas suas exaltações e ocultações. O contrário também é verdade.

A comunhão de lembranças, ou a partilha de uma certa versão do passado trabalhada pela organização, indica um pertencimento. Há, portanto, um trabalho das lideranças e bases do Movimento no sentido de organizar o passado admitido, coletivamente, como legítimo e balizado não somente pelo que aconteceu, mas, principalmente, pela permanente reedição e circulação dessa versão legítima na prática cotidiana do MST e nos seus momentos formativos e celebrativos, como forma de unidade coletiva e justificativa para as ações dos sem terra no presente. A mística oferece ao conjunto do MST e, sobretudo, a quem viveu diretamente o processo teatralizado, os pilares de observação do vivido, ou melhor, os chamados quadros sociais da memória, como diria Halbwachs. Esses referenciais “representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso”<sup>262</sup>. A partilha da percepção comum sobre a experiência social não é elemento exclusivo de enlace entre os militantes e o MST, mas integra um emaranhado de relações sociais de articulação militante/movimento e dá-lhes sentido para a conformação da organização.

---

<sup>262</sup> HALBWACHS, Maurice. 2006, p. 224.



### TEMPO E EXPERIÊNCIA SOCIAL: palavras conclusivas

Nesta obra, o leitor encontrou as lógicas de atribuição de sentido nas falas dos protagonistas e na ritualização política elaborada pelo MST, a respeito da ocorrência de sua primeira ocupação de fazenda improdutiva no Ceará. A opção, portanto, foi interpretar percepções sociais constituintes da tessitura da recordação, a partir de categorias temporais entendendo que "o tempo é uma coisa muito diferente de uma série de fatos sucessivos"<sup>263</sup>. Aqui, dois tempos sociais condensaram a experiência social gestada no espaço de tensionamento político da reforma agrária. São eles: *o tempo do patrão* e *quando os assentados chegaram*. O primeiro é uma nomeação construída depois que o tempo passou, ou seja, uma representação sobre as condições de vida nas Fazendas Reunidas São Joaquim elaborada após a ocupação de 1989. O segundo constitui um tempo em oposição ao passado, aberto pela contestação e que se desdobra desde a ocupação até os dias atuais nas possibilidades postas pela vida comunitária, pela propriedade coletiva e pela organização política dos trabalhadores rurais.

A *mística* sobre a memória da primeira ocupação de terra do MST no Ceará estabelece os marcos legítimos elaborados pelo Movimento para a enunciação dos acontecimentos que constituem o evento em foco. Nesse sentido, a ritualização não é só uma celebração do passado, mas uma reiteração da prática organizativa que dá sentido ao coletivo dos sem terra, percebida pelos próprios integrantes do MST como "alimento" do Movimento<sup>264</sup>. A *mística* encarna um papel legitimador das ações de contestação no presente, numa construção social do tempo passado pela ritualização de um evento percebido como fundador de uma

<sup>263</sup> HALBWACHS, Maurice. 2006, p. 143.

<sup>264</sup> ISSA, Daniela. 2007.

coletividade: a ocupação. Sociologicamente, não é possível compreender a ocupação de terra isolada da experiência social anterior a ela, na qual o movimento social que a organiza já está presente na gestação de expectativas que se condensam nos momentos de sua maior visibilidade. Esse tempo político de elaboração, por vezes transformado em ausência, nas falas de quem viveu a ocupação das Fazendas Reunidas por conta de o perceberem como um momento em que o movimento social ainda não existe, não pode ser desperdiçado na interpretação das relações entre os acontecimentos de 1989 e a conjuntura política local e nacional atravessada pela expansão do MST em todo o País.

As falas dos participantes da ocupação e a *mística* sobre o ocorrido apresentaram-se como lugares de expressão de uma memória trabalhada no enlace de lembranças individuais e percepções, coletivamente, compartilhadas sobre o momento de constituição do MST no Ceará. O registro dessa memória coletiva, presente nesta obra, assume um tom pioneiro devido a sua pouca exploração pelos meios acadêmicos e pela história oficial.

Para os atores do evento rememorado, uma diferença objetiva distingue dois grupos sociais internos ao campesinato: os moradores e os ocupantes. Embora ambos possam ser abrigados na categoria de grupos sociais camponeses, marcados pela dificuldade de reprodução social, a situação de *moradia* na terra ocupada e de chegada na propriedade para reivindicar sua desapropriação exige da análise sobre as percepções do evento a consideração dessa distinção substantiva. Além disso, a versão legítima do passado, elaborada pela organização que tem na primeira ocupação um marco fundacional do Movimento, como informa a teatralização e os discursos dos trabalhadores rurais, não é admitida nos mesmos contornos pelos dois grupos que passaram a conviver no assentamento 25 de Maio. Entretanto, mais do que a distinção objetiva dos grupos protagonistas da formação do assentamento, é o sentimento de pertença do assentado ao MST, seja ele antigo morador ou ocupante, que preside a admissão (ou não) e reprodução da versão

do passado apresentada, nas falas e instituída no rito. Não por acaso, os antigos moradores que não passaram a fazer parte do Movimento, mas continuam morando na comunidade, apresentavam, inicialmente, pouca disposição para apresentar suas memórias, quando solicitados para o trabalho de campo. Além do mais, a presença e o auxílio do Sr. Sitônio, assentado e militante do MST, nas entrevistas, tão importante na aproximação com os ocupantes, acabava por inibir aqueles que não se sentiam à vontade para expor uma visão distinta do passado, diante de um assentado que comungava da versão hegemônica sobre o vivido e de um desconhecido, apresentado por esse mesmo assentado.

Na construção do *tempo do patrão*, as relações de trabalho assumem centralidade e envolvem todos os demais campos da vida social como as relações familiares, a religião e o mando tradicional, conformando uma percepção sobre a vida nas Fazendas Reunidas São Joaquim antes da chegada dos ocupantes. O binômio sujeição/liberdade informa as distinções entre a condição de morador e a vida de assentado. A passagem de uma a outra é demarcada pela chegada dos ocupantes. Essa percepção assume nuances relativas ao lugar ocupado por quem recorda o antes e o depois da ocupação. O caráter opressivo do mando exercido na propriedade, tão próprio nos relatos dos que ali viveram na última escala do trabalho de sujeição das Fazendas Reunidas, não se apresenta para aqueles que trabalharam para o proprietário como seus gerentes e homens de confiança na exaltação das características de jugo, conforme indicam os antigos moradores. Os antigos gerentes apontam benesses e chamam atenção para certas dimensões do poder nas terras do general Wicar, constituindo uma ambiguidade estruturante do domínio do patrão, também, evidenciada nas falas dos moradores na qual a acepção hegemônica da opressão articula-se com seus atenuantes. No entanto, as distinções na expressão do *tempo do patrão* não impedem a ambiguidade de sentidos sobre o fazendeiro como percepção comum a todos os antigos moradores, independente de sua posição na estrutura interna de trabalho na propriedade. Uma partilha tão significativa que pode ser encarada como representação

ordenadora da vida social, no contexto do coronelismo como relação social autoritária vivida nas terras do general Wicar. É possível dizer que o patrão constitui a referência significativa para um tempo percebido por quem o viveu como experiência de anulação das possibilidades de questionamento do mando, devido à força com a qual era exercido.

As distintas percepções entre antigos moradores e gerentes foram levadas em conta no momento de constituição da comunidade assentada, por vezes, sendo fonte da indisposição dos ocupantes em conviver com os antigos gerentes na coletividade estabelecida após a desapropriação. A aceção de liberdade, na referência dos moradores à vida depois da chegada dos assentados, aparece como oposição ao passado opressivo e manifesta um entendimento latente nos antigos moradores, mesmo nos tempos áureos do domínio tradicional, a respeito da arbitrariedade do mando exercido pelo general.

No que diz respeito ao grupo dos ocupantes, o passado de dificuldades é uma totalidade apresentada com evocações ao sofrimento e ao jugo. Seja em referência ao vivido, nas mais diversas experiências sociais camponesas (meação, arrendamento, parceria...), antes da mobilização de maio de 1989, seja quando falam da vida dos que moravam na propriedade quando ela foi ocupada. É nos ocupantes, hoje assentados, que se revela a maior convergência entre a exposição da vivência da ocupação e os sentidos construídos pelo Movimento sobre o evento referência de sua estruturação no Ceará. E isso é verdade tanto para os assentados militantes de base, quanto para aqueles que moram no 25 de Maio e assumiram tarefas organizativas em nível territorial mais amplo, as lideranças. Algo que indica, muito menos, uma imposição da coletividade (MST) sobre as memórias individuais (militantes) e, muito mais, uma negociação ativa entre os membros orgânicos a um grupo que resulta numa elaboração do passado admitido como legítimo, tanto por aqueles que o viveram, concretamente, quanto por aqueles que o têm como referência para a ação política. *Quando os assentados chegaram* é o tempo

do encontro entre expectativa e experiência na passagem, ,via ocupação, à vida comunitária. Todas as tensões inerentes às estratégias de mobilização, ao processo de ocupação e ao acampamento, unificadas na ação coletiva que conformou a visível irrupção do MST no Ceará, são repostas como agruras menores diante da melhoria de vida possibilitada pelo acesso à terra. Melhorias não só advindas da obtenção de terra, mas de um espaço de relações sociais de vizinhança, associação e sentido comum do viver. Essa ampliação da percepção dos benefícios é, ao mesmo tempo, uma desatenção não aleatória sobre os conflitos cotidianos do assentamento, porque resulta do trabalho do Movimento sobre o tempo presente experimentado "nos difíceis caminhos dos dias comuns" <sup>265</sup>. Não por acaso, a condição de assentado constitui uma referência central na atribuição de sentido sobre a vida que emergiu após a ocupação do dia 25 de maio de 1989.

A coesão social na qual a exposição de uma memória é, ao mesmo tempo, uma introjeção do trabalho sobre a recordação, atualizado como sentido da mobilização coletiva, caracteriza-se como uma necessidade de conjunção de perspectivas sobre o ocorrido que se impõe como exigência para a continuidade de uma organização, baseada na associação voluntária de seus integrantes. Afinal, como diz Irllys Barreira<sup>266</sup>,

[...] os movimentos sociais repõem, pela sua própria dinâmica, um deslizar contínuo de interpretações movidas, de um lado, pela necessidade de encontrar supostos gerais explicativos e, de outro, pela recuperação singular das experiências em seu espaço e tempo.

Comungar da versão legítima do passado é pertencer ao MST. Apesar da convergência ser o tom majoritário das recordações dos ocupantes, ela não impede diferentes percepções das mudanças ocorridas após a ocupação. Para

<sup>265</sup> SAMPAIO, Inês S. Vitorino. 1991, p.14.

<sup>266</sup> BARREIRA, Irllys. 1992, p. 160.

as lideranças do Movimento, o 25 de Maio é a referência para a mobilização de outros contingentes de população rural com vistas à desapropriação de terras via ocupação. As exaltações das melhorias ocorridas na vida dos trabalhadores, depois da desapropriação, são consubstanciadas num discurso para o convencimento de outros a fazerem o mesmo. Nesse sentido, as ocultações relativas às dificuldades e, mais ainda, a apresentação das adversidades como parte de um percurso vivido, coletivamente, em direção a um futuro, representado em suas possibilidades mais positivas, estruturam uma reelaboração do acontecimento atualizando os objetivos do Movimento. Para os assentados militantes de base, o assentamento é o lugar onde é possível estabelecer uma vida familiar, laboral e comunitária. Casar, ter filhos, trabalhar para viver, integrar uma comunidade, acessar políticas públicas são questões evocadas para quem vê o assentamento como "morada da vida" <sup>267</sup>, um lugar de interconhecimento, vida comunitária, associação, propriedade e trabalho coletivos.

As distintas formas de perceber as mudanças, vinculadas ao lugar dos sujeitos da recordação no interior da organização, não excluem a convergência de horizontes, quando o assunto é a centralidade da ocupação de terra como mecanismo de acesso a melhores condições de vida para a população trabalhadora do meio rural. Esse é o sentido hegemônico encontrado na *mística* sobre as ocorrências do final da década de 80. A teatralização ritual vincula toda a construção político-organizativa do MST à contestação camponesa, evidenciada na mobilização coletiva para o questionamento da concentração fundiária por meio da presença física dos demandantes no terreno, onde se opera a exploração do trabalho agrícola e dos recursos naturais. Assim, a ritualização produz o porquê da existência do Movimento no caráter genuíno e evidente da demanda por terra de trabalho, uma razão de ser da luta organizada por reforma agrária.

---

<sup>267</sup> HEREDIA, Beatriz. 1979.

A *mística* reforça o sentido da disputa pela terra via ocupação que se apresenta como um mecanismo de reivindicação direto e não institucional dos trabalhadores rurais, para obtenção de condições de reprodução social e transposição de impedimentos políticos em direção ao poder político. "É como se eles literalmente 'entrassem' no 'Estado' sem pedir licença e sem ficar na fila" <sup>268</sup>. A ocupação é uma ação informada por uma noção de justiça, na qual o direito à terra é posto na ordem do dia. Ela abre uma possibilidade histórica de longo prazo, nem de longe, encerrada com a desapropriação. Ao contrário, o estabelecimento do assentamento, resultado concreto da ação coletiva, acaba por colocar novos desafios aos que se mobilizaram para obtê-lo. Nesse sentido, a narração ritualizada da ocupação das terras do general Wicar expõe uma ampliação da ação do MST para além do acesso à terra na perspectiva de atuar para a obtenção de condições de permanência nela. Destarte, o Movimento amplia-se como uma mobilização social em torno de políticas públicas para a viabilização dos assentamentos.

A reconstrução em categorias temporais da experiência social de constituição do MST, no Ceará, pela memória de seus integrantes permite a interpretação das dimensões visíveis, ocultas e visibilizadas da ação do Movimento em diversas direções. Uma delas é a ampliação da noção de sem terra. Ao longo do trabalho, o termo foi sendo percebido como a condição relativa ao não proprietário, mas alargado como forma de nomear os segmentos camponeses impedidos de reprodução social, mesmo que de posse de algum pedaço de chão. Essa opção diz respeito ao entendimento do MST como um movimento social, contemporaneamente, assentado num paradoxo. Diferentemente do movimento feminista ou do movimento negro, que perseguem a aceitação de certa compreensão da mulher e do negro por parte da sociedade e para isso conformam uma identidade para esses segmentos sociais, o Movimento Sem Terra age no sentido de desconstruir a condição de não proprietário, ou seja, de fazer dele um assentado. Fraseando, *o MST age para destruir*

---

<sup>268</sup> COMERFORD, John Cunha. 1999, p. 144.

*o sem terra*. Isso quer dizer uma luta para a eliminação de uma condição objetiva do segmento social que organiza. Sendo assim, como poderia o Movimento continuar a nomear de sem terra sua composição interna contemporânea em que se articulam demandantes e assentados?

A resposta à questão está em entender o MST como um movimento social que luta pela reprodução camponesa, por meio da construção de comunidades em assentamentos agrários, baseados na propriedade coletiva da terra obtida pela ocupação. O sem terra significa, portanto, para o Movimento o segmento do mundo rural em busca de condições para ter e continuar na terra. Esse significado informa uma lógica de construção de sentido sobre o assentamento e a organização dos trabalhadores rurais, presente na teatralização mística e nas falas dos assentados que agrupa o tempo *quando os assentados chegaram* na exacerbação das possibilidades abertas pela mobilização coletiva. E, mais ainda, para reforçar o papel da ocupação como forma de acesso à terra, a *mística* acaba por não dar a devida importância ao tempo político de elaboração do Movimento, ocorrido como experiência social dispersa, gestada no período anterior ao visível aparecimento da forma MST no Ceará. Esse tempo de elaboração enlaça o *tempo do patrão* ao *quando os assentados chegaram* atravessando as condições da estrutura fundiária cearense pela ação política contestadora de segmentos populares do meio rural, como saída das instabilidades do trabalho de sujeição em direção à configuração estável da vida assentada na forma de reprodução social. As categorias temporais, nas quais a experiência social de formação do MST é apropriada, indicam uma ruptura com o localismo das tensões entre patrões e trabalhadores rurais, dentro das fazendas do sertão cearense pela constituição de um movimento social que "rompeu as cercas". Em verdade, a estruturação do MST no Ceará retirou os conflitos sociais do interior das propriedades e os colocou no espaço público. Este livro faz pública essa memória.



## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

ASSARÉ, Patativa do. *Cante Lá Que Eu Canto Cá*. Filosofia de um trovador nordestino. 4. ed. São Paulo: Vozes. 2005. p. 355.

AXT, Günter. *Democracia no Brasil: um breve histórico*. Revista Cult. São Paulo. Ano 12. Nº 137, 2009. p. 48-50.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder*. Conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 12-193.

BARREIRA, Irllys. *O Reverso das Vitrines: conflitos sociais e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. p. 180.

\_\_\_\_\_. *O Lugar do Indivíduo na Sociologia: sob o prisma da liberdade e dos constrangimentos sociais*. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 34, nº 2, 2003.

\_\_\_\_\_. *Social Movements, Culture, and Politics in the Work of Brazilian Sociologists*. Latin American Perspectives. jan. 2011. p. 150-168

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (primeira parte: 1900-1945). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 345.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 129.

BOFF, Leonardo (Org.); REGIDOR, J. R.; BOFF, Clodovis. *A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996. p. 128.

BORNHEIM, Gerd. *A Invenção do Novo*. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.103-118.

BOSI, Ecléa. *A Opinião e o Estereótipo*. Contexto. São Paulo: HUCITEC, nº 2, mar. 1977. p. 97-104.

\_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 484.

BOURDIEU, Pierre. *Les Rites comme Actes d'institution. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. vol. 43, p. 58-63, jun. 1982. Disponível em: <http://www.persee.fr>. Acesso dia: 19/02/2011.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 234.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 315.

BRAGA, Elza; BARREIRA, I. *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 294.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a Cerca*. A história do MST. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.p. 384.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 275.

CAMARGO, Aspásia. Apresentação. In: ALBERTI, Verena. *História Oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV. 1990. p. I-X.

CAMPOS, Marcos Paulo. *Campo Minado: governo Lula e o MST*. 2008. 60 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades - UFC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Imaginários da Ordem e da Desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da revista Veja*. Revista Espaço Acadêmico. v. 9. nº 107. abr. 2010. p.129-138. Disponível em: [www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/current](http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/current)

CARVALHO, Rejane. *Justiça Social e Acumulação Capitalista (o PROTERRA)*. Fortaleza: Edições UFC/PROEDI. 1982. p. 169.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: CARVALHO, Rejane. *O Ceará na Década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes/Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia UFC, 2009. p. 9-13.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro de análise do Nordeste*. In: CARVALHO, Rejane. *O Ceará na Década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes/Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia UFC, 2009. p. 10-56.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 180.

CHAVES, Cristine de A. *A Marcha Nacional dos Sem Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 446.

COLLINGWOOD, R. G. *A História como Re-presentação da Experiência Passada*. In: GARDINER, P. Teorias da História. Coimbra. Fund. Calouste Gulbenkian, 1969. p. 305-320.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 154.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol.15, n°4. out/dez 2001. p. 105-118 .

DAGNINO, Evelina. *Cultura, Cidadania e Democracia*. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a Modernidade Contemporânea*. Uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 255.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro. Zahar, 1998, p. 165.

FERNANDES, Bernardo Mançano ; STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente, a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 167.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. p. 318.

\_\_\_\_\_. *Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro*. Revista Agrária. São Paulo, n° 1, p. 16-36, 2004.

\_\_\_\_\_. *20 Anos do MST e a Perspectiva de Reforma Agrária no Governo Lula*. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br>. Acesso dia: 20/02/2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. p. 218.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 248.

Garcia Júnior, A. R. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.* São Paulo: Marco Zero e Brasília: Editora UNB/ MCT/CNPq, 1990. p. 52

GOHN, M. G. (Org.). *Os Sem Terra, ONGs e Cidadania.* São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.* 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 213.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Antigos e novos atores sociais.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 143.

\_\_\_\_\_. *Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina.* Caderno CRH, Salvador, v. 21, nº 54. set./dez. 2008. p. 439-455,

GORENDER, Jacob. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro.* In: STÉDILE, J. P. (ORG). *A Questão Agrária na Década de 90.* 4. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2004, p. 15-44.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *Religiosidade e Fé na Luta pela Terra.* In: STÉDILE, João Pedro (org). *A Reforma Agrária e a Luta do MST.* São Paulo: Vozes, 1997. p. 279-292.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 334.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere - volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 334.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006, p. 224.

HEREDIA, Beatriz M. H. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 164.

HOBSBAWM, E. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 242.

HOLANDA, Maria Iolanda M. *A Construção da Identidade Coletiva dos Sem-Terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA*. 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2000.

ISSA, Daniela. *Praxis of Empowerment. Mística and mobilization in Brazil's Landless Rural Workers' Movement. Latin American Perspectives*. vol. 34, n° 2, mar. 2007. p. 124-138.

JORGE NETO, Paulo de M. *A Estrutura Produtiva do Ceará nas Décadas de 1970-1980*. In: CARVALHO, Rejane. *O Ceará na Década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes/Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia UFC, 2009. p. 31-56.

LAVALLE, Gurza; CASTELO, Graziela; BICHIR, Renata. *Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais*. Cultura e Política. Revista de Sociologia e Política. Florianópolis, UFSC, n° 5, out. 2004. p. 35-53.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. O município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975. p. 270.

LEITE, Gema Galgani S. *Feminismo: memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC, 2000. p. 118. (broch.)

LEITE, Sérgio P. *Seis Comentários sobre Seis Equívocos a Respeito da Reforma Agrária no Brasil*. Revista NERA / UNESP, Ano 9, n° 9, jul/dez, 2006. p. 144-158.

LEMENHE, Maria A. *Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1996. p. 249.

LESBAUPIN, Ivo. *As Comunidades de Base e a Transformação Social*. In: BOFF, Clodovis et al. *As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 47-74.

LIMA, Mayrá Silva. *Da Resistência à Libertação*. Comunicação e cultura no MST. 2006. 54f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2006.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses*. Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 271.

LUXEMBURGO, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas*. Ed. Causa Operativa, 2005. p. 98.

MACIEL, Elda Maria Freire. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará: um novo movimento social?* 2000. 66f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2000.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979. p. 3, 20, 81.

\_\_\_\_\_. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova Republica"*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 152.

\_\_\_\_\_. *Terra de Negócio e Terra de Trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil*. In: MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência. A questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 43-60.

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST*. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997. p. 11-76.

\_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v.11, n° 2, fev.2000 p. 97-128.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 173.

\_\_\_\_\_. *A Luta pela Terra no Brasil e o Conflito de suas Mediações Políticas*. In: MARTINS, José de Souza. O Sujeito Oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 193-232.

MARTINS, Mônica Dias. *Os Desafios da Cooperação nos Assentamentos da Reforma Agrária do Ceará*. São Paulo, SP: ANCA, 1994. p. 111.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Avante, 1981. p. 125.

MARX, Karl. *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico*. Edições Populares. 1980. p. 72.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 175.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 103.

\_\_\_\_\_. *Impactos Históricos do Uso e da Propriedade da Terra no Brasil*. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997. p. 77-94.

MELLO, Thiago de. *Faz Escuro mas Eu Canto*. Porque a manhã vai chegar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 7. ed. 1981. p. 89.

PINHEIRO, Joaquim A. Pinho. *Encontros e Desencontros na Luta pela Terra: saberes e práticas do MST na construção*



da cidadania coletiva. 2002.70f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2002.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p. 3-15

PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter. *A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST*. Revista del Observatório Social de América Latina. [S.I.], ano IV, n° 16, ene. /abr. 2005. p. 23-34.

POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro. 2. ed. Graal, 1985. p. 307.

PRADO Jr., Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 188.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 15. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1972. p. 55.

RABELO, JOSEFA J. *A Pedagogia do Movimento Sem Terra: para onde aponta o projeto de formação de professores do MST?*. 2005. 247f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2005.

RIVIÈRE, Claude. *Les Liturgies Politiques*. Presses Universitaires de France. 1988. p. 253.

ROSA, Marcelo C. *Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil*. Revista Lua Nova. São Paulo, nº 76, 2009. p. 197-227.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 332.

SALES, Celecina de M. V. *Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 147.

SAMPAIO, Inês S. Vitorino. *“Das fraqueza a força...”*: o sentido do comunitário na ação popular. 1991. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1991.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Esquerda no Século XXI: as lições do Fórum Social Mundial – Parte I. Articulando Eletronicamente*, nº 172, 2008, anexo da seção CONtextos. Disponível em: [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br) acesso dia: 22/02/2011.

\_\_\_\_\_. *Para uma Sociologia das Ausências e das Emergências*. In: SANTOS, Boaventura S. *Conhecimento Prudente para Uma Vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-817.

SAUER, Sérgio. *Estado, Banco Mundial e Protagonismo Popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil*. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 285-313.

SIGAUD, Lygia. *As Condições de Possibilidade das Ocupações de Terra*. Tempo Social. In: *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.17, nº 1, 2005. p. 255-280.

SILVA, José G. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

SIMSON, Olga de M. Von. *Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento*. Margens. In Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA. Abaetetuba, v.1, n°1, jan, 2004, p. 11-16.

STÉDILE, J. P. *Por uma Reforma Agrária de Novo Tipo*. In: A Urgência da Reforma Agrária. Artigos publicados pela Revista Teoria e Debate do PT em outubro de 2003. São Paulo: Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nov. 2003. p.7-16.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n°1, jan/abr. 2006. p. 17-28.

VEIGA, José Eli da. *Fundamentos do Agrorreformismo*. In: STÉDILE, J. P. (ORG). *A Questão Agrária na Década de 90*. 4. ed. Porto Alegre. UFRGS. 2004, p. 68-93.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* V. 1. Brasília: Editora UNB, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima*. In: COHN, G. (org.). Weber. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 128-141. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

## **JORNAIS** (ordem cronológica)-

Tasso anuncia desapropriações. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 25 maio 1989, Política, p. 4

Fazenda é invadida por 1.500. *O Povo*. Fortaleza, 27 mai. 1989, Cidades, p. 10

PAPP beneficia aliados de Maria em Boa Viagem. *O Povo*. Fortaleza, 28 mai. 1989, capa.

GEORGE, Guálter. Aliados de Maria Dias beneficiados. *O Povo*. Fortaleza, 28 mai. 1989, Política Local, p. 4

Agricultores acampam no INCRA para pedir terras. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 28 maio de 1989, Grande Fortaleza, p. 13.

Governador recebe 'Sem-Terra' para debater sobre assentamento. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 28 mai. 1989, Grande Fortaleza, p. 15.

## **DOCUMENTOS**

RELATÓRIO TÉCNICO DO COMPLEXO DE IMÓVEIS RURAIS DENOMINADOS FAZENDAS REUNIDAS SÃO JOAQUIM S/A, situados no município de Madalena, pertencente à pessoa jurídica de Wicar Parente de Paula Pessoa S/A – Agricultura e Comércio outubro de 1985

DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO 92.975/86

AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO 008/87

PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO 024/87, 2ª Vara Federal do Estado do Ceará

AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (SENTENÇA) 05/06/1989 referente aos autos 008/87

MANDADO JUDICIAL 29/06/1989

AUTOS 24/87 – CLASSE V (CONCLUSÃO) 29/06/1989

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA O JUIZ DA 5ª VARA AGRÁRIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ (04/08/1989) processo nº 24/87

PROPOSTA DE ACORDO – Brasília, 23 de novembro de 1989

PROPOSTA DE ACORDO PARA AS FAZENDAS REUNIDAS SÃO JOAQUIM 09/01/1990 referente ao processo 27/90 anexo 2251/89 – Wicar Parente de Paula Pessoa S/A



**Mesa Diretora  
2013-2014**

**Deputado José Albuquerque**  
Presidente

**Deputado Tin Gomes**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Lucílio Girão**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Sérgio Aguiar**  
1º Secretário

**Deputado Manoel Duca**  
2º Secretário

**Deputado João Jaime**  
3º Secretário

**Deputado Dedé Teixeira**  
4º Secretário



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**Inesp**

**José Ilário Gonçalves Marques**  
Presidente

**Gráfica do Inesp**

**Ernandes do Carmo**  
Coordenador

**Francisco de Moura, Hadson Barros e João Alfredo**  
Equipe Gráfica

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**  
Equipe de Produção Braille

**Carol Molfese e Mário Giffoni**  
Equipe de Diagramação

**José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)**  
Equipe de Design Gráfico

**Lúcia Jacó e Vânia Soares**  
Equipe de Revisão

**Email:** [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

**Fone:** (85) 3277-3701

**Fax:** (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Av. Desembargador Moreira 2807,  
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará  
Fone: (85) 3277-2500